Maria do Carmo Pereira Oliveira

AS FRASES COPULATIVAS COM *SER*

— NATUREZA E ESTRUTURA —

Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Outubro de 2001

Agradecimentos

À Professora Doutora Ana Maria Brito, por ser uma orientadora fabulosa e uma pessoa melhor ainda. À Professora Doutora Fátima Oliveira, por todos os conhecimentos que me passou. À Luísa, juíza crítica de inúmeros exemplos e razão de eu não ter desistido do curso de Mestrado no segundo dia. A todos os meus amigos, por me terem desencaminhado nas horas certas e nas erradas, pela paciência e pelo incentivo. Ao Evandro, pelo socorro em alguns problemas informáticos (e pela criação de outros!!). À Viola e à Dior, pela alegria.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 3

1. PERSPECTIVAS GERAIS SOBRE O VERBO *SER* 5

1.1. ALGUNS PROBLEMAS INICIAIS 5
1.2. A ABORDAGEM LÓGICA 6
1.3. BENVENISTE (66) 7
1.4. A TAXINOMIA DE HIGGINS (73, 79) 9
1.5. REFLEXÕES SOBRE O VERBO SER NA LÍNGUA PORTUGUESA 14
1.5.1. A GRAMMATICA PHILOSOPHICA DE J. S. BARBOSA (1803) 14
1.5.2. CUNHA & CINTRA (84) 16
1.5.3. MATEUS ET ALII (83) 18
1.5.4. MATOS (85) 23
1.5.6. A ABORDAGEM DE COSTA (98) 29
1.6. SÍNTESE 31

2. CARACTERIZAÇÃO DAS FRASES COPULATIVAS - A ORDEM E A ESTRUTURA 32

2.1. DA CONCEPÇÃO LINEAR DA ORDEM DE PALAVRAS À CONCEPÇÃO DE ESTRUTURA HIERARQUIZADA DE CONSTITUINTES 32
2.2. O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA CONFIGURACIONAL 36
2.3. SUBCATEGORIZAÇÃO E SELECÇÃO TEMÁTICA DOS PREDICADOS VERBAIS 37
2.4. TIPOS DE EVENTUALIDADES E CARACTERIZAÇÃO ASPECTUAL DAS FRASES COPULATIVAS 40
2.5. A ESTRUTURA DAS FRASES COPULATIVAS 45
2.6. O VERBO SER E AS ORAÇÕES PEQUENAS 49
2.6.1. PROPOSTAS RECENTES 52
2.6.1.1. Heycock (94) *53*
2.6.1.2. Moro (97) *58*
2.7. SÍNTESE 66

3. PROPOSTA PARA O PORTUGUÊS 67

3.1. ORAÇÕES COPULATIVAS E A NATUREZA DO VERBO SER 67
3.1.1. Ser e estar com frases predicativas adjectivais: questões aspectuais *70*
3.2. SER EXISTENCIAL 80
3.3. SER COPULATIVO 81
3.3.1. Estruturas Copulativas Predicativas Atributivas *82*
3.3.1.1. Descrição das frases copulativas predicativas atributivas *83*
– categorias atributivas *83*
3.3.1.2. Análise sintáctica das estruturas predicativas atributivas *95*
3.3.2. Estruturas Copulativas Predicativas Identificacionais *109*
3.3.2.1. Descrição das frases copulativas predicativas identificacionais *111*
3.3.2.2. Frases copulativas identificacionais canónicas e invertidas? *112*
3.3.2.3. Análise sintáctica de estruturas copulativas identificacionais *119*

4. CONCLUSÃO 122

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 124

INTRODUÇÃO

As construções copulativas apresentam diversas peculiaridades que fazem com que a sua abordagem assuma por vezes o foro de um verdadeiro enigma. Este situa-se quer a nível semântico, pois nem sempre é claro - ou pelo menos nem sempre é facilmente detectável - o tipo de estado que elas veiculam, quer a nível sintáctico. Relativamente a este último, as questões que a análise de estruturas copulativas permite levantar são de difícil resposta e, com muita frequência, levantam questões adicionais, que não só não assumem as dimensões de uma solução apropriada para as primeiras, como elas próprias resultam em fontes geradoras de todo um outro sub-conjunto de perguntas para as quais não é fácil encontrar resposta.

A delimitação do nosso objecto de estudo não é simples, dada a profusão de enunciados que o verbo *ser* permite instituir. Uma vez que é necessário restringir o tipo de utilizações deste verbo que nos propomos analisar, excluímos do nosso estudo as frases em que *ser* é aquilo que é tradicionalmente designado por "auxiliar da passiva", como por exemplo em *A mosca foi assassinada pelo Fellini*; aquelas em que este verbo se liga a complementos de natureza locativa, como é o caso de *O cinema é na rua do Fundo da Rua*, e as frases com clivagem, como é o caso de *É o Frederico que recolhe o lixo.* ou *O Frederico é quem recolhe o lixo.* Também não analisaremos frases que integram o verbo *ser* associado a referentes temporais, como é o caso de, por exemplo, *É Verão.*

Assim, é objectivo deste trabalho descrever uma série de questões ligadas às construções copulativas, sobretudo e exclusivamente àquelas que integram o verbo *ser*, sendo seleccionadas apenas frases simples e quase exclusivamente com o Presente do Indicativo. Em traços muito gerais, as questões a tratar ligam-se essencialmente aos seguintes aspectos:

- possibilidades de inversão sem critério aparente dos constituintes frásicos que integram algumas das estruturas copulativas e impossibilidade de inversão em relação a outras;

- aparentes violações de regras gerais associadas à combinação entre verbos e outros constituintes, entre as quais se contam a falta de concordância entre o sujeito e o Verbo, que é possível constatar em algumas construções e
- existência exclusiva de Caso Nominativo nos constituinte pré e pós-verbais.

O trabalho que nos propomos realizar divide-se em três fases, correspondendo aos três capítulos que compõem esta dissertação.

No Capítulo 1 apresentaremos algumas perspectivas gerais sobre as frases copulativas com o verbo *ser*, fazendo também uma apresentação sumária de várias reflexões sobre estas estruturas a propósito da língua portuguesa.

O Capítulo 2 apresenta algumas das linhas orientadoras da Teoria dos Princípios e Parâmetros, bem como reflexões sobre o verbo *ser* de acordo com alguns princípios desta teoria.

Todo o Capítulo 3 apresenta uma reflexão sobre as estruturas copulativas no português, após um estabelecimento objectivo da caracterização deste tipo de estruturas. Discutiremos também aspectos de natureza semântica relacionada com este verbo, nomeadamente questões ligadas ao Aspecto e ao valor aspectual que pode, ou não, ser associado às estruturas copulativas com *ser*, ou associado ao próprio verbo. Este capítulo descreverá, de forma breve, a ocorrências de frases existenciais, que não são o objecto de estudo desta dissertação, e centrar-se-á na descrição ocorrências de frases copulativas com *ser*, com o objectivo de extrair dessas descrições conclusões gerais sobre as frases com este verbo.

1. PERSPECTIVAS GERAIS SOBRE O VERBO *SER*

O objectivo deste capítulo consiste na apresentação de diversas abordagens sobre o verbo *ser*. Antes de o fazer, é conveniente clarificar que a literatura disponível sobre este assunto é inexaurível e abrange escritos oriundos de áreas tão diversificadas quanto, por exemplo, a Matemática e a Filosofia, sem esquecer, claro está, a própria Linguística. Dada a incapacidade de abarcar todos os autores, serão apenas apresentadas, e de modo bastante sumário, as descrições entendidas como mais relevantes para a consecussão dos nossos objectivos e aquelas mais frequentemente citadas como referência pelos autores mais recentes, bem como algumas das escassas abordagens feitas para a língua portuguesa.

1.1. Alguns problemas iniciais

A utilização que é feita do verbo *ser* permite verificar que este não tem uma interpretação constante, variando esta consoante o contexto frásico em que surge inserido. Veja-se a título de exemplo:

(1) O Celestino é enfermeiro.
(2) O Super-Homem é de Krypton.
(3) O Homem-Aranha é americano.
(4) O Papa é católico.
(5) O barco amarelo e os esquis verdes são da Paula.
(6) A bicicleta do Fernando é de alumínio
(7) O Diogo é sobrinho da Fernanda.
(8) O Super-Homem é o Clark Kent.
(9) Clarice Sterling é ousada.
(10) Penso, logo sou.

As frases (1) a (10) contêm predicados que constituem aquilo que é considerado o predicativo de *ser*: profissões, (1), locais de origem, (2), e nacionalidades, (3), filiação religiosa, (4), posse, (5) e materiais que compõem entidades, (6). Tradicionalmente, também este verbo é encarado como expressando proposições que estabelecem relações entre entidades, (7), identificam entidades, (8) e apontam atributos de entidades, (9),

estabelecendo também asserções de existência, (10). Dada a diversidade de proposições que a combinação de sintagmas diversos apenas com o verbo *ser* é capaz de expressar, algumas questões podem, de imediato, ser levantadas:

- terá este verbo qualquer tipo de significado?
- existirá mais do que um verbo *ser*?
- será *ser* efectivamente um verbo?

1.2. A abordagem lógica

Embora as questões ligadas ao verbo *ser* e à lógica remontem à tradição aristotélica, apresentamos a perspectiva de Gottlob Frege, um matemático e filósofo alemão, responsável pela criação do "cálculo de predicados" que no final do século XIX, abordou o emprego do verbo *ser*[1], apresentando-o em enunciados como:

(11) A estrela da manhã é um planeta.
(12) A estrela da manhã é Vénus.

Assim, para (11) teríamos uma utilização do verbo *ser* numa variante predicativa, uma vez que o verbo "subjuga" a entidade designada pelo sujeito (*a estrela da manhã*) ao conceito contido na expressão *um planeta*. Em (12), o termo que segue o verbo é também uma entidade e assim *ser* identifica a primeira entidade, designada pelo sujeito, com a segunda, designada pelo predicado, tratando-se, por conseguinte, (12) de uma frase identificacional.

É proposto um estatuto lógico diverso para ambas as proposições: nas frases predicativas, *ser* é apenas uma forma lexical de atribuição, enquanto nas identificacionais este verbo tem um papel equivalente ao do sinal aritmético de igualdade. Frege propõe um critério que permite distinguir os dois tipos de proposições: uma identidade é reversível e, pelo contrário, um objecto uma vez colocado sob um conceito não apresenta a possibilidade de reversibilidade da relação. A possibilidade de reversibilidade das frases identificacionais deriva do facto de os dois termos ligados pelo verbo terem referentes, i. e., designarem ou nomearem um objecto, enquanto o

[1] ***Über Begriff und Gegenstand*** (1892) (Referência colhida na WWW, em 1998, no site http://plato.stanford.edu/entries/frege/)

predicado que se segue ao verbo nas frases predicativas não é referencial, atribuindo ao sujeito, este sim referencial, um conceito. Este pode surgir representado por adjectivos atributivos ou por grupos nominais indefinidos.

Em síntese: Frege aponta a possibilidade de distinguir entre predicação e identificação, o que torna possível aferir a existência de duas utilizações diversas de *ser*, - predicativa e identificacional - estando subjacente a cada uma dela uma utilização lógica da linguagem. Mais ainda, na tentativa de avançar processos que permitam distinguir uma da outra, são referidas questões como a referencialidade e a reversibilidade, que são na realidade questões chave para o estudo das frases com *ser*.

1.3. Benveniste (66)

Emile Benveniste (pp 204 - 227) levanta a dúvida em relação à definição de *ser* enquanto verbo. Esta radica no facto de ser observável a sua constante omissão, fazendo referência às "frases nominais" nas quais ele não está expresso. Assume a existência de dois termos distintos (p 205): *ser* como cópula, marca gramatical de identidade, e *ser* como um verbo de exercício pleno. Assim, para *ser* são propostas duas noções, uma gramatical, i. e., funcional, e outra lexical. Esta última verifica-se essencialmente nas proposições nas quais é feita uma asserção de existência.

Enquanto cópula, *ser* estabelece a identidade entre dois termos nominais, sendo passível de ser omitido e instituindo as "frases nominais". Estas são enunciados nos quais uma forma não verbal tem a função assertiva habitualmente realizada pelo verbo. Não existe qualquer tipo de relação entre a noção verbal de existir e a função de cópula expressa por *ser*.

Então surge a interrogação: como é que existe um verbo *ser* que dá expressão verbal e consistência lexical a uma relação lógica num enunciado assertivo?

Verifica este linguista que:

(a) em algumas línguas (húngaro, russo) não se regista a necessidade de lexicalização da cópula, sendo instituído um "enunciado predicativo pela justaposição de duas formas nominais numa ordem livre" apenas com uma pausa - o signo prosódico da predicação - a separá-las. (pp 206- 207)

(b) Noutras línguas (árabe, hebreu, turco), "a predicação é frequentemente dotada de um signo distinto, que não é senão um pronome, pessoal ou demonstrativo,

acrescentado a um termo ou a um sintagma nominal", ou seja, a cópula é sintacticamente realizada pela inserção de um pronome. Estas línguas estabeleceram um meio formal - não prosódico - de realizar um enunciado assertivo, passando a utilizar um termo como signo de asserção. (pp 207 - 210)

(c) Outras línguas construíram formas verbais diferentes para a cópula e para aquelas que enunciam a existência. É apontado como exemplo o caso do irlandês, no qual se verifica a forma *is* para a utilização copulativa, que se opõe ao verbo de existência *tá*. (p 210)

(d) A generalização de **es-* tanto na função de cópula, quanto na de verbo de existência, que se impôs na maioria das línguas indo-europeias, é responsável pela existência de um verbo *ser* susceptível tanto de enunciar a existência como de afirmar a identidade. (p 211)

Em síntese, Benveniste estabelece uma distinção entre dois tipos de *ser*: um claramente copulativo, meramente funcional, passível inclusivamente de não realização lexical em determinadas línguas, e um outro existencial, uma categoria lexical com significado de "ter existência, ser em realidade".

Este linguista deixa de considerar questões importantes ligadas ao funcionamento deste verbo, que já haviam sido focadas por Frege, relacionadas com predicados atributivos e com a possibilidade de inversão de frases identificacionais, não estabelecendo também uma distinção entre frases identificacionais e predicativas. Aliás, os exemplos retirados das várias línguas referidas por Benveniste assentam essencialmente em frases predicativas (*Eu sou jovem; Pierre é francês*) sendo poucos os exemplos que comportam verdadeiras relações de identidade, no sentido freguiano (*Roma é a capital da Itália*), sendo esta última designada por "equação formal".

As abordagens acima sintetizadas, pese embora toda a superficialidade de apresentação, falta de enquadramento teórico e até algumas imprecisões terminológicas, permitem chegar desde já a algumas conclusões breves em relação à utilização do verbo *ser*:

- existem construções nas quais este verbo se institui como uma categoria funcional, verbo copulativo, estabelecendo relações entre entidades, que podem ser de natureza predicativa ou identificacional;
- outras construções apresentam uma utilização de *ser* nas quais é patente um sentido existencial.

As respostas às questões levantadas ficaram, no entanto, por encontrar ao considerar a análise deste autor.

De facto, e recuperando a ideia de Benveniste, a possibilidade de omissão de *ser* enquanto verbo copulativo permite manter a dúvida da sua qualificação como verbo, sendo esta ainda mais sedimentada no facto de *ser* parecer destituído de significado em si, excepto nas estruturas ditas existenciais, permitindo instituir proposições pela sua inserção em contextos frásicos. Note-se que parece ser esta o elemento crucial para a determinação do sentido e para a aferição de alguma diversidade funcional de *ser*. Ainda assim, não parece, pelo menos para já, lícito concluir da existência de mais do que um *ser*, uma vez que o comportamento deste parece ser sempre dependente do contexto sintáctico e semântico em que se encontra inserido. A única diferença que parece subsistir entre as estruturas existenciais e as predicativas/ identificacionais é que nas primeiras, derivado do contexto, o verbo ganha efectivamente o sentido de "ter existência", enquanto nas segundas pode eventualmente ser encarado como elemento morfo-sintáctico de "junção" entre um referente e um conceito, à maneira de Frege, ou como "sinal aritmético de igualdade" entre duas expressões nominais referenciais, aparecendo assim nestas como um *signo vazio*, i. e., neutro, embora não seja de descartar algum tipo de valor modal ou aspectual, valores estes que ainda não foram aventados.

1.4. A taxinomia de Higgins (73, 79)[2]

As propostas acima abordadas relacionam-se directamente com questões de natureza lógica e semântica, embora tenha sido referida, de modo muito superficial, a possibilidade de reversibilidade da ordem dos termos nas frases identificacionais, proposta por Frege, para estabelecer a distinção entre estas e as predicativas. É possível que o comportamento sintáctico das estruturas com *ser* esteja ligado a questões de natureza semântica, sendo diverso consoante integre estruturas identificacionais, predicativas, existenciais, ou outras.

Assim, importa conhecer as propostas mais relevantes de distinção entre as várias utilizações de *ser*.

[2] APUD Rouveret (98)

Higgins, na tentativa de adaptar às línguas naturais a classificação lógica já referenciada, apresentou uma taxinomia de frases copulativas. Convém antes de mais observar que, radicada na tradição lógica, esta proposta se fundamenta essencialmente em questões de referencialidade/ não referencialidade.

Considera este linguista quatro tipos diversos de frases integrando a cópula: predicativas, identificacionais canónicas, especificacionais, frases de identidade.

(a) frases predicativas. Nestas o sujeito é raramente indefinido, o atributo (Cf. (13) e (14)) não é referencial, sendo recuperado através dos pronomes neutros ingleses *which* ou *what*; contrariamente aos termos referenciais recuperáveis através de *who* e *whom*. O atributo não pode ocupar a posição de sujeito, como se verifica em (15), - ou seja, não é possível a reversibilidade dos termos que integram estas estruturas, como aliás já fora observado por Frege - pode indicar uma propriedade susceptível de variação em grau, (16); pode aparecer numa frase imperativa, (17), e pode, caso seja nominal, ser anteposto nas mesmas condições que um predicado adjectival, (18):

(13) He is a good student, which you are not.
Ele é um bom aluno, coisa que tu não és.

(14) What he is is a gentleman.
O que ele é é um cavalheiro.

(15) *A hero is John.
*Um herói é o John.

(16) He is more of a hero than Kelly.
Ele é mais heróico que a Kelly.

(17) Be a hero!
Sê um herói.

(18) King of the country as he is, he should tell us what to do.
?Rei do país como é, deveria dizer-nos o que fazer
(Sendo ele o rei, deveria dizer-nos o que fazer.)

(b) Frases identificacionais canónicas. Estas têm um sujeito pronominal dêictico e um atributo que pode ser um nome próprio, uma expressão definida ou um grupo nominal indefinido. Constituem as respostas adequadas às questões *Who is that?/* Quem é aquele(a)?

(19) That is the Mayor of Cambridge.
Aquela é o Mayor de Cambridge.
(20) That is a teacher.
Aquela é uma professora.

Se o sujeito for uma expressão demonstrativa, um nome próprio ou uma expressão definida, a frase torna-se ambígua, podendo ser identificacional ou predicativa. Veja-se:

(21) That woman is the Mayor of Cambridge.
Aquela mulher é o Mayor de Cambridge.

(21) é uma resposta adequada quer à questão *Who is that woman*?/ Quem é aquela mulher? quer *a What is that woman*?/ O que é aquela mulher?

Estas construções não são reversíveis.

(c) As frases especificacionais têm como sujeito uma expressão nominal definida, sem estatuto referencial, que é pronominalizada em inglês por *it* e não por *he* ou *she*. Estas frases constituem respostas adequadas às questões *Who is X?*/ Quem é X? ou *Which one is X*?/ Qual é o X?

(22) The first candidate of the trip to Mars is Spiro Agnew.
O primeiro candidato à viagem para Marte é Spiro Agnew.

De acordo com Higgins, nem o atributo nem o sujeito são referenciais. Estas construções manifestam uma concordância temporal entre o tempo da cópula e o "tempo" subjacente aos grupos nominais com ela combinados, (23). Também são possuidoras da capacidade de reversibilidade.

(23) His old job was (*is) building radars.
O seu antigo emprego era (*é) construir radares..
(24) John is the bank robber. / The bank robber is John.
John é o assaltante do banco./ O assaltante do banco é John.

(d) As frases de identidade. Estas têm uma extensão menor do que aquelas que os lógicos lhes atribuíam, uma vez que nem as especificacionais, nem as identificacionais se incluem neste grupo. Deste estão também excluídas frases em que a inversão do sujeito e do atributo afecta o valor de verdade da proposição, como é o caso de:

(25) De Gaulle is not the king of France. / The king of France is not De Gaulle.

Este género de frase que tem na posição pós cópula um termo que indica um cargo ou uma função é considerado por Higgins como sendo predicativo e não frase de identidade, embora possua um termo nominal definido pós copular.

Embora a taxinomia proposta por Higgins contenha propostas muito interessantes para possibilitar a distinção entre as diversas utilizações da cópula, a verdade é que ela tem também alguns problemas de aplicação, que afectam a sua fiabilidade, entre os quais pode ser apontado como exemplo a existência de frases ambíguas como (21). Nestes casos, torna-se necessário recorrer ao contexto de enunciação para desfazer a ambiguidade, o que desvaloriza a distinção entre frases identificacionais canónicas e predicativas. Note-se também que a característica distintiva das especificacionais é o estatuto não referencial do sujeito, mas é questionável que em (24) o sujeito não tenha estatuto referencial, uma vez que é utilizado um nome próprio *John*, que nomeia, certamente, uma entidade do mundo real. Além disso, não parece ser possível utilizar o pronome neutro *it* em substituição de um nome próprio. Note-se também a propósito de (22) que se esta frase fosse reversível, o resultado seria:

(22') Spiro Agnew is the first candidate of the trip to Mars.
Spiro Agnew é o primeiro candidato à viagem para Marte.

O problema já referido para (24) a propósito da referencialidade do sujeito volta a detectar-se aqui, uma vez que em (22) o sujeito frásico é claramente uma descrição definida, aplicável apenas a uma entidade do mundo real. Por outro lado, esta frase

apresenta também a agravante de a referida capacidade de reversibilidade parecer gerar uma frase de um género diverso. Veja-se também a característica de não reversibilidade apontada para as construções identificacionais canónicas a propósito de (21).

(21') The Mayor of Cambridge is that woman.
O Mayor de Cambridge é aquela mulher.

Sem pretender aprofundar demasiadamente a proposta de Higgins, há apenas que retirar algumas conclusões, à laia de síntese. Na realidade, a sua taxinomia não parece totalmente fiável, padecendo de algumas falhas, conforme foi visto. Estas verificam-se sobretudo naquilo que concerne aos modos de distinção para as várias tipologias das frases copulativas, inclusivamente em relação aos próprios testes utilizados, que só parecem aplicáveis ao inglês, como é o caso, por exemplo, do pronome neutro *it,* que não existe no português. Mais ainda, é completamente ignorada a possibilidade de *ser* integrar construções com um sentido existencial.

No entanto, é apresentada uma ideia que convém reter:

- algumas construções copulativas apresentam a capacidade de reversibilidade dos termos nominais que as integram e outras não.

Todas as propostas acima apresentadas possuem como ponto comum, conforme já foi assinalado, o facto de se centrarem essencialmente sobre questões de natureza semântica e lexical ligadas à utilização de *ser*. No entanto, conforme já fora indiciado por Frege, as frases copulativas apresentam comportamentos sintácticos diferentes. A reversibilidade dos termos que as constituem é uma questão chave na abordagem das frases que integram *ser*, podendo ajudar a determinar se estamos ou não na presença de um ou mais verbos, morfologicamente semelhantes, ou se *ser* na realidade é uma categoria que, pese embora toda a sua semelhança com os verbos lexicais em termos de comportamento morfológico, não se integra de facto nessa classe.

1.5. Reflexões sobre o verbo ser na língua portuguesa

1.5.1. A Grammatica Philosophica de J. S. Barbosa (1803)

A perspectiva sobre o verbo *ser* expressa por Jeronymo Soares Barbosa, no século XIX, embora se situe a quase dois séculos de distância das reflexões que se fazem hoje em dia sobre este verbo e as estruturas que o integram, tem aspectos interessantes que vale a pena conhecer.

Da classe verbo diz Jeronymo Soares Barbosa que "*é uma parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar atributos da proposição com o seu sujeito debaixo de todas as suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência de identidade de um com outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir*"[3] (Cf. pp 132 - 137). É entendido o verbo como tendo como essência uma "*significação primária e principal que é a de existência*" e compreendendo cinco ideias acessórias, que se prendem à sua morfologia, estando ligadas às noções de pessoa, número, modo, tempo e aspecto. Assim sendo, há que apontar como único verbo que é capaz de expressar a noção primordial de "*coexistência de uma ideia com outra*" aquilo a que o autor chama "verbo substantivo", que não é outro que não o verbo *ser*. Em última análise, entende, todos os outros verbos, adjectivos, "*não acrescentam outra coisa mais do que a ideia de atributo*".

Este autor refere ser este o único verbo de "*uma necessidade indispensável na oração, e todas as que se fazem por outros verbos se resolvem por este em última análise*". A fundamentação para esta afirmação radica na ideia expressa de que qualquer proposição ou oração não passa de uma "*enunciação da identidade e coexistência de uma qualidade ou atributo com um sujeito*" e "*em havendo um substantivo para significar este, um adjectivo ou nome geral para significar aquele, e o verbo ser para servir de nexo ou cópula*[4] *a um e outro, está feita qualquer proposição*". "*Se as Línguas se contentassem em explicar analiticamente as ideias que o verbo contém, (...), não seriam necessárias outras linguagens senão as do verbo substantivo e seus auxiliares (...). Basta só juntar-lhe os adjectivos expressivos da qualidade ou atributo, que queremos afirmar de qualquer sujeito, para com todas elas se formar todo o género de proposições.*"

---

[3] As citações apresentadas mantêm a grafia original.
[4] Sublinhado nosso.

Por outro lado, Jeronymo Soares Barbosa refere não ser a afirmação uma característica do verbo em si, mas "*carácter do modo indicativo*", sendo o carácter próprio deste verbo o "*enunciar a existência de uma coisa em outra, e por consequência a sua mútua coexistência e identidade*".

É interessante a reflexão de que apenas *ser* preenche os requisitos necessários para poder ser entendido como verbo, uma vez que a noção de verbo apresentada nesta gramática assenta na ideia de ligação ("atar") dos atributos da proposição com o seu sujeito. Os verbos "adjectivos", i. e., aqueles que tradicionalmente instituem predicados verbais (transitivos e intransitivos), não passam de atributos do sujeito, passíveis de ser analiticamente expressos por intermédio da cópula. Para clarificar esta ideia, considere-se o seguinte exemplo:

(26) Eu amo.

A proposição expressa em (26) surge apresentada por intermédio da utilização daquilo que o autor designa por "verbo adjectivo". No entanto, analiticamente a mesma proposição pode ser expressa através da utilização do verbo substantivo, gerando a construção:

(27) Eu sou amante.

Assim, qualquer proposição pode existir sem necessidade de utilização de qualquer outro verbo que não *ser*, dando a este as cinco características não essenciais acima indicadas. Na realidade, a perspectiva da *Grammatica Philosophica* sobre o verbo *ser* faz com que ele seja capaz de expressar todas as eventualidades, traduzindo todos os eventos para estados, estando estes sempre ligados à ideia de "*possuir determinado atributo*", que, por conseguinte, existe no sujeito, conceito aliás sedimentado na intuição linguística da escolástica. Ou seja, este verbo é preferencialmente encarado na sua vertente predicativa, embora esta de algum modo pareça integrar uma noção identificacional, uma vez que surge a ideia de "*enunciação da identidade e coexistência de uma qualidade ou atributo com um sujeito*". Esta vertente não parece, porém, relacionada com enunciados como:

(28) Peter Parker é o Homem-Aranha.

nos quais é patente uma correlação de identidade entre as entidades nomeadas e ligadas pelo verbo.

De qualquer modo, esta reflexão filosófica sobre o verbo *ser* já aponta, ainda que de uma forma incipiente, para uma distinção entre frases predicativas e identificacionais.

Por outro lado, ainda que surja a ideia de existência, esta é desprovida do sentido de "ter existência em si", ligando-se sim à existência da identidade ou do atributo no sujeito. Um outro aspecto interessante desta proposta é o facto do verbo *ser* ser capaz de, pela morfologia, representar as noções de pessoa, número, modo, tempo e aspecto. Embora não seja inusitada a associação destas características a um elemento verbal, é interessante notar que este verbo é capaz de dar conta destes aspectos e mesmo levantar a seguinte questão: não será de facto, em determinadas construções em que surge como verbo principal, essa a função essencial do verbo *ser*?

1.5.2. Cunha & Cintra (84)

Celso Cunha e Lindley Cintra (pp 133 a 136) consideram a existência de *verbos de ligação*, ou *copulativos*, que, segundo eles, se juntam a um *predicativo* e formam predicados nominais. Estes verbos "*servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de carácter nominal. Não trazem propriamente uma ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo*".

Esta definição permite estabelecer um contraste entre os verbos de ligação e aquilo que os autores designam por *verbos significativos*, uma vez que estes *trazem uma ideia nova ao sujeito*. Nesta categoria integram-se tanto os verbos *transitivos* quanto os *intransitivos*, sendo ambos os responsáveis pela existência de predicados verbais.

Estes autores partem pois do princípio que os chamados verbos de ligação são categorias de tipo funcional, sem valor lexical, mas esta ideia radica em critérios semânticos algo imprecisos– "*não aportar uma ideia nova ao sujeito*". Porém, e tendo isto em linha de conta, ao atentarmos nos exemplos que nos são fornecidos, constata-se que algumas das construções aportam de facto uma ideia nova ao sujeito. Veja-se a título exemplificativo:

(29) *Amaro ficou muito perturbado.*[5]

Verifica-se em (29) uma mudança do estado do sujeito, que ou não estava perturbado, ou estava algo perturbado, mas que passou a muito perturbado. O estado referido não era preexistente. Não será uma mudança de estado do sujeito uma ideia nova? Exactamente em que consiste "*aportar uma ideia nova ao sujeito*?"

Os autores fornecem uma listagem de eventualidades que os verbos de ligação podem expressar: *estados permanentes*, *estados transitórios*, *mudanças de estado, continuidade de estado* e *aparência de estado*. Embora seja questionável a proposta de definição deste tipo de verbos, todos eles parecem de alguma forma relacionar-se com a ideia de *estado*, por oposição *a evento*.

Os verbos de ligação que os autores consideram expressar os estados indicados são *ser*, *estar*, *andar*, *tornar*, *ficar*, *permanecer*, *continuar* e *parecer*. No entanto, estes verbos apresentam problemas de análise diversos, conforme já foi delineado.

Por outro lado, porque não considerar o verbo *ter* como um verbo de ligação? Veja-se:

(30) O leão tem fome. = O leão está esfomeado.

(31) O Rui tem medo. = O Rui está com medo. / O Rui está amedrontado. / O Rui é medroso.

As frases citadas construídas com o verbo *ter* são exemplos de estatividades transitórias, correspondentes essencialmente a uma construção com *estar* (*X estar com Y*) e assim este teria também de ser considerado, pelo menos em determinadas construções, como um verbo de ligação.

Um outro aspecto a considerar é a natureza categorial do chamado predicativo, que consiste numa expressão de carácter nominal. De acordo com os autores, esta pode consistir num *substantivo* ou *expressão substantivada*, num *adjectivo* ou *locução adjectiva*, num *pronome*, num *numeral* ou numa *oração substantiva predicativa*. (p 135) Além disto, poderíamos ainda acrescentar advérbios e sintagmas preposicionais. Parece, pois, existir uma vasta gama de classes gramaticais que se combinam com os chamados verbos copulativos.

[5] Exemplo dos autores.

Relativamente ao verbo *ser*, verifica-se que, independentemente da categoria gramatical que surge posicionada como seu predicativo, existe uma ampla variedade de proposições que ele é capaz de expressar.

1.5.3. Mateus et alii (83)

Da possibilidade de existência de mais do que um *ser* dão conta Mateus et alii (83) (pp 339 - 341), que o concebem como: predicativo, predicador verbal e verbo de cópula.

Relativamente ao *ser* copulativo, dizem as autoras que se apresenta "*como efeito de certos processos sintácticos*, i. e., como *um efeito da morfologia passiva*" (p 341):

(32) A Ourivesaria foi assaltada pela quadrilha do Zé da Pulga.[6]

e como efeito de "*marcação de tópicos e focos contrastivos*"

(33) Foi a quadrilha do Zé da Pulga que assaltou a ourivesaria.

(34) A quadrilha do Zé da Pulga é que assaltou a ourivesaria.

As construções de clivagem apresentam problemas diversos e complexos relativamente à sua análise que se integram fora do âmbito deste trabalho, pelo que não serão analisadas. No entanto, parece ser bastante discutível a opção da designação de "verbo copulativo" em relação ao tipo de construções apresentadas como exemplo pelas autoras. De facto, se for levado em linha de conta que esta designação é sinónima de "verbo de ligação", tal como já indiciava Jeronymo Soares Barbosa, não é fácil entender a motivação para a adopção da expressão "verbo copulativo" para designar o verbo *ser* que surge incorporado nas construções passivas, nas quais funciona como verbo auxiliar, destituído em si de conteúdo semântico e fornecendo, pela sua morfologia, informações relativas a tempo, modo, voz e aspecto.

Enquanto predicador verbal, *ser* integra-se, de acordo com as autoras, na classe dos predicadores estativos, podendo integrar construções como predicativo existencial:

[6] Exemplos das autoras.

(35) Penso, logo sou.

Este uso, consideram, "*é muito limitado (...) empregando-se preferencialmente* existir". (p 339)

Como verbo predicativo, *ser* pode surgir como predicativo estativo identificacional:

(36) O Sr. José é o porteiro da Faculdade.

Relativamente a construções com este tipo de *ser*, consideram-no um "*predicador de dois lugares, com um argumento paciente e um argumento neutro*". (p 340) Esta variante de *ser* integra também enunciados definitórios nos quais "*exprime uma relação de equivalência entre a entidade designada pelo argumento paciente - o termo definido - e a designada pelo argumento neutro - o termo definidor.*"

(37) O triângulo é uma figura geométrica plana, fechada com três lados e três ângulos.

Parece, no entanto, pouco provável a existência de um argumento paciente, uma vez que este teria de ter o traço semântico [+ afectado]. Dado que com *ser* não existe qualquer tipo de acção, é improvável a existência de um argumento que sofra algum tipo de afectação. O *ser* identificacional exprime, no dizer das autoras, um caso particular de equivalência, na qual um dos argumentos é identificado com outro, sendo nomes próprios (*o Sr. José*) ou descrições definidas (*o porteiro da Faculdade*). Uma vez que ambos os argumentos são equivalentes, é lícito concluir que apresentam a mesma referencialidade e assim torna-se fácil entender a possibilidade de reversibilidade das frases

(36') O porteiro da Faculdade é o Sr. José.

Neste tipo de frases é que *ser* parece verdadeiramente destituído de conteúdo semântico, funcionando nos mesmo moldes que o sinal matemático de igualdade. Por outro lado, isto explicaria o facto de as construções em que *ser* não é identificacional não serem passíveis de sofrerem trocas nos seus argumentos.

Veja-se, no entanto,

(38) Eu sou a mulher mais bonita da sala.

Considerar que em (38) *ser* é predicativo ou identificacional é controverso. De facto, esta estrutura é uma frase aparentemente identificacional, i. e., existe uma relação de equivalência entre o sintagma *a mulher mais bonita da sala* – uma descrição definida, i. e. uma descrição que só é aplicável a um único referente e que por conseguinte o define - e o sintagma *eu*. Uma outra característica deste tipo de utilização de *ser* é a possibilidade de se inverterem os termos que o antecedem e que o seguem. Por outro lado, em (38) o argumento pós cópula caracteriza o referente do pronome *eu*. Esta é uma frase bastante interessante, que apresenta múltiplos problemas de análise e à qual voltaremos. (cf. 1.5.4. e 3.3.1.2.)

Como verbo predicativo, as autoras consideram *ser* como aquilo que tradicionalmente é considerado um "*verbo de ligação*" que surge nas construções apenas para legitimar uma exigência da língua portuguesa que *não admite frases que não contenham um elemento verbal explícito ou recuperável contextualmente*. Neste tipo de construções, *ser* é um *suporte de marcas aspectuais*. As autoras consideram que "*a ocorrência do elemento verbal nas frases predicativas é função do tipo de propriedade expressa pelo predicador – que determina a selecção de ser ou estar – e do valor aspectual do estado de coisas descrito – que determina a escolha de uma dada variante aspectual de* ser *ou* estar. (p 339) Assim, em (39):

(39) O Luís é louro.

a realização do verbo legitimaria apenas a necessidade linguística do português que exige a presença - ou a possibilidade de recuperação - do elemento verbal, não passando este de um suporte de marcas aspectuais, indicando neste caso *uma propriedade* de um indivíduo. Se a selecção verbal recaísse sobre *estar*:

(40) O Luís está louro.

a proposição expressaria um estado de coisas temporalmente limitado. Embora (39) e (40) pareçam exemplos perfeitos do valor aspectual que as autoras consideram ser transmitido por *ser* e *estar*, podem ser apontados outros exemplos que contestam esta proposta, ou que pelo menos não a apoiam totalmente.

Mateus et alii (pp 98 e 99) consideram ainda que existe *"uma bipartição no conjunto de predicadores: os que exprimem propriedades de indivíduos e os que exprimem propriedades de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos"*. Ou seja, os primeiros marcam as proposições com os traços semânticos [+ permanente] e [+ inerente] e os segundos com [+ limitado] e [+ acidental]. Assim, nas frases em que a selecção de *estar* prevalece sobre a de *ser* teríamos propriedades transitórias. No entanto, veja-se:

(41) Se fizerem *O Silêncio dos Inocentes III*, Sir Anthony Hopkins será Hannibal Lecter.

(42) Lee Lee Sobieski é a actriz do momento.

(43) Quando quer, o Rui é inteligente.

Se tomarmos como ponto de partida a dicotomia aristotélica de atributos essenciais (inerentes) e acidentais, constatamos que ser *Hannibal Lecter* não é uma propriedade inerente de *Sir Anthony Hopkins* e este só encarnará esse papel se a condição – *realização de O Silêncio dos Inocentes III* - for preenchida. Por outro lado, como considerar uma propriedade ancorada no momento presente, ou uma manifestação de um estado dependente da vontade da entidade que o manifesta como algo inerente? A concepção tradicional de *ser* e *estar* faria com que fosse teoricamente impeditiva da construção de frases como (41), (42) e (43), embora possa argumentar-se que a utilização do verbo *ser* seja validada por factores como a subordinação -condicional em (41) e temporal em (42) - ou a utilização de referentes temporais como em (43); ainda assim, é difícil conceber que propriedades inerentes, como é o caso da inteligência em (43), dependam de condições para se manifestarem, nem sequer que sejam temporalmente delimitadas. No entanto, curiosamente nestas construções não se verifica a possibilidade de permuta dos verbos *ser* e *estar*:

(40') *Se fizerem *O Silêncio dos Inocentes II*, Sir Anthony Hopkins estará Hannibal Lecter.

(41') *Lee Lee Sobieski está a actriz do momento.

(42') *Quando quer o Rui está inteligente.

Assim, parece comprovadamente pouco eficaz a proposta de Mateus et alii para dar conta das ocorrências citadas como exemplo e é redutor considerá-las como excepcionais, pois uma reflexão mais aprofundada permitirá encontrar todo um enorme

conjunto de frases nas quais se utiliza o verbo *estar* combinado com predicados não transitórios.

Embora interessantíssima, a questão ligada à distinção intuitiva que os falantes do português estabelecem entre a utilização de *ser* e de *estar* situa-se fora do escopo deste trabalho e não se pretende, de momento, aprofundá-la. Ainda assim, retomá-la-emos no Capítulo 3, tentando apresentar uma proposta de análise semântica que permita, em determinadas frases, justificar a opção por um ou por outro verbo. (Cf. 3.1.1.)

Um aspecto que importa reter é o estabelecimento de uma distinção relativamente à utilização do verbo *ser* que resulta em estruturas identificacionais e predicativas e tentar determinar de uma forma mais precisa as principais diferenças entre estas frases.

Uma questão bastante pertinente em relação às propostas das autoras relativamente à classificação deste verbo é o facto de o considerarem nas construções ditas predicativas como "verbo de ligação", que é sinónimo de verbo copulativo, e de não o fazerem em relação às frases identificacionais, nas quais ele tem um comportamento similar e, conforme foi já visto, entenderem que *ser* é copulativo nas construções passivas e nas pseudo-clivadas. Sem querer alargar às questões ligadas a estes últimos tipos de construções, a verdade é que este verbo a ser entendido como verbo de ligação nas frases predicativas terá também que o ser nas identificacionais.

Parece também questionável aceitar a existência de vários tipos de *ser*. De facto, se se exceptuar as frases em que este verbo se assume como predicativo existencial - de utilização reduzida- nas quais equivale em significado a "existir", a verdade é que em todos os outros casos ele aparece destituído de significado em si próprio, ainda que legitime marcas aspectuais - sejam elas de que natureza forem - modais ou temporais.

Assim, talvez seja de considerar não a existência de múltiplos verbos *ser*, mas a de um único e invulgar verbo que, sem apresentar um significado preciso, permite, de acordo com o contexto frásico, a existência de frases com características diversas, entre as quais serão de destacar as predicativas e as identificacionais, devendo nestas ser encarado como verbo copulativo.

1.5.4. Matos (85)

No seu estudo sobre o clítico verbal demonstrativo *-o*, Gabriela Matos, (pp 93 - 100), seguindo a proposta de distinção de Mateus et alii (83/89), propõe algumas formas de estabelecer a diferença entre as frases predicativas e as identificacionais. Por estas últimas, entende a autora enunciados que apresentam estados de coisas em que "*o que se pretende é estabelecer a identidade entre dois argumentos (daí que as expressões nominais que os materializam tenham de ser descrições definidas que obedeçam às propriedades formais de equivalência)*", o que não se afasta da definição freguiana já apresentada em 1.2.. No outro tipo de frases com *ser*, que a autora designa por "predicativas não-identificacionais", e nas quais o verbo é entendido como "de ligação", é reconhecido o objectivo de "*atribuir uma propriedade a um argumento*". Assim, nas primeiras, o verbo funciona como predicativo identificacional, e apenas nestas circunstâncias atribui "*Caso Nominativo aos elementos que ocupam a posição de "predicativo de sujeito*"".

Porém, antes de proceder à apresentação da proposta desta autora, há que deixar claras, ainda que de forma bastante sumária, as questões ligadas ao Caso.

Em português, as frases básicas obedecem a um padrão dominante de ordem de palavras e é, em grande medida, a distribuição dos constituintes que determina a função sintáctica destes. Noutras línguas, de que o latim é exemplo, verifica-se uma aparente ordem livre das palavras. Assim, estas línguas determinam as funções sintácticas dos constituintes frásicos através das marcações casuais. O Caso é, então, uma forma de marcação morfológica que permite distinguir, entre outras, as funções de sujeito e Objecto Directo, sendo morfologicamente visível em algumas línguas e noutras não.

Relativamente ao português, uma língua novilatina, a flexão casual foi-se perdendo, subsistindo apenas em subsistemas pronominais. Assim, consideram-se como caso Nominativo os pronomes pessoais que tipicamente preenchem a posição sintáctica de sujeito (*eu, tu*, etc); como acusativo temos aqueles que surgem em posição de Objecto Directo (*o, a,* etc) ; o dativo (*lhe, lhes*) está associado aos pronomes que surgem na de Objecto Indirecto e o caso oblíquo associa-se aos pronomes oblíquos (*prep + ele, - migo*, etc).

De acordo com Gabriela Matos, a "*ocorrência do clítico verbal demonstrativo*" restringe-se "*a contextos predicativos não-identificacionais*", não sendo, por

conseguinte, ele um elemento casualmente marcado com o Nominativo. São apresentados os seguintes exemplos comprovativos:

(44) O Senhor José é o porteiro da Faculdade.
*O Senhor José é-o.
(45) O Senhor José é porteiro da Faculdade.
O Senhor José é-o.

(44) é uma frase identificacional, estabelecendo uma relação de equivalência entre as entidades *Senhor João* e *o porteiro da Faculdade*, não sendo possível substituir esta última expressão pelo clítico. De facto, as únicas substituições possíveis, com a manutenção da gramaticalidade de (44), seriam

(44') O Senhor José é ele./ O Senhor José é esse.

verificando-se a marcação casual Nominativa. Por oposição, (45) admite a utilização do clítico, que de acordo com Matos, é marcado pelo Caso acusativo, sendo lógico supor que, em construções de "*ligação" e sem clítico - i. e., sem elementos que absorvam caso - o traço casual acusativo, que os referidos verbos têm disponível, seja atribuído aos seus complementos sob regência verbal.*" (p 100) Sem querer, de momento, questionar a possibilidade do verbo *ser* atribuir Caso Acusativo, questão à qual voltaremos em 2.5., a proposta de Matos permite desambiguar as frases com *ser* e chegar a uma generalização: só as estruturas com *ser* predicativo admitem a substituição do "predicativo" pelo clítico verbal *-o*, as identificacionais não o permitem. Porém, algumas questões podem, desde já, ser levantadas. Considere-se a seguinte frase, apresentada em 1.5.3. como (38), que a seguir se reescreve e se renumera:

(46) (a) Eu sou a mulher mais bonita da sala.
(b) Eu sou-o.
(c) Eu sou ela. / Eu sou essa.

A considerar fiável a proposta de distinção de Gabriela Matos, a conclusão lógica a tirar a propósito de (46) (a) seria a de que esta frase seria simultaneamente predicativa em (b) e identificacional em (c). Existe ainda um outro aspecto curioso, que pode ser referido a propósito de frases como:

(47) A baleia é o maior mamífero marinho.

(47') (a) A baleia é o maior mamífero marinho.

(b) A baleia é-o.

(c) ??A baleia é ele.

Estas frases, designadas como frases genéricas, nas quais a expressão singular *a baleia* designa toda a classe de indivíduos, ou seja, neste caso *todas as baleias*, quando integram um "predicativo" adjectival no grau superlativo relativo, funcionam de uma maneira bizarra relativamente aos clíticos. A possibilidade de (47') (b) e a muito fraca aceitabilidade de (c) implicaria que (47) é, na realidade, uma frase predicativa. Por outro lado, é fácil constatar a possibilidade de reversibilidade de (47):

(48) (a) O maior mamífero marinho é a baleia.

(b) *O maior mamífero marinho é-o.

(c) O maior mamífero marinho é ela.

(47) e (48) (a) são frases simétricas, i. e., são frases cujos termos pré pós verbais giram à volta do verbo como se este funcionasse como um eixo, criando imagens especulares, e não parece ser questionável a manutenção do sentido na passagem de uma para outra. Assim sendo, é incompreensível a aparente divergência entre (47), que admite o clítico verbal *-o*, e (48), que o não aceita em detrimento de um pronome casualmente marcado por Nominativo. A conclusão imediata só pode ser a de que a inversão gera uma frase identificacional. Veja-se também o comportamento de (49), ao sofrer a troca entre sujeito e "predicativo".

(49) (a) A mulher mais bonita da sala sou eu.

(b) *A mulher mais bonita da sala sou-o.

Assim, para validar esta proposta, teria de admitir-se a possibilidade de que determinadas frases, não apenas genéricas, mas nomeadamente aquelas com "predicativos de sujeito" compostos por adjectivos no grau superlativo relativo, funcionam de maneira excepcional, considerando que existem frases que

- são simultaneamente predicativas e identificacionais (Cf. (46));
- são predicativas e reversíveis e ao serem invertidas transformam-se em identificacionais (Cf. (47) e (48) (a)).

Isto permite considerar a hipótese de que existe, de facto, variação de significado, quando se regista a inversão da frase, sendo, então a proposta válida para a registar.

Esta hipótese permite aventar a possibilidade de uma ordem de constituintes original e falar de frases copulativas invertidas em relação a essa ordem. Esta é uma questão que retomaremos em 3.3.2.2.

Uma outra questão que pode também ser desde já delineada, de forma sumária, prende-se com a marcação casual. Chomsky propõe que a marcação de Caso é um fenómeno universal e essencialmente sintáctico. Existe em sintaxe a atribuição de um "Caso Abstracto" que pode ou não apresentar uma manifestação morfológica, consoante as línguas. Em termos muito sumários, uma vez que este assunto será retomado mais tarde, o verbo marca o seu complemento com Caso acusativo, enquanto o Nominativo é atribuído por uma categoria funcional (Flexão) ao seu Especificador, podendo este genericamente ser designado pelo sujeito. Ora, ao assumir a existência de (47) (b) e (48) (c) levanta-se a questão da atribuição do Caso. *ser*á possível que o mesmo verbo marque casualmente o seu "predicativo" de maneiras diferentes? Não nos parece que a resposta a esta questão possa ser afirmativa. Acreditamos que *ser* é um verbo incapaz de proceder a marcação casual, sendo a Flexão a única categoria capaz de atribuir Caso numa frase copulativa com *ser*. Admitimos a validade da utilização do clítico verbal demonstrativo ser restrita a contextos predicativos e inviável nas frases identificacionais, mas não acreditamos que este clítico esteja casualmente marcado com Acusativo. (Cf 2.5.)

Uma outra proposta de distinção apresentada por Matos prende-se com a possibilidade ou não de Construções de Deslocação à Esquerda, registando-se esta apenas em relação às frases predicativas, comprovando-o os seguintes exemplos:

(50) (a) *O Porteiro da Faculdade, o Senhor José é-o desde 1955.
(b) Porteiro da Faculdade, o Senhor José é-o desde 1955.

Esta proposta para além de parecer clarificar se a frase é efectivamente predicativa ou identificacional, permite concluir que a reversibilidade das construções altera efectivamente o sentido da frase. Veja-se:

(51) Eu sou a mulher mais bonita da sala.
A mulher mais bonita da sala, eu sou-o.
(52) A mulher mais bonita da sala sou eu.
*Eu, a mulher mais bonita da sala sou-o.
(53) A baleia é o maior mamífero marinho.
O maior mamífero marinho, a baleia é-o.
(54) O maior mamífero marinho é a baleia.
*A baleia, o maior mamífero marinho é-o

Deste modo, parece ficar claro que (51) é uma frase predicativa e que a sua frase simétrica, (52), é uma frase identificacional, o mesmo acontecendo em relação a (53) e (54).

Embora essencialmente de acordo com a proposta de Mateus et alii, Gabriela Matos diverge em alguns pontos importantes. Assim, admite que:

- os verbos de "ligação" (presumivelmente *ser* na sua vertente predicativa e *estar*) devem ser analisados como verbos plenos, e não como meros suportes de marcas de Tempo e Aspecto;
- as propriedades sintácticas dos verbos de "ligação" e as do *ser*-Identificacional são idênticas - subcategorizando ambos complementos oracionais não-frásicos ("construções predicativas") e são ambos verbos de Elevação.

O primeiro ponto não será discutido neste momento, embora já tenha sido abordado em 1.5.3., pois irá ser abordado no Capítulo 3. Relativamente à segunda questão, esta é importantíssima para a análise sintáctica das estruturas copulativas, pelo que se torna necessário desde já conhecê-la, embora a retomemos em diferentes pontos desta dissertação.

Ao analisar estruturas oriundas de um língua como o húngaro, na qual as construções predicativas não possuem elemento verbal expresso (Cf. 1.3.), Matos conclui que "*numa frase com um verbo "de ligação", o elemento que ocupa a posição estrutural de sujeito frásico é o argumento externo, não do predicador verbal, mas sim do predicador não-verbal que ocupa a chamada posição de "predicativo de sujeito"*." (pp 97 - 98)

(55) Péter barna. (Pedro moreno)

(56) Péter barna volt. (Pedro era moreno.)

Assim, Matos considera que é o "predicativo de sujeito" - nas frases com "verbos de ligação", ou seja, nas predicativas - que selecciona um argumento como seu sujeito e é este que vai aparecer posicionado na posição de sujeito frásico. Deste modo, considera que o complemento de *ser*, em estruturas predicativas (i. e. com verbos "de ligação") é oracional.

Por outro lado, Matos observa ser "*plausível admitir que as estruturas identificacionais se realizam sintacticamente através de complementos oracionais não frásicos e que o núcleo desses complementos oracionais desempenha uma função predicativa*" (p 99). Isto porque verifica que "*as construções predicativas identificacionais podem surgir, a par de construções predicativas não identificacionais, com outros verbos, como por exemplo,* considerar".

Sem querer de momento aprofundar as propostas relativas ao *complemento oracional não-frásico* sugerido por Matos, uma vez que iremos retomar esta questão nos Capítulo 2 e 3, verifica-se que este complemento, desde já designado por Oração Pequena, embora também surja frequentemente a designação Oração Reduzida, não é útil para estabelecer uma distinção entre estruturas predicativas e estruturas identificacionais, pois estas são iguais em termos da selecção que fazem do complemento. Ainda assim, a ideia de que os verbos copulativos surgem associados a um complemento oracional - a Oração Pequena - é aquela que é mais comunmente aceite e a ela voltaremos, abordando-a com maior profundidade, em 2.5. e 2.6. e no Capítulo 3.

Em síntese, um aspecto importante do trabalho de Matos (85) consiste na apresentação de algumas propostas para a distinção entre construções predicativas e identificacionais, sendo estas as seguintes:

- nas construções predicativas, o "predicativo" pode ser substituído pelo clítico verbal *-o*;
- só as construções predicativas admitem a possibilidade de Deslocação à Esquerda.

Verificou-se, no entanto, a existência de frases que não são claramente predicativas nem identificacionais. Estas frases serão estudadas no Capítulo 3.

1.5.6. A abordagem de Costa (98)

Uma outra questão que pode deve ser abordada ao fazer-se o tratamento das construções com o verbo *ser* prende-se com relação de forte proximidade entre o "predicativo" e o sujeito. Veja-se, por exemplo,

(57) *A baleia é porteiro da Faculdade.

(57) é claramente anómala do ponto de vista semântico, ainda que sintacticamente bem formada. A razão que justifica esta anomalia liga-se à desadequação entre o sujeito frásico - *a baleia* - e o "predicativo" - *porteiro da Faculdade.* De facto, este "predicativo" só pode ser utilizado em combinação com um termo que apresente o traço semântico [+ humano], o que não pode ser dito a propósito do sujeito. No seu artigo "*L'Opposition* <u>*ser/estar*</u> *en Portugais*", João Costa faz uma apresentação breve deste problema, embora o objectivo deste artigo seja estabelecer uma diferença entre a selecção de *ser* e a de *estar.* Assim, as frases consideradas por Costa são não identificacionais, uma vez que não é reconhecida a *estar* a propriedade de gerar frases deste género.

Este autor considera que as selecções argumentais se estabelecem entre os elementos não verbais das frases que integram *ser*, ou seja, são as características de um destes elementos, entendido como predicado e que corresponde ao "predicativo" tradicional, que impõe determinadas restrições ao sujeito, que vão permitir a viabilidade de determinadas frases, uma vez que é a obediência a essas restrições que permite gerar compatibilidade entre os dois termos não verbais da frase com *ser.*

Relativamente à selecção de *ser* ou de *estar*, Costa começa por comprovar que a selecção é feita pela combinação entre o sujeito e o predicado, enunciando algumas restrições semânticas que validam a escolha de um ou de outro verbo e apresentando uma tipologia de seleccionadores que, por se encontrarem fora do escopo desta dissertação, nos abstemos de reproduzir. Conclui então que, ao verificar-se esta selecção composicional do verbo, se torna necessário uma representação sintáctica que evidencie de forma explícita a relação entre o sujeito e o predicado, avançando, num primeiro passo, a seguinte proposta:

(58) O Paulo é/está doente.

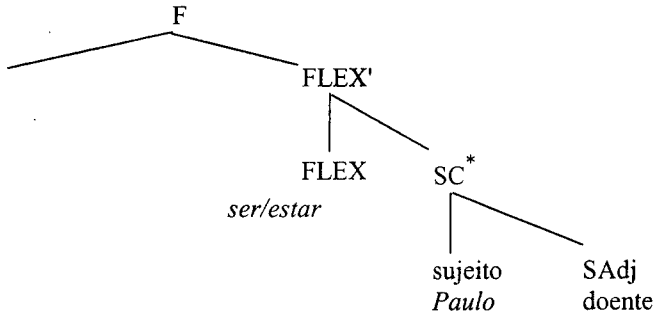


Figura 1

*Small Clause

A Figura 1 reproduz sob a forma de esquema aquilo que foi acima avançado, ou seja, sujeito e "predicativo", neste caso composto por um núcleo adjectival, mantêm uma estreita relação e integram uma estrutura predicativa denominada Small Clause (SC) - Oração Pequena, que analisaremos detalhadamente no Capítulo 2. Costa verifica então que é composicionalmente que os constituintes da *Small Clause* determinam se a propriedade expressa é permanente ou transitória - seguindo a concepção tradicional associada à diferença entre estes dois verbos - e seleccionando o verbo que se adequa a esta informação semântica. O problema, constata o autor, é que a selecção do verbo é feita de baixo para cima, o que contraria a noção tradicional de selecção, (p 150), sendo, por conseguinte uma proposta inaceitável.

Para distinguir a selecção de *ser* ou de *estar*, este autor propõe a ideia de que os verbos subcategorizam complementos de tipo diferente (p 151):

(59) *ser* __ $[_{SC}$
estar __ $[_{TP}$ $[_{SC}$[7]

Costa introduz a ideia de que entre a *Small Clause* e o verbo existe um nó Tempo, quando SC é complemento de *estar*, uma vez que este verbo, considera, implica uma restrição temporal, sendo, por conseguinte, lícito supor que se verifica a existência de um operador que assegure essa restrição.

Não sendo nossa intenção estabelecer uma distinção entre a natureza sintáctica das frases que integram *ser* e aquela aquelas que integram *estar*, o objectivo da

[7] Mantivemos as notações originais.

apresentação sumária do artigo de João Costa foi o de essencialmente dar a conhecer de uma maneira esquemática a noção de Oração Pequena, já referida na secção precedente, e do modo como se perspectiva a organização das frases com *ser*.

1.6. Síntese

Ao longo deste Capítulo foi nosso objectivo apresentar algumas propostas gerais sobre as frases com *ser* e tentar determinar se, de acordo com as múltiplas perspectivas abordadas, estas frases podem ou não ser abordadas uniformemente. Verificou-se que existem algumas propostas que consideram adequada a análise deste verbo como capaz de instituir enunciados de natureza diversa, salientando-se frases existenciais, predicativas e identificacionais. Também foi possível verificar que estas frases apresentam comportamentos sintácticos diversos, sendo, por exemplo, algumas capazes de se apresentarem como simétricas em relação a outras, enquanto outras frases com *ser* apresentam uma só ordem de constituintes possível.

Um outro aspecto importante que foi tratado, liga-se à forte relação que é possível detectar entre os constituintes não verbais das frases com o verbo *ser*, sendo verificado que estes dois elementos são gerados numa estrutura designada por Oração Pequena. O capítulo seguinte analisará com maior profundidade a estrutura deste tipo de oração, integrando-a nos princípios gerais da Gramática Generativa, que serão também apresentados de forma sumária.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS FRASES COPULATIVAS - A ORDEM E A ESTRUTURA

No capítulo precedente foram apresentadas várias perspectivas sobre o verbo *ser*, que, conforme foi possível verificar, são diversificadas. Por outro lado, foram também apontados critérios diversos que permitem eventualmente distinguir entre os vários tipos de proposição que o verbo *ser* parece ser capaz de veicular. Algumas questões relativas à organização sintáctica das frases com o verbo *ser* foram abordadas de um modo relativamente superficial, uma vez que aspectos essenciais ligados à estrutura frásica não haviam sido apresentados.

Assim, é objectivo deste capítulo apresentar algumas noções básicas e importantes, ligadas à Gramática Generativa, que permitam no Capítulo 3 analisar sintacticamente as estruturas com este verbo.

Por conseguinte, num primeiro momento será feita a apresentação de algumas noções ligadas à estrutura e à hierarquia de constituintes, bem como uma introdução genérica às questões ligadas às estruturas copulativas, fazendo-se a discussão de alguns aspectos mais ou menos consensuais. Uma vez que existem propostas recentes de análise sintáctica de estruturas copulativas, serão apresentadas duas - Heycock (94) e Moro (97) - seleccionadas pela sua importância para o estudo destas estruturas e por algumas ideias inovadoras que apresentam.

2.1. Da concepção linear da ordem de palavras à concepção de estrutura hierarquizada de constituintes

Qualquer frase de uma língua é formada "*superficialmente por uma sequência linear ordenada de itens lexicais*" (Raposo (93) p 65) Esta ordenação deve-se não apenas a uma mera soma de palavras, mas sim a uma estrutura interna organizacional, que leva a que determinados itens sejam integrados em determinados grupos e passíveis de serem excluídos de outros grupos. Assim, frases como:

(1) A Lara Croft disparou as uzis contra Marco Bartolli.

são gramaticais enquanto outras como (2)

(2) *A disparou Lara Croft uzis as Marco Bartolli contra.

não são aceitáveis. Isto deve-se ao facto de se registarem possibilidades combinatórias entre determinadas classes de palavras e inibições combinatórias entre outras. Assim, verifica-se em (1) que *a* e *Lara Croft* são passíveis de ser combinados entre si e formar um grupo no qual o artigo se situa posicionado à esquerda do nome, o mesmo acontecendo com *as* e *uzis*. Os dois grupos são hierarquicamente superiores aos seus elementos constituintes e o mesmo se verifica na sequência da preposição *contra* e o grupo nominal *Marco Bartolli*, que por sua vez se vão juntar a um grupo que lhe é hierarquicamente superior constituído pelo verbo *disparou* e a sequência *as uzis*. As regras combinatórias impedem a formação de, por exemplo, sequências com o item *a* e o verbo *disparou*. Assim, as estruturas frásicas estão arquitectadas em níveis diferentes, uns hierarquicamente superiores a outros, sendo o mais baixo o dos itens lexicais que, ocupando regularmente posições específicas, se vão sucessivamente incluindo em grupos maiores:

(3)

<table>
<tr><td colspan="6">a Lara Croft disparou as uzis contra Marco Bartolli</td></tr>
<tr><td colspan="2">a Lara Croft</td><td colspan="4">disparou as uzis contra Marco Bartolli</td></tr>
<tr><td>a</td><td>Lara Croft</td><td>disparou</td><td colspan="2">as uzis</td><td colspan="2">contra Marco Bartolli</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td><td></td><td>as</td><td>uzis</td><td>contra</td><td>Marco Bartolli</td></tr>
</table>

Cada grupo sintáctico é um constituinte e estes vão-se agrupando para formar níveis hierárquicos imediatamente superiores, dos quais são constituintes imediatos e pelos quais são dominados. Os vários elementos que constituem a estrutura de constituintes de uma expressão linguística são classificados num número finito de categorias lexicais, sendo as principais o Substantivo ou Nome (N), o Adjectivo (Adj.), o Verbo (V), a Preposição (Prep.) e o Advérbio (Adv.), e cada uma destas categorias é o núcleo de uma categoria hierarquicamente superior. Assim, N é o núcleo da categoria Sintagma (ou Grupo) Nominal (SN), Prep. é o núcleo de SPrep e assim sucessivamente. As categorias superiores construídas com base nas categorias lexicais são designadas por categorias sintagmáticas.

As primeiras versões da Gramática Generativa propunham regras sintagmáticas para explicar a criação das estruturas sintácticas.

Nesta concepção, a frase (F) (1) pode ser esquematicamente representada através das seguintes regras:

F ⟶ SN SV

SN ⟶ Det N

SV ⟶ V SN SPrep

SN ⟶ Det N

SPrep ⟶ Prep SN

Det ⟶ a, as

N ⟶ Lara Croft, uzis, Marco Bartolli

V ⟶ disparar

Prep ⟶ contra

Porém, esta proposta apresentava alguns problemas, entre os quais se pode referir o facto de conterem informação redundante, que já se encontrava na entrada dos itens lexicais. Considere-se, por exemplo, SV ⟶ V SN SPrep. Esta regra afirma que um Verbo é seguido por um SN e um SPrep, mas esta informação está contida nas propriedades lexicais do verbo *disparar*. Por outro lado, estas regras não eram suficientemente restritivas, o que levantava possibilidades de gerar um número quase infinito de estruturas, nem captavam a noção de núcleo, o que tornava possível admitir regras como SN ⟶ Adj SPrep.

Durante os anos oitenta, as regras sintagmáticas foram substituídas por uma teoria cuja ideia chave é:

- uma qualquer categoria sintagmática SX é a projecção da categoria lexical X, que é o seu núcleo.

Ou seja:

SX

X

Figura 2

O núcleo X pode aparecer acompanhado por um Complemento, o que nos obriga a considerar o esquema proposto na Figura 2, como:

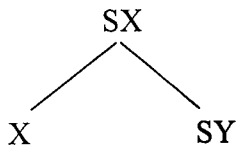


Figura 3

Por outro lado, também é possível constatar que o núcleo X pode ser acompanhado por um especificador (cf. SN → Det N). Entende-se por especificador um modificador das categorias lexicais que não é subcategorizado, ocorrendo, no Português, tipicamente à esquerda do núcleo X. Assim, surge a seguinte representação para dar conta da estrutura sintáctica de uma categoria SX:

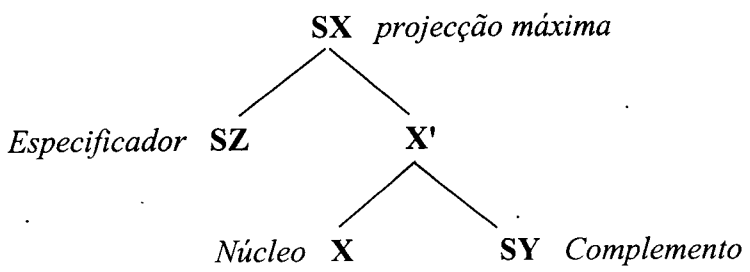


Figura 4

Como generalização pode ser afirmado que cada núcleo (X):

- projecta uma categoria máxima (SX);
- pode seleccionar um complemento, irmão do núcleo, ele próprio uma categoria sintagmática (SY);
- núcleo e complemento formam uma categoria intermédia, da mesma natureza do núcleo, mas não ainda um sintagma, (X');
- pode também projectar-se um Especificador (SZ), irmão da unidade (X').

O esquema representado na Figura 4 parece ter valor universal e é enquadrado na Teoria X-barra. Há ainda que notar que o núcleo de SX é obrigatoriamente X. Esta ideia institui o princípio da endocentricidade, sendo uma condição essencial à boa formação das frases. (Raposo (92) p 162) Por outro lado, esta generalização associa-se a outros princípios, por exemplo, a recursividade de determinadas combinações e deste modo dispensam-se as regras sintagmáticas acima apresentadas.

Um dos desenvolvimentos recentes desta teoria consiste em aplicar às categorias funcionais as ideias acima propostas. Uma frase finita é considerada como projecção máxima de um núcleo não lexical, mas sim de um núcleo funcional, i. e., sem conteúdo substantivo: a Flexão (Flex). Assim, a Frase passa a ser encarada como SFlex, o SN sujeito como Especificador do núcleo e o SV como Complemento funcionalmente seleccionado por Flex. Ou seja:

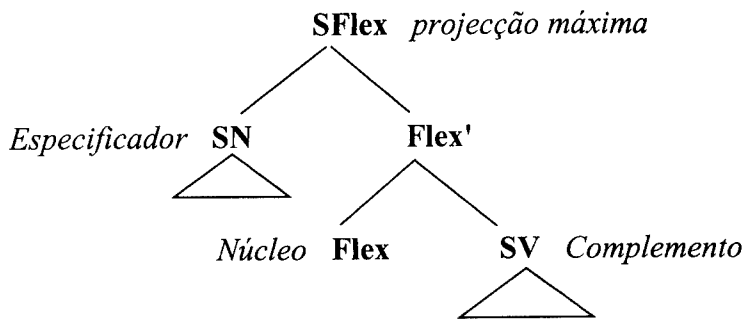


Figura 5

2.2. O Português como língua configuracional

Após terem sido apontadas, de forma sucinta, as ideias gerais que presidem à organização das categorias sintácticas, podem agora tecer-se algumas considerações sobre a ordem dos constituintes frásicos e sobre a estrutura sintáctica das frases básicas do português.

O português é uma língua configuracional, o que significa, em termos muito simples, que a distribuição dos constituintes nas frases básicas não é livre, obedecendo a um padrão dominante, sendo através da distribuição dos constituintes frásicos que são determináveis as funções sintácticas. Assim, tipicamente, o sujeito apresenta-se à esquerda do Verbo e à direita deste aparecem os Complementos (Objectos), sendo, assim, o português encarado como uma língua SVO.

É possível exemplificar a obediência a esta ordem estrutural canónica em (1), que a seguir se reescreve por questões de conveniência:

(4) A Lara Croft disparou as uzis contra Marco Bartolli.

O sujeito, definido sumariamente como a função gramatical do SN imediatamente dominado por F(SFlex), é *a Lara Croft*, surgindo estruturalmente posicionado à esquerda de V; o predicado, cuja definição sumária será de função gramatical do SV, é *disparou as uzis contra Marco Bartolli*. Como complementos de V temos *as uzis*, Objecto directo (SN imediatamente dominado por SV) e *Marco Bartolli* que é objecto da Preposição *contra* e sendo por sua vez o SPrep Complemento de V.

. A ordem dos constituintes das frases é importante não só para a determinação das suas respectivas funções sintácticas, mas também para determinar o significado. Veja-se:

(5) A Lara Croft matou o tigre.

(6) O tigre matou a Lara Croft.

Através destes dois exemplos bastante simples, é fácil constatar que, respeitando a ordem estrutural canónica, se regista uma troca da posição dos SNs que a integram, o que faz com que as funções sintácticas também sejam alteradas. Assim, o sujeito de (5) passou a Objecto em (6). Ambos os SNs preenchem propriedades de selecção categorial e determinados requisitos semânticos que lhes permitem surgir posicionados quer à esquerda, quer à direita de V, mas o efeito da alteração da posição e das relações sintácticas é a alteração do significado da frase.

2.3. Subcategorização e selecção temática dos predicados verbais

As questões ligadas aos requisitos semânticos são importantes. Embora o significado de uma frase seja composicional, ou seja, para ele contribuem todos os elementos que a integram, não há dúvida que a informação semântica contida nos verbos é fundamental. Numa abordagem sumária, a informação semântica que o verbo utilizado na frase tem e a exigência que ele impõe aos elementos com os quais se combina é essencial para o sentido completo da frase. Assim, cada verbo contém na sua entrada lexical informação sobre a selecção semântica e categorial dos argumentos com que se vai combinar. Tomemos como exemplo o verbo *matar*. Contida na sua entrada lexical está a informação da necessidade de combinação com um argumento com o traço semântico [+ animado] e com um segundo argumento com o mesmo traço [+ animado]. Mais ainda, o verbo contém informação sobre as categorias sintagmáticas

com as quais se combina, neste caso dois SNs. Assim, esquematicamente, a entrada lexical de *matar* pode ser representada da seguinte maneira: (Cf. Chomsky (86), Raposo (92))

$$\text{Matar}_V \quad \underset{[+\text{ animado}]}{\text{SN}} \quad \underset{[+\text{vivo}]}{<\text{SN}>}$$

A distinção entre os constituintes subcategorizados por V e o elemento com a função sintáctica de sujeito é feita ao considerar-se este como argumento externo e os primeiros como argumentos internos. V não subcategoriza um sujeito, porém designa o papel semântico realizada na posição de sujeito. Regista-se, portanto, uma assimetria: verifica-se uma selecção semântica do SN sujeito, mas não se verifica uma subcategorização deste.

Relativamente a (5) e (6), é possível verificar que ambos os SNs apresentam o traço semântico [+ animado], sendo portanto passíveis de ser comutados. A troca registada no posicionamento dos SNs, bem como a consequente alteração de funções sintácticas, altera substancialmente o significado das frases. Assim, em (5) *Lara Croft* é o agente que leva à morte da entidade tigre, enquanto em (6) é *o tigre* o agente da morte de Lara.

No sentido de explicar as relações entre a ordem de palavras e o significado das frases, é útil reflectir sobre a natureza dos papéis temáticos e sua relação com o significado lexical dos nomes e verbos.

Os nomes são comummente utilizados para referir entidades, sejam estas reais ou imaginárias, se afectados de determinação e quantificação, os N tornam-se SNs que têm, em geral, referentes. Os verbos tipicamente designam eventualidades, que envolvem não só os próprios verbos mas também outros elementos que com eles se podem combinar. Assim, por exemplo, em (5) o evento reportado pelo verbo *matar* envolve dois participantes: o *agente* que pratica a acção e o *objecto* ou *paciente* que a sofre. Termos como agente, paciente, experienciador e tema designam o papel semântico dos elementos envolvidos no evento ou no estado reportado pela frase e são conhecidos por papéis temáticos ou theta roles (θ-roles).

Cada verbo marca tematicamente, i. e., atribui um papel temático, às posições sintácticas dos seus argumentos. Assim, em frases que contêm verbos do género *matar*, a posição de sujeito é tipicamente preenchida por um SN ao qual é geralmente atribuído o papel temático de agente, sendo o papel temático de paciente atribuído à expressão nominal (SN) que ocupa a posição de Objecto.

A informação relativamente aos papéis temáticos está também contida na entrada lexical do verbo.

Assim:

$Matar_V$	SN	< SN >
	[+ animado]	[+vivo]
	{agente}	{paciente}

Isto faz com que as entidades do mundo real referidas pelas expressões nominais sejam associadas a certos papéis temáticos na eventualidade reportada pelo verbo; obviamente, uma alteração de posição sintáctica pode implicar uma alteração de papel temático e uma consequente alteração do significado da frase.

Ora, existem, porém, no Português, frases que parecem desafiar estas conclusões e regras gerais. Veja-se precisamente as frases com o verbo *ser*:

(7) Lara Croft é a heroína de Tomb Raider.
(8) A heroína de Tomb Raider é Lara Croft.

As frases (7) e (8) respeitam a ordem estrutural canónica, são ambas frases gramaticais e, como tal, deveriam apresentar variações de significado ao verificar-se a troca de SNs, das respectivas funções sintácticas e dos papéis temáticos que eventualmente cada posição assume. No entanto, não é isso que acontece. De facto, aquilo que é possível constatar é que o verbo se institui como uma espécie de substituto do sinal matemático de igualdade o que torna os "membros da equação" reversíveis, ou seja, X=Y é o mesmo que Y=X.

Por outro lado, o facto de existir a possibilidade de troca da distribuição dos SNs em frases como (7) e (8), sem que daí pareça registar-se uma alteração do significado das proposições, pareceria, à primeira vista, violar o <u>critério temático</u> de acordo com o qual, de um modo geral, cada argumento recebe um e só um papel temático e cada papel temático é atribuído a um e só um argumento. será que nas frases copulativas com *ser*, como (7) e (8), se verifica a atribuição de papéis temáticos? Se fosse esse o caso, e a considerar-se, por hipótese, que V atribui um qualquer papel temático ao sujeito da frase, ele seria atribuível aos dois argumentos em simultâneo, pois, como vimos, a reversibilidade das frases não afecta o seu significado.

Assim sendo, que tipo de validade têm as regras e princípios, mais ou menos consensuais, que têm vindo a ser apresentadas até aqui? Que tipo de propriedades

possuem frases como (7) e (8) que lhes permitem escapar à lógica que tem vindo a ser descrita? Será que frases com o verbo *ser* são de facto diferentes de todas as outras?

2.4. Tipos de eventualidades e caracterização aspectual das frases copulativas

Aqui chegados, torna-se imperativo proceder a uma distinção, ainda que sumária, das eventualidades reportadas por verbos e composicionalmente por construções frásicas e isto passa também por uma definição sumária de aspecto.

A noção de aspecto não é consensual e não é, de forma alguma, de simples definição. Pode, no entanto, definir-se informalmente como uma propriedade atribuível a proposições, que reflecte a organização temporal de uma eventualidade e é capaz de dar conta de questões como duração, telicidade, conclusão, iteração, etc. Assim, são questões de natureza aspectual que levam à construção de enunciados como:

(9) Estou a estudar há duas horas.

O enunciador de (9) perspectiva a eventualidade como durativa, atélica e em progresso e é o aspecto que dá conta disto. Mais ainda, (9) apresenta a eventualidade como algo que se prolonga ininterruptamente ao longo de um período de *duas horas*, sendo, por conseguinte, homogénea, i. e., igual em todos os subintervalos do intervalo de tempo em que ocorre. No entanto, é possível que durante este intervalo de tempo o enunciador tenha, por exemplo, atendido diversos telefonemas e tenha feito uma pausa para tomar café. Destas eventualidades, porém, não dá conta (9), uma vez que, de alguma forma, o seu enunciador não lhes atribuiu importância. Sendo verdade que a linguagem é utilizada para "dar conta das coisas do mundo", não será menos verdade que todos os seres humanos as perspectivam de modo diferente e, por conseguinte, dão conta delas de modos diversos.

Por outro lado, existem inúmeros itens capazes de actuar como modificadores aspectuais - operadores aspectuais. Sem pretender proceder a uma análise, ou sequer a uma apresentação minuciosa destes itens, e com o objectivo apenas de clarificar – no âmbito de uma proposta de definição informal – a noção de aspecto, considere-se (10):

(10) Estive a estudar há duas horas.

A alteração do tempo verbal do presente do indicativo de *estar*, em (9), para o pretérito perfeito do indicativo, em (10), é suficiente para permitir uma nova proposição. Assim, nesta última, a eventualidade é encarada como concluída – ou pelo menos interrompida – num período de tempo que antecede o ponto de fala em duas horas. Levando em linha de conta que tanto (9) quanto (10) são proposições verdadeiras, a maneira como são enunciadas referem claramente eventualidades diversas no seu aspecto, diversidade esta assente sobretudo na distinção básica concluído/ não concluído, que é transmitida pela selecção do tempo verbal.

Ao abordar sumariamente as questões ligadas ao aspecto, é inevitável fazer referência às chamadas "classes aspectuais" de predicados em que se integram as eventualidades, uma vez que existem proposições que são passíveis de ser integradas em classes aspectuais diversas.

A distinção entre estados e eventos é uma questão fundamental para a descrição e caracterização das eventualidades. De uma forma geral, os estados são entendidos como estados de coisas não dinâmicos, ocupando intervalos de tempo nos quais não se verificam quaisquer tipo de alterações, enquanto os eventos se reportam a situações dinâmicas. Esta distinção é bastante simplista e não dá conta da complexidade que a análise de proposições enunciadoras de estados regra geral contém. É, então, importante apontar a proposta mais conhecida, que está na base de muitas outras, e que permite uma definição genérica destas eventualidades.

Zeno Vendler[8] (1967) propõe uma distinção entre eventos e estados, partindo da diferença básica que radica na ausência/presença de dinamismo. Os estados são tipicamente [- dinâmico] e não têm fases sucessivas. São homogéneos, ou seja, são iguais em todos os subintervalos do intervalo de tempo em que se verificam. Os predicados estativos não comportam informações acerca de fases (preparatória, culminativa, resultante) ou subeventos. Quanto aos eventos, Vendler propõe uma distinção tripartida que os divide em actividades, "accomplishments" e "achievements". Assim, as *actividades* contém os traços [+ durativo] e [+ atélico] enquanto os *accomplishments* se caracterizam pelo [- atélico] e os *achievements* por [- durativo] e [+ pontual]. Além disto, as actividades e os "accomplishments" apresentam-se como processos faseáveis, isto é, com fases sucessivas, distinguindo-se relativamente à homegeneidade: as actividades são homogéneas e os "accomplishments" heterogéneos.

Os exemplos clássicos desta tipologia são:

- Estado – *O Francisco é mortal. / Ela está em perigo.*
- Actividade – *O Francisco caminhou durante quilómetros. / Ela conduziu o carro cuidadosamente.*
- Accomplishment – *Ela comeu uma maçã.*
- Achievement – *Ela ganhou a corrida. / Ela chegou a casa.*

Não se afastando da distinção básica entre estados e eventos, Marc Moens (1988) continua a conceber os estados como elementos não dinâmicos, reportando-se estes, por conseguinte, a estados de coisas nos quais se não verifica qualquer tipo de alteração. Relativamente à classe dos eventos, Moens concebe-os como entidades estruturadas, com uma constituição interna. Isto permite conceber os eventos com fases, sendo estas períodos característicos nos quais se manifestam propriedades específicas que tanto o identificam como o distinguem de todos os outros. A estrutura fásica dos eventos surge esquematizada no chamado Núcleo Aspectual:

Processo preparatório ⟶ Ponto de culminação ⟶ Estado resultante

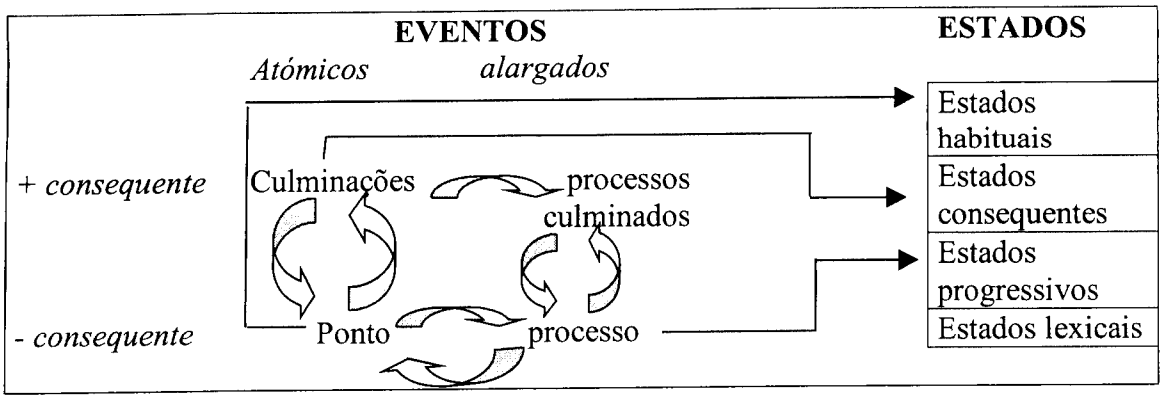
O *processo preparatório* é uma fase durativa, homogénea e atélica, enquanto o *ponto de culminação* é uma fase atómica e indivisível. O *estado resultante* caracteriza-se como sendo uma fase estativa (não dinâmica por definição) que dá conta da existência de consequências que resultam da concretização de um evento télico. Assim, os eventos distinguem-se consoante são estruturados e uma expressão pode reportar-se a diferentes partes do núcleo, ou descrevê-las de perspectivas diversas. Moens propõe a divisão desta classe em quatro: processos, processos culminados, culminações e pontos. Os *processos* são constituídos apenas pelo processo preparatório, não tendo ponto de culminação. Os *processos culminados* integram as três fases, enquanto as *culminações* apenas as duas últimas. Quanto aos *pontos*, contemplam apenas as culminações sem contemplarem as consequências.

A proposta de Moens permite ainda a transição de umas classes para outras, através de ganhos ou perdas de fases, dando origem a eventualidades derivadas e instituindo uma Rede Aspectual. Esta é bastante útil, uma vez que torna possível

[8] Apud Cunha (1998)

perspectivar o mesmo estado de coisas de forma diferente. Assim, por exemplo, um processo culminado pode passar a processo.

A Rede aspectual proposta por Moens tem a seguinte configuração:[9]



Um aspecto que importa notar relativamente à Rede Aspectual é a indicação de existência de diferentes tipos de estado. Os *estados lexicais* – que não aparecem na proposta de Moens (1988) ligados a nenhum tipo de evento – podem ser sinteticamente descritos como aqueles que derivam de certas propriedades inerentes a determinados itens lexicais, como por exemplo predicadores. Os *estados progressivos* surgem após a aplicação do operador progressivo. O *estado consequente* (ou resultante) é uma parte do Núcleo Aspectual e tem como principal característica tratar-se de uma fase que representa, de uma forma não dinâmica, as consequências subjacentes a grande parte das culminações. O esquema não permite que o estado consequente ocorra sem ter sido precedido por uma culminação. O *estado habitual* forma-se a partir da iteração de eventos. Esta permite a perspectivação global daqueles, que se apresentam então como uma espécie de contínuo em que se verifica a manutenção do estado.

Estabelecida, ainda que de modo bastante sumário, a principal diferença entre estados e eventos, e caracterizados diversos tipos de estados, de acordo com a tipologia de Moens, torna-se então possível constatar as diferenças semânticas que separam frases como (1) e (7) , que a seguir se reescrevem.

(11) A Lara Croft matou o tigre.

(12) A Lara Croft é a heroína de Tomb Raider.

[9] Na sua dissertação de Mestrado, Luís Filipe Cunha estabelece uma ligação entre o grupo dos Estados e dos Processos, provavelmente ligada à possibilidade de os estados faseáveis serem convertíveis em processos.

De facto, (11) apresenta um evento, um achievement para Vendler, ou uma culminação para Moens, enquanto (12) apresenta um estado, na medida em que apresenta uma eventualidade homogénea, não dinâmica e igual em todos os intervalos de tempo em que se manifesta. Não nos interessa no momento apurar que tipo de estado, de acordo com a tipologia de Moens, traduz (12), uma vez que este assunto será retomado no Capítulo 3.

Ainda assim, isto não torna possível determinar, em (12), o papel temático atribuído ao SN posicionado como sujeito e ao SN que surge na posição sintáctica de Objecto. Por outro lado, uma simples distinção de classe aspectual entre as proposições que integram as frases (11) e (12), poderia levar à conclusão que os eventos não permitem uma reversibilidade dos SNs que os integram sem se verificar alteração de significado, enquanto as proposições estativas funcionariam de modo inverso. E tal parece ser suportado por exemplos como:

(13) A Lara Croft parece a arqueóloga do Tomb Raider.
(14) A arqueóloga do Tomb Raider parece a Lara Croft.

No entanto, e sem querer alargar muito a nossa análise e independentemente do tipo de estado veiculado pelas proposições (13) e (14), qualquer falante do português reconhece discursivamente diferenças entre estas duas frases. Assim, (13) afirma da entidade *Lara Croft* que esta apresenta características que, de algum modo, a aproximam da entidade apresentada pela descrição definida *a arqueóloga do Tomb Raider*, enquanto (14) afirma precisamente o oposto.

Assim sendo, justifica-se levantar as seguintes questões:

- Que tipo de características apresentam o verbo *ser* que parecem permitir a existência de construções equativas, nas quais aparentemente funcionam apenas como uma espécie de sinal matemático de igualdade?
- Existirá uma ordem de constituintes preferencial, canónica, nas estruturas frásicas integrando este verbo?

Ao longo deste capítulo e no Capítulo 3 procurar-se-á encontrar uma resposta válida para estas questões.

2.5. A estrutura das frases copulativas

Ao analisar a estrutura das frases copulativas de imediato se levantam questões importantes como sejam aquelas que se relacionam com a selecção semântica que o Verbo copulativo efectua ou não.

(15) A Sara é a mãe do Rui.
(16) Os lírios são amarelos.
(17) A honestidade é uma virtude.
(18) Aquele Mercedes azul é do Zé.
(19) A mulher mais bonita da sala sou eu.
(20) As curvas do IP5 são um perigo.
(21) Um ferryboat é um barco.
(22) A Lei é a Lei.

Uma observação rápida das frases acima transcritas permite concluir que, a existirem, as restrições categoriais impostas pelo Vcop são diversificadas. A única exigência que parece constante é a de realização de um SN na posição sintáctica de sujeito. Porém, mesmo esta aparente exigência se desfaz perante a possibilidade, no português, de frases como:

(23) É um dia triste.
(24) São cinco da tarde.
(25) É uma questão de opinião.

Embora as frases (23) a (25) ofereçam problemas de análise diversos, fora do âmbito desta dissertação, são úteis para comprovar a possibilidade de, na língua portuguesa, existirem construções com a posição sintáctica de sujeito não preenchida, uma vez que esta língua é marcada positivamente quanto ao parâmetro do sujeito nulo. Quanto aos elementos que surgem à direita de V, verifica-se a existência de SN, SAdj, SPrep, parecendo haver uma grande amplitude de possibilidades de selecção relativamente às categorias lexicais nucleares dos sintagmas que *ser* teoricamente subcategoriza.

Relativamente à restrição semântica existem também diversas questões das quais é importante dar conta. De facto, o elemento que surge sintacticamente posicionado à esquerda do verbo, posição típica de sujeito, apresenta traços muito diversos, como é o caso de [+animado] [+ humano] em (15) e (19); [- animado] [+concreto] em (16), (18), (20) e (21) e [- concreto] em (17) e (22). Parece pois que, à semelhança do que acontece com a restrição categorial, existe também uma grande liberdade na selecção dos traços semânticos do elemento colocado na posição de sujeito.

Uma outra questão bastante curiosa é o facto de aparentemente não ser o V a efectuar restrições semânticas ao SU. Veja-se:

(26) *A Sara é uma virtude.
(27) *Os lírios são um perigo.
(28) *A honestidade é amarela.
(29) *Aquele Mercedes azul é a mãe do Rui.
(30) *A mulher mais bonita da sala é a Lei.
(31) *As curvas do IP5 são um barco.
(32) *Um ferry sou eu.
(33) *A Lei é do Zé.

As frases (26) a (33) são semanticamente anómalas – pese embora a possibilidade de uma leitura metafórica de algumas delas. O SU e o $V_{copulativo}$, no entanto, não sofreram alterações, tendo apenas havido uma permuta dos elementos posicionados à direita deste, que já se haviam revelado capazes de integrar construções gramaticais com *ser*. As conclusões que parece lícito tirar são as de que as restrições semânticas não são efectuadas pelo $V_{copulatvo}$ e de que existe algum tipo de interrelação entre o elemento sintacticamente posicionado como SU e aquele que surge à direita do Vcop, havendo inclusivamente a possibilidade dessas restrições serem efectuadas por este, conforme já foi visto no Capítulo 1.

Uma outra questão que importa debater é a da atribuição de papel temático àquilo que, aparentemente, são os argumentos de Vcop.

Lindley Cintra e Celso Cunha (p 133) afirmam a propósito dos verbos que *evocam estados que a atitude da pessoa ou coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é o agente nem o paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve*[10]. Estes autores apercebem-se que não existe, nas frases

[10] Sublinhado nosso.

com os chamados verbos de ligação, a atribuição de papéis temáticos, embora a sua afirmação quase permita reconhecer no sujeito o papel temático Locativo. Isto deriva do facto de estes autores entenderem os verbos de estado como expressões de *um processo verbal*. Porém, na realidade, verbos como *ser* e *estar* não exprimem processos, uma vez que, conforme foi já visto são verbos que aspectualmente se integram na classe dos estados, e nenhum dos papéis temáticos – Agente / Causador, Experienciador, Beneficiário ou Alvo / Locativo / Tema – se adequa a qualquer um dos constituintes das frases, embora possa ser argumentado que Cunha e Cintra não utilizem os termos com rigor. Além disso, não parece lícito presumir que V atribua a um suposto argumento externo um papel temático que é pode ser atribuído novamente a um suposto argumento interno, uma vez que se verifica a reversibilidade de frases copulativas identificacionais com manutenção do significado original. Veja-se:

(34) A Sara é a mãe do Rui.
(35) A mãe do Rui é a Sara.

As estruturas (34) e (35), que instituem frases identificacionais, comprovam que não é possível considerar-se a atribuição de papéis temáticos aos argumentos que as integram sem que se registe uma violação do <u>critério temático</u>, que postula, de forma sucinta, que <u>cada argumento recebe um e só um papel temático e cada papel temático é atribuído a um e só um argumento</u>, uma vez que a atribuir-se, por exemplo, o θ role Locativo, ele seria atribuído aos dois argumentos, pois só isso é que permitiria explicar a reversibilidade das frases com a respectiva manutenção do significado.

Deste modo, só se regista uma conclusão possível:

(36) O verbo *ser*, em estruturas identificacionais, não atribui papéis temáticos.

Para validar esta conclusão, podem também apontar-se exemplos em que o verbo *ser* pode funcionar em português com um único argumento à sua direita, sem qualquer elemento posicionado à esquerda, como em (37).

(37) É Verão.

Dada a relação estrita que o elemento pré e pós cópula evidenciam a conclusão a que se chega é a de que existe um domínio predicativo mínimo, composto por um

sujeito e um predicado, do qual se encontram ausentes o Tempo e a Flexão. Este domínio é designado por Small Clause (SC), ou seja, Oração Pequena (OR), de acordo com Stowell[11].

Assim, a estrutura da frase copulativa (15) teria que ser semelhante àquela apresentada em 1.5.6.. [12]

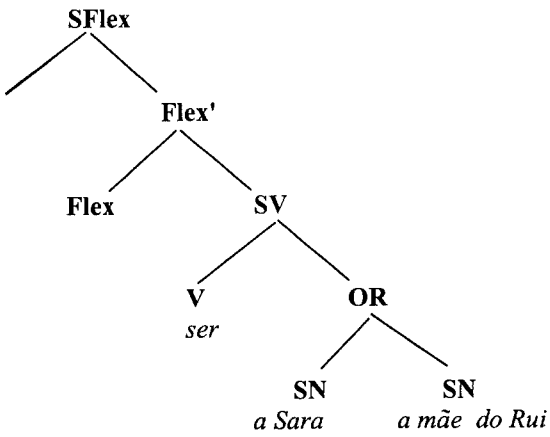


Figura 6

Esta estrutura permite de facto tornar visível a relação entre os dois sintagmas, que se juntam no interior do complemento oracional do verbo.

Há que levar em linha de conta que a noção de Oração Pequena se liga também a verbos transitivos-predicativos como *considerar, achar, julgar e imaginar* que seleccionam como seu complemento um domínio predicativo sem Tempo nem Flexão, como pode ser constatado em:

(38) Considero Hannibal Lecter o maior psicopata de sempre.

É fácil verificar que se regista uma relação de predicação entre os sintagmas *Hannibal Lecter* e o *maior psicopata de sempre*, e que ambos funcionam em conjunto como o complemento do verbo, ou seja, (39) é equivalente em termos de sentido a (38):

(39) Eu considero que Hannibal Lecter é o maior psicopata de sempre.

[11] Referência recolhida num documento recolhido, em 1999, na WWW, da autoria de ZAMPARELLI, R. no site http://www.cogsci.ed.ac.uk/~roberto/layers/sc.html

[12] A este propósito veja-se também Mateus et alii (89) pp 217 - 221, Matos (85), Raposo (92)

(40), por seu turno, é agramatical.

(40) *Eu considero Hannibal Lecter.

Quer isto dizer que aquilo que é *considerado*, isto é, o complemento do verbo *considerar*, é uma proposição (*Hannibal Lecter é o maior psicopata de sempre*) e não uma entidade (*Hannibal Lecter*). A Oração Pequena é, pois, no seu conjunto, complemento de um predicado verbal, sendo assumido como um constituinte.

De acordo com a proposta de Stowell, estas orações não têm a categoria Flexão nem Comp, não podendo, por conseguinte, ser assumidas como projecções máximas de nenhuma delas. Assim, ele propõe que as Orações Pequenas são projecções do seu predicado, o que permite concluir que as categorias que instituem o predicado - que são diversificadas, podendo ser, por exemplo, SAdj, SN, SPrep - também seleccionam um sujeito, que terá que ser encarado como seu argumento externo. (Cf. Raposo (92) p 217).

Confirma-se, pois, a conclusão apresentada em (36) de que *ser* não selecciona um argumento externo e, uma vez que o não faz, não marca tematicamente a posição de um sujeito que não possui. Uma vez que V não selecciona argumento externos também não faz marcação de Caso, o que está conforme com a generalização de Burzio que postula que um verbo que não tem argumentos externos não atribui Caso Acusativo e um verbo que não faz marcação casual com Acusativo não marca tematicamente um argumento externo[13].

2.6. O verbo ser e as Orações Pequenas

A noção de Oração Pequena já surgira aquando da apresentação das proposta de Matos (85) e de Costa (98) e é aquela que parece adequar-se melhor à explicação da estrutura sintáctica das estruturas copulativas.

Assim, no caso de (15) (*A Sara é a mãe do Rui.*) verifica-se o posicionamento, em estrutura profunda, de um SN, *a Sara*, colocado na posição de sujeito da Oração Pequena, e um segundo SN - *a mãe do Rui* - posicionado como predicado de OR; se

[13] Referência colhida em 1999, na WWW, em http://www.phon.ucl.ac.uk/home/hans/courses/plins102/arguments2.html

esta é ou não a projecção máxima deste predicado é assunto que não interessa de momento debater.

Porém, de imediato, se levanta a questão de em (15) se verificar a colocação do SN *a Sara* na posição de sujeito de superfície. Para ela, porém, existe uma resposta relativamente simples que assenta na teoria do Caso, mais propriamente no Filtro do Caso.

De acordo com esta, existe em sintaxe a atribuição de um *Caso abstracto*. O Caso é atribuído aos SNs e todos os SNs foneticamente realizados devem encontrar-se em posições recebedoras de Caso ou devem ser casualmente marcados. As categorias atribuidoras de Caso são Verbo (V) e Preposição (Prep), que atribuem Caso aos seus complementos, acusativo e dativo/oblíquo, respectivamente, e Flexão (Flex) que atribui Caso Nominativo ao seu Especificador (Esp). Uma vez que todos os SNs com matriz fonética devem ser casualmente marcados, o Filtro do Caso rejeita como agramaticais todas as construções com SNs foneticamente realizados, mas sem marca casual.

Em termos práticos isto leva ao seguinte raciocínio: sendo a posição de SU tipicamente recebedora de Caso Nominativo, Vcop não pode atribuir acusativo ao SN *a Sara* - o SU de OR - e uma vez que a única categoria capaz de proceder a esta atribuição é Flex, é aplicada sobre o SN uma regra transformacional de movimento - Mover α -, que permite a movimentação de um constituinte α para uma posição alvo, deixando um lugar vazio co-indexado, que é, na realidade, um seu vestígio. Assim, o SN eleva-se da posição de SU de OR, local onde presumivelmente é engendrado, para a posição de SU de superfície, local onde vai receber Nominativo e satisfazer, deste modo, o Filtro do Caso e ser, por conseguinte, gerada uma frase gramatical.

Ou seja:

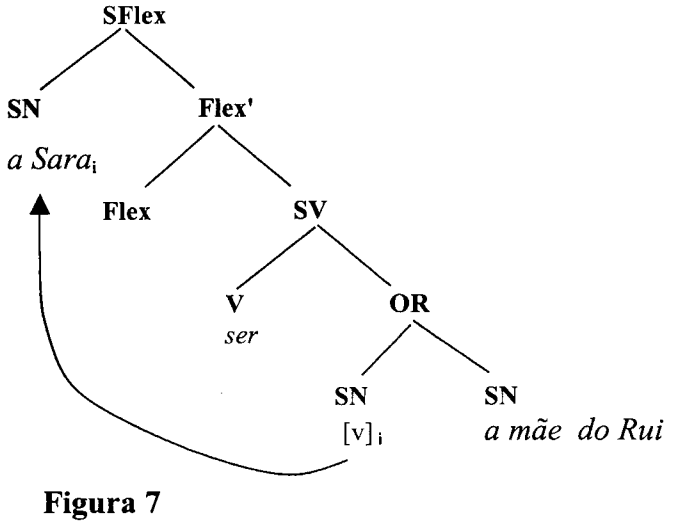


Figura 7

Assim, de acordo com a proposta da Figura 7, a frase (15) apresenta uma estrutura de superfície explicável pela subida do SN SU de OR para a posição de ESP de FLEX, sendo este *landing site* uma posição acessível à marcação por FLEX do Caso Nominativo. Deste modo se conclui que (15) é uma Construção de Elevação, elevando-se o sujeito da Oração Pequena para a posição de sujeito da frase matriz. Este tipo de construção (de Elevação do sujeito) surge associada a verbos que não atribuem papel temático ao argumento externo - como já vimos ser o caso de *ser* - e seleccionam como complemento uma oração com uma posição de sujeito não marcada com Caso. A motivação geralmente identificada para a Elevação é o acesso ao Nominativo que FLEX tem para atribuir. Este assunto será retomado e aprofundado no Capítulo 3.

Um aspecto que importa também relevar prende-se com a ordem dos constituintes da Oração Pequena. Antes porém de fazer uma abordagem sumária desta questão, convém clarificar que não se regista propriamente um consenso em relação ao assunto, embora pareça genericamente bem aceite a proposta de uma ordem fixa para os constituintes da Oração Pequena. (Cf. Heycock (94) e Moro (97))

A considerar que existe uma configuração pré-estabelecida, deve ser intuído que qualquer um dos constituintes da Oração Pequena se pode elevar até à posição de ESP de FLEX em busca de Caso.

Considere-se:

(41) O criminoso é o mordomo.
(42) O mordomo é o criminoso.

A aproximação de (41) e (42) institui uma estrutura na qual o verbo *ser* funciona como uma espécie de "*eixo de simetria*", à volta do qual giram os dois SNs, sem que pareça determinável qualquer tipo de ordem. A única diferença que parece existir entre estas duas frases é uma questão de foco. Em termos muito genéricos, pode definir-se foco como um constituinte que contém informação nova, sendo focalizado o elemento que se apresenta à direita do verbo: *o mordomo* em (41) e *o criminoso* em (42).

Algumas questões surgem de imediato:

- ao assumir que *ser* institui uma construção de Elevação de sujeito, será possível considerar-se que é sempre o elemento que ocupa a posição de sujeito da Oração Pequena que se eleva?
- existirá uma ordem arbitrária para os constituintes da Oração Pequena?

- existirá uma ordem canónica para a Oração Pequena?
- será a elevação arbitrária, dependente do Foco, ou de qualquer outro factor por determinar, podendo elevar-se o predicado?
- Se a motivação para a elevação de um dos constituintes da Oração Pequena é o acesso ao Caso, como é que o SN que permanece *in situ* é casualmente marcado?

Estas são as grandes questões que se colocam em relação à estrutura das frases com *ser* e para as quais existem algumas propostas que apresentaremos na secção seguinte.

2.6.1. Propostas recentes

A análise sintáctica das estruturas copulativas divide-se em duas grandes linhas de pensamento. Uma propõe uma partição de estruturas, apontando a existência de construções equativas, ou seja, de frases que apresentam o mesmo valor de verdade independentemente da colocação dos elementos que as constituem e que podem ser simplificadamente aproximadas das frases identificacionais, uma vez que conforme visto ao longo do Capítulo 1 estas são as estruturas que apresentam a propriedade da reversibilidade, e de construções predicativas. Esta proposta radica em alguns dos pressupostos já apresentados no Capítulo 1, com origem na tradição fregueana. Resumidamente, pode referir-se que esta abordagem aponta a existência de construções predicativas, nas quais o SN2, o atributo, é predicado de SN1 o sujeito. Este é encarado como "receptáculo" da propriedade representada pelo SN2. As construções equativas são apresentadas como contendo SNs que são referencialmente idênticos.

Em trabalhos mais recentes, (Cf Carnie (95) que não apresentaremos) refere-se a existência de apenas uma estrutura copulativa, uma vez que se constata que não existe um equivalente para o sinal matemático "=", nas línguas naturais e tanto as construções predicativas quanto as ditas equativas revelam grandes assimetrias entre os dois SNs associados à cópula. Assim, é proposta apenas um tipo de construção.

As propostas que a seguir se sintetizam apresentam duas das propostas mais recentes em relação à estrutura das frases com *ser*, que visam determinar a existência de

uma ordem canónica e de frases invertidas em relação a essa ordem. Ambas as propostas analisam apenas as estruturas identificacionais.

2.6.1.1. Heycock (94)

Na tentativa de determinar a estrutura das Orações Pequenas e de estabelecer uma distinção válida entre as *estruturas canónicas* e as *inversões*, para o inglês, Heycock começa por destacar que não é forçoso que o SN sujeito seja definido, apresentando exemplos de frases copulativas com indefinidos:

(43) A possible solution would be this. (Uma solução possível seria isto.)
(44) This would be a possible solution. (Isto seria uma solução possível.)

Definindo de forma breve inversão, a autora afirma tratar-se de uma construção que se caracteriza por ter na posição *pré-verbal um SN atributivo e na posição pós-verbal um SN referencial.* Afirma também que um outro traço que permite distinguir frases invertidas de frases canónicas se prende à posição do Foco fonológico, que é fixa nas primeiras, sendo nestas sempre focalizado o elemento que segue a cópula, e registando-se nas canónicas a possibilidade de variação do elemento focalizado.

(45) a. A: Was the culprit John or Bill?
(O culpado foi o João ou o Bill?)
B: JOHN was the culprit.
(O JOÃO foi o culpado.)
b. A: Was John the culprit or the victim?
(O João é o culpado ou a vítima?)
B. John was the CULPRIT.
(O João é o CULPADO.)
(46) a. A: Was the culprit John or Bill?
(O culpado é o João ou o Bill?)
B: The culprit was JOHN.
(O culpado foi o JOÃO.)
b. A: Was John the culprit or the victim?
(O João é o culpado ou a vítima?)

B. *The CULPRIT was John.
(*O CULPADO foi o João.)

Assim as frases declarativas (45) a. e b. passam o teste, permitindo concluir que estão de acordo com a ordem canónica, enquanto as declarativas (46) a. e b. são, de acordo com este teste, inversões a essa ordem. Este teste adequa-se ao português, apresentando as frases traduzidas dos exemplos da autora um comportamento idêntico àquele detectado para o inglês.

Um outro aspecto que permite identificar as frases invertidas é a impossibilidade de clivar o SN em posição pré-verbal nestas construções, que também é detectável em português:

(47) *Canónica*: It's Simon brother that's the problem. (É o irmão do Simon que é o problema.)
(48) *Invertida*: *It's the problem that's Simon's brother. (*É o problema que é o irmão do Simon.)

Assim, o SN que antecede a cópula nas construções invertidas não pode estar na posição de Foco de uma clivada, ou seja, ao construir-se uma frase clivada, se esta for invertida, o SN sujeito da frase canónica aparecerá na posição pós cópula e isso faz com que a estrutura não seja viável. Conforme se constata em (47) e (48), a agramaticalidade dos exemplos do inglês encontra correspondência nas frases portuguesas, sendo este teste adequado para determinar se existe ou não uma ordem canónica para a língua portuguesa.

No sentido de estabelecer se existe ou não uma relação entre as frases canónicas e as invertidas, Heycock favorece a hipótese de existência de um único verbo *ser* (*Be*), que tem como complemento em Estrutura-P uma Oração Pequena com uma ordem estrutural fixa. Após a derivação, a frase com *Be* vai surgir em Estrutura-S com configurações diferentes. Assim, a construção invertida e a construção canónica apresentam transformações diversas partindo de uma mesma origem: a cópula selecciona sempre uma Oração Pequena como complemento, que tem uma ordem fixa: na construção canónica é o sujeito que se eleva, na inversão sobe o predicado (análise por elevação do predicado).

Heycock nota também que frases canónicas e inversas apresentam reacções diferentes ao fenómenos da extracção: o SN em posição pós-verbal de uma frase

canónica pode ser extraído. Relativamente a uma construção invertida, não só este SN não pode ser extraído, como também se verifica a impossibilidade de subextracção de qualquer um dos elementos internos deste SN.

(49) (Canónica) Which of the themes do you think that phrase of music was? (Qual dos temas pensas que aquele excerto musical é?)

(50) (Invertida) *Which phrase of music do you think one of the themes was? (Que excerto musical pensas que aquele tema é?)

A autora considera que se se não registasse qualquer diferença entre as duas construções, não seria possível encontrar uma explicação para esta assimetria. O SN pós cópula na construção inversa está na posição do sujeito da Oração Pequena e é por esta razão que se regista a impossibilidade de subextracção deste sintagma devido ao efeito da Condição de sujeito. Esta radica na Teoria da Ligação que restringe a classe dos constituintes dos quais se pode ou não extrair elementos.

Este teste não pode, porém, ser aplicado com fiabilidade à língua portuguesa, pois as interrogativas que a seguir se apresentam são bem formadas:

(51) (Canónica) Que personagem pensas que o mordomo é?

(52) (Invertida) Que personagem pensas que o criminoso é?

Partindo da noção de Oração Pequena, que acima foi enunciada de modo breve, Heycock apresenta uma proposta sobre a ordem dos elementos que a integram. Para o fazer, estabelece uma aproximação entre construções copulativas, e as que integram verbos como *considerar* que também se ligam a Orações Pequenas.[14] Assim, surgem para o inglês frases do género:

(53) I consider John the culprit.

(54) *I consider the culprit John.

[14] As Orações Pequenas apresentadas pela autora colocam diversos problemas de análise, uma vez que estão ligadas a verbos transitivos. Isto faz com que elas sejam portadoras de inúmeras especificidades que se não registam nas Orações Pequenas ligadas à cópula, tais como o facto de o SUJEITO ser marcado com acusativo, o que permite a inclusão deste tipo de verbos na classe dos ECM, ("Excepcional Case Marking"), ou seja, verbos que fazem marcações da caso excepcionais. Sobre todas as características especiais deste tipo de construções não se debruça Heycock, nem é objectivo deste trabalho analisá-las. Interessa, sim, dar conta da proposta da autora relativamente às possibilidades de inversão destas estruturas, no sentido de tentar verificar a sua adequabilidade ao caso da cópula em português.

Que correspondem aproximadamente às frases:

(55) Considero o João o criminoso.
(56) ?Considero o criminoso o João.

Estas frases podem ser parafraseadas por uma variante infinitiva:

(57) Considero ser o João o criminoso.
(58) ?Considero ser o criminoso o João.

De acordo com Heycock, (56) e (58) seriam agramaticais, tal como o são o seu correspondente inglês. Porém, tal não acontece no português, de acordo com os nossos juízos de gramaticalidade, sendo possível verificar, no caso das construções inversas, a subida para uma posição equivalente à de sujeito da Oração Pequena do SN predicado, uma vez que *ser* não l-marca, i. e., não atribui papel temático à posição de SU de OR, ficando consequentemente esta livre para a subida indiscriminada de qualquer um dos elementos - sujeito ou predicado. Assim, poder-se-ia concluir que, em inglês, relativamente às frases analisadas por Heycock, que são identificacionais, a ordem dos elementos na Oração Pequena não é arbitrária.

Porém, embora (56) e (58) não sejam a construção preferencial para o português, ambas as frases são, do nosso ponto de vista, aceitáveis. É possível que a mais fácil aceitabilidade de (57) e (59) se deva à elevada referencialidade do nome próprio – *João* – e por isso mais facilmente posicionável como sujeito. Ainda assim, verifica-se que as construções (56) e (58) constituem respostas adequadas às perguntas:

(59) Quem consideras o criminoso?
(60) Quem consideras ser o criminoso?

Deste modo, é possível registar que a proposta de Heycock não é suficiente para dar conta da especificidade das construções copulativas do português. Por outro lado, a proposta de elevação de predicado de OR apresenta um movimento mais longo do que a opção de elevação do sujeito. Se ambos os constituintes preenchem os requisitos necessários para se elevarem até à posição de sujeito em Estrutura-S, qual a razão que

justifica a elevação do predicado? Não instituirá isto uma violação da condição de localidade?

Há ainda que notar que esta proposta é herdeira da tradição de Higgins, referida em 1.4., hipervalorizando as questões de referencialidade como condição de organização da estrutura da Oração Pequena, uma vez que o constituinte referencial, ou pelo menos aquele que regista um maior grau de referencialidade, é sempre o SUJEITO. Porém, é interessante levantar uma questão: como determinar a estrutura da Oração Pequena no caso de esta ser constituída por dois SN com igual potencial de referência?

(61) O primo do João é o irmão da Maria.
(62) O irmão da Maria é o primo do João.
(63) Considero o primo do João o irmão da Maria.
(64) Considero o irmão da Maria o primo do João.

Como aferir qual dos constituintes da Oração Pequena das frases (61) a (64) é engendrado da posição sintáctica de predicado? E como determinar qual das construções é a canónica e qual é a invertida? Estas questões serão retomadas no Capítulo 3.

Na nossa opinião, a proposta de Heycock acima apresentada mais não faz do que anular a hipótese da existência de construções copulativas verdadeiramente equativas, reduzindo todas as estruturas copulativas a predicativas, (canónicas ou invertidas) ainda que não no sentido freguiano, uma vez que é assumida uma estrutura fixa para os constituintes da Oração Pequena - *SN referencial SX atributivo*. No entanto, parece impossível negar a existência de verdadeira equatividade em algumas construções copulativas, pelo menos naquelas em que ambos os SNs que as integram são equivalentes em termos de referência, o que dificulta a determinação da estrutura canónica e da invertida, conforme se comprova nas frases (61) a (64).

Outras questões podem também ser levantadas:

- se se assumir que a motivação para a elevação do SN para a posição de ESP de FLEX se prende com a satisfação do Filtro do Caso, como justificar a "ultrapassagem" do SUJEITO por parte do predicado indo este ocupar o *landing site* casualmente marcado com Nominativo que deveria legitimamente ser seu? *será* igualmente o Filtro do Caso que legitima a elevação do predicado, caso esta efectivamente se registe? E assim sendo, como se explica a atribuição de Caso

(Nominativo) ao SUJEITO da Oração Pequena, uma vez que este ao apresentar matriz fonética deve ser casualmente marcado? Como é este atribuído? Que categoria é que o faz?

Em síntese, Heycock aponta argumentos que validam, para o inglês, a hipótese de uma ordem estrutural canónica para a Oração Pequena, tornando possível identificar as construções copulativas invertidas. Assim, obedecem ao padrão da estrutura canónica as frases copulativas que apresentam na posição de sujeito de superfície o SN referencial – que é por definição o SUJEITO da Oração Pequena -, sendo invertidas todas aquelas que apresentam como sujeito de superfície o SN com menor potencial de referência – por definição o predicado da Oração Pequena. As construções invertidas são explicáveis através da aplicação de Mover α sobre o predicado da Oração Pequena, que se eleva até à posição de ESP de FLEX.

2.6.1.2. Moro (97)

Moro apresenta algumas interessantes e importantes propostas de solução para as questões que é possível levantar a propósito da elevação de predicados, que não devem de forma alguma ser ignoradas quando se pretende analisar as estruturas copulativas.

No sentido de validar a hipótese de que os predicados se podem elevar, assume que existe apenas um verbo *ser* e que a ordem dos constituintes da Oração Pequena é fixa, comprovando esta ideia com o mesmo tipo de testes realizados por Heycock, apresentados na secção anterior, estabelecendo um contraste entre a reversibilidade das estruturas copulativas e as Orações Pequenas associadas a outro tipo de verbos de elevação, como é o caso de *considerar*. Conforme já foi visto na secção anterior, este contraste não parece, do nosso ponto de vista, dar respostas satisfatórias ao problema da estrutura de OR no português.

(65) John considers $[_{S}[_{DP}$ a picture of the wall$]_{i}$ to be t_{i}. $[_{DP}$ the cause of the riot]] (O João considera ser uma imagem da parede a causa do motim.)

(66) John considers $[_S [_{DP}$ the cause of the riot$]_i$ to be $[_{DP}$ a picture of the wall] t_i] (O João considera ser a causa do motim uma imagem da parede)[15]

(67) John considers $[_S [_{DP}$ a picture of the wall] $[_{DP}$ the cause of the riot]] (O João considera uma imagem da parede a causa do motim)

(68) *John considers $[_S [_{DP}$ the cause of the riot] $[_{DP}$ a picture of the wall]] (O João considera a causa do motim uma imagem da parede)

É possível constatar que a aceitabilidade das frases (65) a (68) difere consoante se trate da versão portuguesa ou inglesa. Partindo da observação das frases em inglês acima transcritas, conclui o autor então que se regista uma ordem fixa dos constituintes da Oração Pequena.

Ainda assim, Moro levanta uma dúvida que se prende com a possibilidade de os SNs apresentarem um ordem arbitrária no interior da Oração Pequena, que já foi levantada na secção 2.6., e tenta fornecer uma justificação para aquilo que ele considera ser uma impossibilidade. Para isso, o autor analisa a estrutura interna dos SNs[16], que constituem as frases (65) a (68) acima transcritas. (Cf. pp 36 –38).

Começa por determinar que ambos os núcleos se instituem como predicados de dois argumentos (externo e interno). No entanto, constata que *picture* (imagem) é capaz de atribuir o seu papel temático externo no interior da projecção máxima, mas é incapaz de o fazer fora, verificando-se exactamente o oposto em relação a *cause* (causa).

(69) (a) $[_{DP}$ his $_{\text{theta-role ext}}$ picture of the wall $_{\text{theta-role int}}$]

(b) *he $_{\text{theta-role ext}}$ is $[_{DP}$ a picture of the wall $_{\text{theta-role int}}$]

(70) (a) *$[_{DP}$ his $_{\text{theta-role ext}}$ cause of the riot $_{\text{theta-role int}}$]

(b) he $_{\text{theta-role ext}}$ is $[_{DP}$ the cause of the riot $_{\text{theta-role int}}$]

Partindo desta constatação, Moro observa que a ordem rígida da Oração Pequena se deve ao facto de o elemento capaz de atribuir o seu papel temático à esquerda para o exterior da sua projecção máxima ser *cause*, que, embora um N, se comporta como V no que respeita à atribuição de papel temático, justificando, deste modo, o contraste entre a gramaticalidade e a agramaticalidade de (67) e (68).

[15] Do nosso ponto de vista e juízo de gramaticalidade, a manutenção no português, relativamente às frases (65) e (66), da ordem estrutural da correspondente inglesa gera estruturas menos aceitáveis.

Embora Moro não o faça, parece-nos lícito presumir que, para o inglês, se pretende chegar à seguinte conclusão genérica: se um N atribuir papel temático a um argumento externo à esquerda no exterior da sua projecção máxima, não pode surgir na posição sintáctica de sujeito da Oração Pequena associada a um verbo de elevação como *considerar*, sendo, portanto, a ordem dos constituintes de Oração Pequena baseada, já não simplesmente num critério de referencialidade, mas sim em aspectos de natureza sintáctica temática/lexical. É possível que este argumento seja válido, embora não nos pareça totalmente convincente, uma vez que apenas é aplicado a uma estrutura. De qualquer modo, não tem valor para as versões portuguesas de (67) e (68), que são, do nosso ponto de vista, ambas gramaticais e, por conseguinte, permanece em aberto a questão da ordem estrutural de OR em português.

Relativamente ao Caso, Moro assume que a subida do sujeito se deve à necessidade de aceder a Caso, e à Condição de Visibilidade, que postula o seguinte[17]:

(i) para realizar uma função theta, um argumento deve ser visível em FL; (Forma Lógica - um nível de representação estrutural que contém toda a informação sintáctica que é relevante - e apenas essa - para a interpretação semântica.)

(ii) um argumento é visível em FL sse for o suporte de um Caso abstracto.

Como consequência desta Condição verifica-se a possibilidade de um qualquer argumento não ser visível em FL para ser theta marcado, se não estiver casualmente marcado. Assim, a marcação casual não parece restrita apenas aos SNs, mas amplifica-se para abranger todas as categorias argumentais que são suporte de um papel temático. (Cf. a este propósito Raposo (92), p 496) Embora a ideia de Condição de Visibilidade retire alguma importância ao papel do Filtro do Caso, aceitá-la a propósito das construções copulativas implica assumir que a posição de sujeito da frase copulativa é suporte de um papel temático e isso contraria aquilo que já foi proposto, pelo que se torna difícil aceitá-la.

Moro questiona se a mesma justificação será válida em relação à elevação do predicado. A questão deve-se ao facto de os predicados normalmente serem atribuidores de papéis temáticos e não de a eles próprios serem atribuídos esses papéis. Por outro lado, observa Moro que não existem no interior da Oração Pequena elementos capazes de atribuir Caso ao sujeito que se não eleva.

---

[16] Moro propõe, na sequência de outros autores, que uma expressão nominal referencial é um DP (Um Sintagma DET).

[17] Referência colhida na WWW, em http://users.info.unicaen.fr/~tlebarbe/Linguistics_Lexicon/ll_v.html, em 2001, que remete para Chomsky (1986)

A primeira proposta de marcação casual discutida por Moro prende-se com a ideia de "cópia" de Caso que é atribuído ao predicado que se eleva, registando-se uma "concordância de Caso", validada pela existência das construções copulativas latinas, uma língua que apresenta o Caso realizado morfologicamente. No latim, estas construções apresentam a peculiaridade de apresentarem igualdade casual entre os elementos nominais que as integram, registando-se, por conseguinte a tal "concordância de Caso" acima referida.

Como alternativa, Moro propõe que ao SN que fica *in situ* seja atribuído um Caso por defeito, o que vai ao encontro da Regra de Atribuição Casual por Defeito, que, em termos muito simples, preconiza que uma categoria que não tem disponível um atribuidor casual assume um Caso por defeito. A marcação casual por defeito justifica o Caso Nominativo que aparece morfologicamente realizado nos termos nominais das construções copulativas latinas. Sem querer questionar a validade desta regra, concebemos como possível a existência de um outro tipo de explicação, que debateremos no Capítulo 3.

Um outro aspecto debatido por Moro prende-se com a questão da Condição de Localidade, que, a nosso ver, invalidaria a possibilidade de movimento de elevação do predicado da Oração Pequena, ultrapassando o SUJEITO.

As questões ligadas às condições de Localidade são vastas e complexas e situam-se fora do âmbito de análise desta dissertação. Ainda assim, e no sentido de clarificar os argumentos de Moro, torna-se conveniente tentar, de forma breve, apresentá-las. (Cf. Moro (97) p 34)

A Localidade prende-se com o ECP (*Empty Category Principle*, Princípio de Categoria Vazia), que, desde o final dos anos 70, é o princípio adoptado para dar conta da distribuição dos vestígios, ou seja, o "resíduo" que um constituinte movido deixa na sua posição inicial.

De acordo com o ECP, e numa fase inicial da sua concepção, um vestígio pode ser regido por um antecedente, ou seja, regido por um sintagma com o qual estivesse co-indexado, ou regido por um núcleo lexical. Posteriormente foi proposta uma versão mais restritiva deste princípio, que exigia que um vestígio satisfizesse ambas as condições, i e, ser regido por um antecedente e por um núcleo lexical. Chomsky (1986) propõe uma versão do ECP, cuja ideia essencial radica na redução da regência à relação entre antecedente e vestígio através de uma co-indexação por Cadeia, desde que a noção de Cadeia englobe aqueles núcleos que contêm as características de concordância do

elemento movido. Assume-se também que o ECP não é aplicável a todas as categorias vazias, relacionando-se com vestígios ligados a posições A (posição de argumento) e A' (posição não argumental), ou seja, vestígios de SNs e variáveis ("quem", por exemplo), mas não com categorias pronominais vazias, como PRO ou *pro*. Por categoria vazia entende-se um qualquer nó sem matriz fonológica, como é o caso dos vestígios. Quanto a PRO, este pode ser sumariamente definido como um pronome sem características fonológicas que surge, por exemplo, na posição de sujeito das infinitivas, sendo por definição [+ pronominal] e [+ anafórico]; *pro* é também uma categoria pronominal vazia, sendo [+ pronominal] e [- anafórico], podendo ser o sujeito, em línguas *pro-drop*, ou seja, línguas que têm positivamente marcado o parâmetro[18] do sujeito Nulo, i e, que, presumivelmente devido à existência de um sistema morfológico de concordância rico, não registam a obrigatoriedade do preenchimento fonético da posição de sujeito e de que é exemplo o português. *Pro* é legitimado pela concordância.

Partindo das questões de Localidade ligadas ao ECP, Moro (p 38) verifica então que, nas estruturas invertidas, a regência pelo antecedente é satisfeita, uma vez que o Especificador de Flexão se encontra na mesma posição que o sujeito em relação ao seu vestígio na Oração Pequena. A regência do Núcleo também é satisfeita: um núcleo verbal – a cópula – rege o vestígio do elemento predicativo da Oração Pequena. Quanto à versão do ECP de Chomsky (1986), verifica-se que um SN predicativo pode desencadear de forma independente uma relação especificador-núcleo com o sistema flexional. Para comprovar esta ideia são apresentados os seguintes exemplos:

(71) [John and Mary]$_{+plu.}$ are$_{+plu.}$ [$_{SC}$ t the cause of the riot]

(72) [the cause of the riot]$_{+sing.}$ is$_{+sing.}$ [$_{SC}$ John and Mary t]

Uma vez que em (71) e (72) os SNs determinam uma flexão singular ou plural, consoante são eles próprios singular ou plural, conclui que nas construções invertidas o SN que se eleva passa pela posição de especificador do núcleo local que c-comanda[19] a

[18] A noção de parâmetro tem como base a ideia de que o conhecimento linguístico final deriva de um sistema computacional sujeito a um conjunto inato de condicionantes, divididos em princípios e parâmetros. Os primeiros são rígidos, invariáveis e universais e formalizam os constrangimentos a que todas as línguas devem obedecer e que qualquer sistema final de competência deve incorporar. Além deles, existem os parâmetros, sendo estes que tornam possível a diversidade. Estes são um conjunto inato e finito de *switches*, com uma possibilidade de estabelecimento fixa, normalmente numa de duas posições, «+» ou «-», o que dá à criança um número restrito de opções na edificação da sua gramática interiorizada. (Cf. Raposo (92).

[19] A noção de c-comando, bem como a noção de Regência, são noções chave da Gramática Generativa e podem ser apresentadas respectivamente da seguinte forma:

concordância, activando-a. Ou seja, ao elevar-se, o predicado deixa o seu vestígio co-indexado e forma com ele uma Cadeia. Através desta vai receber os seus traços, nomeadamente os de concordância, que, uma vez na posição de ESP de FLEX, vão, por c-comando, despoletar a flexão, que vai, consequentemente, evidenciar as marcas de número e pessoa do sujeito estrutural de superfície. Assim, em (71) o verbo apresenta as marcas de concordância de terceira pessoa plural que caracterizam o sujeito composto *John and Mary*, enquanto em (72) o verbo manifesta os traços de concordância da terceira pessoa singular do seu sujeito *the cause of the riot*. Deste modo se verifica não só a obediência às restrições do ECP, como também os mecanismos da concordância são explicáveis de maneira convincente.

Sem pretender alargar mais as questões ligadas directamente a este princípio, há que relevar, de imediato, o seguinte aspecto: em português a concordância das frases copulativas ditas invertidas é feita à direita:

(73) O João e a Maria foram a causa do motim.
(74) A causa do motim foram o João e a Maria.
(75) *A causa do motim foi o João e a Maria.

Moro verifica que este facto ocorre também no italiano:

(76) $[_{IP}$ $[_{DP}$ Le foto del muro$]_i$ sono $[_{SC}$ t_i la causa della rivolta]] (As fotos do muro são a causa da revolta.)
(77) $[_{IP}$ $[_{DP}$ La causa della rivolta$]_i$ sono $[_{SC}$ le foto del muro t_i]]. (A causa da revolta são as fotos do muro.)

Uma vez que, por definição, a concordância verbal é estabelecida pela relação ESP-núcleo entre um SN e FLEX, a única conclusão possível é a de que o SN predicativo pré-verbal, neste caso, não está na posição de ESP de FLEX, uma vez que se fosse esse o caso, então a concordância das frases copulativas invertidas seria feita à esquerda e não à direita. As questões óbvias que então se levantam são: que elemento se encontra na posição de ESP de FLEX que desencadeia a concordância com o SN pós cópula? Afinal onde se situa o sintagma que se eleva? Para tentar responder a estas questões, Moro aborda as questões ligadas a *pro*.

- Uma qualquer categoria α rege uma projecção máxima SX, se α e SX se c-comandarem; se α reger SX, rege o especificador e o núcleo X. (Cf. Chomsky (86), p 167)

Antes porém de as apresentar, torna-se necessário deixar claras algumas noções ligadas às construções com este tipo de pronome.

Relativamente a *pro*, já foi acima aventada a sua definição genérica, sendo simplificadamente um argumento pronominal sem matriz fonética ou um expletivo, licenciado pela Concordância – CONC - que integra o núcleo funcional Flexão.

Já foi dito que, de acordo com o Filtro do Caso, todos os SNs foneticamente realizados devem ser casualmente marcados, ou associados a posições recebedoras de Caso. Chomsky afirma que "*é provável que* pro, *o sujeito nulo pronominal em línguas como o italiano e o espanhol tenha a mesma exigência, visto que ocorre tipicamente como sujeito de uma oração finita*". Raposo (92) (p 483) refere que "*em Português, o Caso Nominativo pode ser atribuído à direita em orações com o verbo copulativo* ser *exprimindo identificação*", consubstanciando esta afirmação com o exemplo (78):

(78) Sou eu.

sendo este tipo de estrutura um dos efeitos da marcação positiva do parâmetro do sujeito Nulo (pp 481 – 483). No entanto, não são clarificadas as razões que justificam esta possibilidade, que, além de apresentar a atribuição de Nominativo à direita de V e bem à direita de FLEX, apresenta também as marcas de concordância não com um pro expletivo, mas sim com o SN pós-copular.

É precisamente para explicar este fenómeno que Andrea Moro desenvolve a hipótese que a seguir se apresenta.

Este autor considera que *pro* copia as características do elemento referencial da Oração Pequena seleccionada pela cópula (Moro (97), p 66) e propõe a seguinte estrutura para dar conta das construções invertidas nas quais a concordância é feita à direita:

- α c-comanda β sse αfor diferente de β; α não dominar β e β não dominar α e se o primeiro nó ramificante que domina α dominar também β. (Cf. Raposo (92) pp 250 - 251)

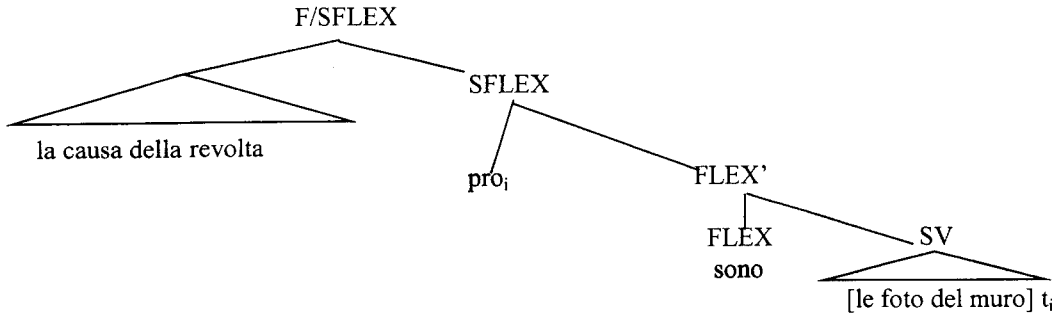


Figura 8[20]

Ao propor a estrutura representada na Figura 8, Moro apresenta o predicado elevado da Oração Pequena numa posição de adjunção de SFLEX, não sendo ele, por conseguinte, o responsável pela concordância verbal, uma vez que a cópula parece ser insensível às características do SN pré-verbal numa construção invertida. Em italiano, observa, a inibição da elevação do SN predicativo para a posição de ESP de FLEX – sem que haja qualquer razão aparentemente válida para tal, uma vez que isso acontece em inglês – deve-se a factores de ordem paramétrica, relacionando-se com o Parâmetro do sujeito Nulo.

Moro propõe que a Gramática Universal propicia a uma criança o princípio fundamental de que a concordância verbal é o resultado de uma relação de especificador-núcleo entre um SN e o (elemento Concordância contido no) sistema flexional. No sentido de preservar este princípio, numa língua *pro-drop* como o italiano, uma criança exposta a sequências *SN cópula SN* com a concordância à direita assume que a posição de ESP de FLEX é ocupada por *pro*, sendo o SN pré-verbal adjunto a SFLEX. Assim, a ideia generalizada de que *pro* é um elemento opcional é rebatida pelas estruturas copulativas invertidas, que comprovam que *pro* é obrigatório, tenha a frase um SN pré-verbal sem matriz fonética (*pro sou eu*), ou um foneticamente realizado (*a causa da revolta pro sou eu*). Ou seja, nas construções copulativas invertidas a posição de sujeito de superfície é mais elevada do que a de ESP de FLEX. Considerando implausível que *pro* seja obrigatório apenas nas estruturas copulativas e apenas no subtipo das invertidas, Moro conclui que *pro* está sempre na posição de ESP de FLEX em todas as frases. (p 69)

[20] Na edição de Moro a que tivemos acesso, verifica-se a co-indexação do vestígio do predicado com *pro*, tal como apresentamos na Figura 8. Uma vez que isso contraria toda a teoria que o autor expõe, acreditamos tratar-se de um erro tipográfico, devendo a co-indexação do vestígio ser feita com a posição de adjunção a SFLEX, para onde se elevou o predicado. Mantivemos a representação que aparece em Moro (97).

Embora se trate de uma proposta interessante, parece-nos que fica em aberto uma questão:

- se a posição de ESP de FLEX é legitimada por FLEX, que a marca casualmente com Nominativo, e se esta posição está sempre ocupada por um *pro*, qual é a motivação para a elevação do SN sujeito da Oração Pequena para a posição de sujeito de superfície? Não faz sentido que seja o acesso ao Caso que FLEX tem para atribuir, uma vez que a sua posição, de acordo com a proposta de Moro, é superior à do sistema flexional. Por outro lado, já foi visto que *pro* é, teoricamente, marcado também com o Caso Nominativo, o que faz com que numa estrutura *SN* pro *cópula SN*, se registem três elementos com acesso ao Caso Nominativo e apenas uma categoria capaz de o atribuir.

2.7. Síntese

Ao longo deste capítulo apresentámos algumas das linhas-chave da teoria da Gramática Generativa e fizemos uma apresentação da organização interna das estruturas que integram o verbo *ser*. Verificámos ser este um verbo de Elevação de sujeito, que selecciona uma Oração Pequena, tendo sido aventada a proposta do Filtro do Caso, genericamente bem aceite, para explicar a necessidade de subida.

A questão da organização das frases copulativas foi abordada, tendo sido apresentadas as propostas de Heycock (94) e Moro (97) que propõem a possibilidade de subida dos predicados, partindo da concepção da existência de uma ordem canónica e de inversões em relação a essa ordem.

Foram levantados diversos problemas, nomeadamente a questão da marcação casual das frases copulativas em português e a existência ou não de ordem canónica no português. Estas são as grandes questões que nos propomos debater no Capítulo 3.

3. PROPOSTA PARA O PORTUGUÊS

É nosso objectivo neste capítulo efectuar uma análise das construções copulativas em português. Uma vez que foi verificado que a natureza copulativa do verbo *ser* não é satisfatoriamente captada pelas propostas apresentadas nos capítulos precedentes, iniciaremos o nosso trabalho de análise pela proposta de definição de verbo copulativo, de acordo com muitos dos pressupostos que já foram apresentados por alguns dos autores revistos.

Seguidamente analisaremos as construções com o verbo *ser*, que dividiremos em dois tipos: existenciais e copulativas. Esta análise, que será mais detalhada no caso deste último, assentará numa descrição dos subtipos de frases copulativas que entendemos existir: predicativas e identificacionais, sendo descritas as categorias que as integram e sendo também efectuada uma descrição do seu comportamento sintáctico. Relativamente a este último aspecto, este capítulo pretende encontrar respostas para as principais questões que foram sendo levantadas ao longo dos Capítulo 1 e 2, nomeadamente a questão da existência ou não de uma ordem canónica dos constituintes das frases copulativas e a possibilidade de inversão; o problema da concordância à direita e a questão do acesso ao Caso.

3.1. Orações copulativas e a Natureza do Verbo ser

Uma das questões abordadas nos capítulos precedentes à qual não foi dada uma resposta satisfatória é a verdadeira natureza do verbo *ser* enquanto verbo copulativo. As análises e propriedades apresentadas nos capítulos precedentes levam-nos a encarar apenas como adequada a designação de "verbo de cópula" para os verbos que possuam as seguintes características:

a) não impõem restrições de selecção semântica ao seu sujeito estrutural;
b) não impõem restrições de selecção categorial ao elemento "predicativo";
c) seleccionam como complemento uma Oração Pequena.
d) aparecem configuracionalmente posicionados como uma espécie de "elo" entre um sujeito e um "predicativo" de sujeito;

e) permitem, sob certas condições, a troca de posição dos sintagmas com que surgem combinados, sem que isso afecte a interpretação da proposição;
f) apresentam um conteúdo semântico vazio que, até certo ponto, se concretiza pelo contexto frásico em que surgem realizados;
g) são um elemento verbal que apenas carrega as marcas flexionais de tempo, modo, aspecto[21] e concordância;
h) não se integram nas classes aspectuais dos eventos, nem denotam, pelo seu significado, qualquer tipo de transição de classe aspectual.

Embora possa, com justiça, argumentar-se que várias destas características são aplicáveis a alguns dos outros verbos que a tradição admite fazerem parte do grupo dos verbos copulativos, a verdade é que apenas *ser* preenche todos os requisitos acima enumerados. Para comprovar esta nossa afirmação, considere-se o verbo *estar*, que tradicionalmente também se integra no grupo dos verbos copulativos e é, de entre todos eles, aquele ao qual é reconhecida uma maior proximidade com *ser*. (Cf. 1.5.3.) É verdade que *estar* também não impõe qualquer tipo de restrição semântica em relação ao seu sujeito estrutural, podendo combinar-se tal como *ser*, com elementos [+/- animados], [+/- humanos], [+/- concretos], etc.. Isto pode comprovar-se pelos exemplos abaixo enunciados:

(1) A flor está morta.
(2) As folhas estão verdes.
(3) A decoração da casa está um espanto.
(4) A doença está instalada.
(5) A liberdade dos homens está assegurada.
(6) O elefante está em extinção.
(7) Hannibal Lecter está esfomeado.
(8) O tesouro está escondido.
(9) As ondas estão um perigo.

Ao analisar as frases (1) a (9), constatamos a posse de algumas das características supra enumeradas. Entre elas contam-se a selecção de uma Oração

[21] A questão do Aspecto ligado a um verbo que, de acordo com a nossa proposta, seja efectivamente copulativo, é controversa. Porém, ao assumir que a cópula é passível de apresentar as marcas flexionais de tempo e sendo o tempo verbal por definição um operador aspectual, não é possível deixar de considerar que o verbo copulativo também apresente marcas aspectuais, ainda que não assumamos que sejam intrinsecamente suas.

Pequena como seu complemento, o que aliás já foi focado na secção 1.5.6., e a grande diversidade em relação à natureza dos sintagmas que surgem configuracionalmente em posição pós-verbal. Sem pretender de modo algum analisar de forma profunda este verbo, podemos admitir que *estar* permite estabelecer, numa determinada frase, uma ligação entre determinados atributos apontados pelo "predicativo" e o respectivo sujeito configuracional, o que, sem qualquer dúvida, torna possível aproximar esta utilização deste verbo do tipo de utilização predicativa atributiva que *ser* também institui e que abordaremos mais detalhadamente em 3.3.1..

Porém, *estar* afasta-se da nossa proposta de definição de verbo copulativo, na medida em que não permite a construção de uma estrutura predicativa neutra com troca de lugar dos sintagmas pré e pós-verbal, se ambos forem, obviamente, da mesma natureza. Veja-se:

(3') ?Um espanto está a decoração da casa.
(9') ?Um perigo estão as ondas.

As construções (3') e (9') não são, de forma alguma, a opção típica para a estrutura de uma frase predicativa com *estar* e a sua aceitabilidade está directamente dependente do facto de poderem ser interpretadas como fortemente focalizadas. Este comportamento é similar àquele que pode ser detectado nas estruturas predicativas atributivas com *ser*. Veja-se:

(10) ??Um espanto é a decoração da casa.
(11) ?Um perigo são as ondas.

A explicação para este facto radica na ideia de que as frases predicativas não reagem bem à inversão, conforme já foi visto nas propostas apresentadas nos capítulos precedentes, sendo inclusivamente advogado que uma das características distintivas destas frases é a impossibilidade de efectuar inversões. Assim, é de presumir, embora seja uma questão que não pretendemos aprofundar, que *estar* não permita tipicamente a construção de verdadeiras equativas. Para nós esta possibilidade é essencial para a definição de verbo de cópula.

Outros aspectos que permitem afastar *estar* da nossa proposta de definição de verbo copulativo, prendem-se com o seu conteúdo semântico e a sua integração numa classe aspectual, mais precisamente a sua definição como algum tipo de estado

resultante de transição de classe, que acreditamos poder ser feita e não admitimos como possível para um verbo verdadeiramente copulativo. No sentido de clarificar esta nossa ideia, torna-se necessário recorrer, uma vez mais, às questões ligadas ao Aspecto.

Já foi feita, em 2.4., uma apresentação sumária das questões ligadas ao conceito de Aspecto tendo inclusivamente sido feita uma referência a uma das pioneiras tipologias de classes aspectuais: a tipologia de Vendler (67) e tendo também sido apresentada a tipologia de Moens (88), particularmente interessante por apresentar tipos de estado diversos e permitir transições de classe aspectual. No sentido de realizar uma comparação entre os verbos *ser* e *estar* e as suas características aspectuais, com o objectivo único de validar, para o português, a nossa proposta de verbo copulativo, impõe-se aprofundar a questão do Aspecto ligado às construções que integram estes dois verbos e assim é nossa intenção apresentar apenas questões de natureza semântica e estabelecer uma análise comparativa entre ocorrências de *ser* e *estar* em estruturas adjectivais no Presente do Indicativo.

Uma das questões que foi inicialmente abordada em 2.6. é a concepção de que as construções tanto com *ser*, quanto com *estar* traduzem – com variações aspectuais ainda por determinar – estados. *ser*á possível que a opção de utilização de um ou de outro verbo em contextos frásicos em que eles são passíveis de ser permutados radique não nos critérios tradicionalmente apontados da oposição transitório/permanente, acidental/inerente e nem mesmo nos critérios transitório/acidental versus permanente/inerente, mas sim no subtipo de estado que ajudam a perspectivar?

Esta é a questão que discutiremos na secção seguinte.

3.1.1. *Ser* e *estar* com frases predicativas adjectivais: questões aspectuais

Já foi sumariamente referido que o chamado predicativo pode ser construído com base na utilização de sintagmas diversos (nominais, preposicionais, adjectivais, etc). No entanto, verifica-se que *ser* e *estar* são passíveis de se combinarem com sintagmas idênticos nas chamadas frases predicativas, em que surgem tipicamente ligados a SNs indefinidos e a SAdjs. Na tentativa de explicar a selecção de um ou outro verbo para poder aferir de variações aspectuais entre um e outro, serão analisadas apenas construções predicativas adjectivas com *ser* e *estar* no Presente do Indicativo.

É evidente que a restrição do objecto de análise tem como resultado conclusões que não podem ser encaradas nem como definitivas, nem como gerais. Há que considerar que a opção de utilização de um dos dois verbos em análise pode ser feita com base em múltiplas e diversas variáveis e dar conta de todas elas seria uma tarefa quase interminável.

Assim, pretende-se apenas descrever:

- combinações que admitem quer um quer outro verbo
- combinações que admitem apenas um dos verbos

com o objectivo de apurar:

- as operações aspectuais efectuadas por um e por outro verbo em contextos frásicos em que é utilizado o Presente do Indicativo.

Uma vez que os tempos verbais podem funcionar como operadores aspectuais e até mesmo como elementos capazes de exercer coerção no sentido de determinadas classes aspectuais efectuarem transições na Rede Aspectual, importa deixar claras algumas questões relativas ao tempo verbal que vai ser utilizado.

O Presente do Indicativo, em português, apresenta características curiosas. Apesar da designação, dificilmente este tempo surge ligado ao momento de fala, sobretudo quando associado a predicados eventivos. Ao dizer-se:

(12) Pinto quadros.

Entende-se que (12) apresenta não um evento coincidente com o momento da enunciação, mas sim como passível de enunciar um estado habitual. Isto faz com que, neste tipo de construções, o presente leve a uma transição de classe aspectual.

Frequentemente, a utilização deste tempo remete para eventos passados relativamente ao ponto de fala – aquilo que é tradicionalmente designado por presente histórico - e pode mesmo reportar-se a eventualidades futuras.

(13) Em 1143 nasce Portugal.

(14) No próximo mês mudo de casa.

Para além destas características, este tempo verbal é utilizado para a construção de frases genéricas, tendo nelas um valor intemporal:

(15) As galinhas comem milho.

Note-se que, quando utilizado com estativos, o Presente do Indicativo pode ter valor de presente real e englobar, frequentemente, o momento de fala, fazendo, também com frequência, correspondência com ele:

(16) Agora estás calada?
(17) Nesta sala sou feliz.

Há que ter em linha de conta que a utilização do presente do indicativo nas construções com *ser* e com *estar* permite detectar de imediato algumas diferenças. Enquanto (16) reporta um estado que se manifesta no momento de fala, (17) apresenta a eventualidade perspectivada como englobada num intervalo de tempo alargado no qual se insere o ponto de fala. Mais ainda, é possível inferir de (17) que se é verdade que a entidade "eu" é feliz no local referido, então é também verdade que estado se manifesta em diversas ocasiões. Estas diferenças não dão conta, porém, da opção de selecção quer de um quer de outro verbo. Cada um deles é seleccionado, em função de critérios ainda não determinados, que não se ligam ao valor que lhe é conferido pelo tempo. Veja-se:

(16') ?Agora és calada?
(17') Nesta sala estou feliz.

(17') é aceitável, embora apresente diferenças relativamente a (17). De facto, a primeira tem uma evidente ancoragem no tempo presente correspondente ao momento de enunciação, que lhe é dada sem dúvida pela utilização do presente do indicativo, mas também pela expressão díctica *nesta sala*, o que não acontecia com (17). Quanto a (16'), a sua aceitabilidade é duvidosa. No entanto, verificou-se a manutenção quer do tempo verbal, quer do adverbial temporal com valor díctico *agora*. Aceitar esta estrutura pressupõe um contexto de enunciação semelhante a:

(18) Quando te conheci falavas pelos cotovelos. Agora és calada?

A aceitabilidade de (16') parece derivar da possibilidade de amplificação do valor temporal de *agora*, que perde a sua correspondência com o momento de fala, reportando-se a um intervalo de tempo amplo, no qual aquele está inserido.

Parece, pois, notório que as proposições ganham significados diferentes consoante integrem um ou outro verbo e são estes os responsáveis por essa alteração,

não sendo este facto atribuível directamente ao tempo verbal. Existem características que estes dois verbos possuem que os tornam intrinsecamente diferentes e que os falantes intuitivamente exploram.

Para iniciar a descrição das ocorrências com ambos os verbos, escolhemos começar com os predicados adjectivais com cores.

(19) As folhas das árvores são verdes.
(20) As folhas das árvores estão castanhas.
(21) O meu cabelo é castanho.
(22) ?O meu cabelo está vermelho.
(23) *O semáforo é vermelho.
(24) O semáforo está vermelho.

Os adjectivos que reportam cores são facilmente identificáveis com predicados estativos, não sendo o resultado de transições no interior da Rede Aspectual, não resultando, por conseguinte, de qualquer tipo de evento. Assim, estes predicados poderão tendencialmente ser considerados como aspectualizadores de estados lexicais. Partindo deste pressuposto – e tendo em linha de conta as classes aspectuais que foram apontadas ao longo deste texto, nomeadamente a consideração de existência de diversos subtipos de estado (cf. 2.6., Rede Aspectual de Moens) – seria de considerar a não existência da possibilidade de variações aspectuais em construções predicativas com adjectivos que designam cores. Assim, a conclusão que poderia ser tirada é a de que se *ser* e *estar* são idênticos, variando apenas no Aspecto que imprimem às construções em que se integram, não havendo a possibilidade de variações aspectuais, não haveria a possibilidade de permuta dos dois verbos nestes contextos frásicos. Embora todo este raciocínio seja provido de alguma lógica, ele conduz a uma conclusão que é comprovadamente errada.

A análise tradicional consideraria (19) como marcada pelo traço [+ permanente] ou [+ inerente], estabelecendo o contraste com (20) pela atribuição a esta dos traços [- permanente] ou [+ acidental] e, numa primeira observação, este critério pareceria suficiente. No entanto, o conhecimento do mundo dos falantes rapidamente levaria à conclusão que – exceptuando casos pontuais de árvores que estão repletas de folhas verdes o ano todo - as folhas serem verdes não é uma propriedade permanente das folhas, uma vez que se verifica com o passar do tempo, em termos empíricos, uma

alteração deste estado: as folhas amarelecem, tornam-se vermelhas, tornam-se castanhas. De imediato é possível colocar a seguinte questão: considerando a dicotomia essencial/acidental, poderão as propriedades essenciais passar a propriedades acidentais? E se estas passam a acidentais, serão realmente essenciais? Não se pretende encontrar uma resposta para esta questão – até porque, conforme já foi visto em 1.5.3., estas propostas são manifestamente insuficientes para descrever todas as ocorrências de *ser* e *estar*.

Outros aspectos terão, então, de ser considerados. Por definição, os estados são [- dinâmicos] e [+ imutáveis] durante o intervalo de tempo em que se manifestam e isso pode ser dito a propósito de (19) e (20), o que apoia a consideração destas duas proposições como enunciadoras de estado. No entanto, existem diferenças aspectuais transmitidas por ambas que fazem com que a eventualidade seja perspectivada de modo diferente. (19) parece ser verdadeira relativamente a um intervalo de tempo sem ancoragem no presente, enquanto (20) se reporta ao momento de fala. Veja-se:

(25) As folhas das árvores são habitualmente verdes, ainda que neste momento estejam castanhas.

(26) ?As folhas das árvores estão habitualmente verdes, ainda que neste momento estejam castanhas.

A tendência seria considerar (19) como um estado habitual, uma vez que o adverbial *habitualmente* lhe confere essa aparência. No entanto, uma observação atenta da Rede Aspectual leva à conclusão que os Estados Habituais resultam de transições de pontos e não há qualquer tipo de ponto (com apenas uma culminação no seu núcleo aspectual) associado a este estado. Por outro lado, a possibilidade de combinação da proposição com o adverbial permite a conclusão de que esta é uma frase genérica, uma vez que esta daria conta das propriedades gerais das entidades – neste caso de *todas as folhas das árvores* – que são deduzíveis através da observação da manifestação de determinadas regularidades – *estarem verdes*. Tudo isto reforça a tese inicial de que, no caso de (19) estaríamos na presença de um Estado Lexical.

(20) não é uma frase genérica. De algum modo, a utilização de *estar*, no presente do indicativo, permite perspectivar o estado com coincidência de tempo com o ponto de fala. Que tipo de estado veicula (20)? Não é um Estado Habitual, reage mal quando combinado com o adverbial *habitualmente* e não é um Estado Progressivo, uma vez que não existe a presença do operador progressivo. A considerá-lo um Estado Lexical, seria

necessário admitir a existência linguística de duas construções que seriam redundantes, pois não existiriam diferenças aspectuais entre este tipo de construções com *ser* e *estar* e constata-se que elas existem de facto, como se comprova em (25) e (26). Poderá (20) ser um Estado Resultante? Uma resposta afirmativa a esta questão poderá ser controversa, uma vez que, pelo menos de momento, não existe qualquer tipo de comprovação linguística. A bem da discussão, considere-se a possibilidade de existência de um verbo com o significado *tornar-se castanho,* tal como existe, para outras cores, *embranquecer*, *enegrecer*, *amarelecer*, etc.

(27) As folhas *tornam-se castanhas*, no outono.

A ideia de telicidade torna difícil a interpretação de (27) como um estado. Como enunciador de um evento, este tipo de verbo inserir-se-ia na classe aspectual dos processos culminados (constituídos por processo preparatório, ponto de culminação e estado resultante). A considerar plausível esta hipótese, (20) daria conta do Estado Resultante, ou seja, apresentaria o resultado de uma transição. Embora seja uma proposta de solução atractiva – e com algum fundamento no conhecimento do mundo – a verdade continua a ser que ela não é consubstanciada por qualquer tipo de fundamento linguístico e a integração desta estrutura num subtipo de estado continua a ser de difícil resolução.

As frases (21) e (22) apresentam-se também elas como enunciadoras de estados. (21) é claramente um Estado Lexical. É um estativo que se manifesta num intervalo de tempo ilimitado, é verdadeiro em todos os seus subintervalos e não surge como resultado de qualquer tipo de transição aspectual, resultando essencialmente das qualidades do adjectivo. A aceitabilidade de (22) é duvidosa e depende do preenchimento de certas condições, que se prendem a factores de ordem pragmática. De facto, torna-se necessária a criação de um contexto de enunciação em que ela possa ocorrer:

(28) A: - Ontem fui pintar o cabelo de castanho ao cabeleireiro. A cabeleireira fez um mau trabalho. O meu cabelo está vermelho.

Tal como acontece com (20), também (22) não se integra facilmente num dos tipos de estado considerados. No entanto – e partindo novamente do conhecimento do

mundo – também (22) dá conta de um estado resultante – neste caso, resultou do mau trabalho da cabeleireira. No entanto, o problema subsiste: não existe qualquer confirmação linguística e sem ela esta conclusão não é válida. Assim permanece a questão: que tipo de estado é veiculado por esta construção?

(23) e (24) revestem-se de características muito peculiares. A não aceitabilidade de (23) reside, muito provavelmente, nas características do sujeito. De facto, a entidade *semáforo* não é combinável com estruturas estativas adjectivas com cores, cuja duração temporal seja ilimitada e, tem vindo a ser visto, o verbo *ser* parece ser gerador desse tipo de valor. Para (23) não é verdade que o estado que ela aponta exista em todos os subintervalos do intervalo de tempo em que se manifesta.

Quanto a (24), verifica-se que o estado não preexiste ao intervalo de tempo em que se manifesta e tem uma evidente coincidência com o presente da enunciação. A ideia de não preexistência do estado vai ao encontro daquilo que tem vindo a ser dito – ainda que não linguisticamente comprovado - a propósito das construções analisadas que integram *estar*: os estados nestas construções são estados resultantes de algum tipo de evento, sendo possível apontar o momento a partir do qual passam a existir.

A diferença entre *ser* e *estar*, quando integrados em estruturas predicativas com adjectivos de cores, parece ligar-se ao tipo de subtipo de estado que enunciam, embora não tenha ficado claro - ou pelo menos linguisticamente comprovado - quais os estados enunciados por *estar*. Por outro lado, há ainda que registar que as construções com *ser* remetem para intervalos de tempo ilimitados, possibilitando construções com valor atemporal e frases genéricas. Tal não parece ser possível com as estruturas em que surge *estar*. Este remete – nas construções analisadas - para estados coincidentes com o momento de enunciação e isso parece incompatível com frases genéricas. Porém, a este propósito, considerem-se os seguintes exemplos:

(29) Os pardais são saltitantes.
(30) Os pardais estão saltitantes.
(31) Os chineses são muito pacientes.
(32) Os chineses estão muito pacientes.
(33) O bacalhau é salgado.
(34) O bacalhau está salgado.

As construções (29), (31) e (33) podem ser consideradas frases genéricas. Aquelas que utilizam *estar* reportam-se todas elas a manifestações pontuais de um

estado, que mantêm uma relação estreita como o presente da enunciação. Não interessa, neste momento, determinar se todas elas dão ou não conta de um estado resultante de algum tipo de evento. Os exemplos (29) a (34) parecem confirmar a tese inicial de que as frases genéricas integram tipicamente o verbo *ser*.

Considere-se, porém, as frases seguintes:

(35) *Os dinossauros são extintos.
(36) Os dinossauros estão extintos.
(37) *Os mares são poluídos.
(38) Os mares estão poluídos.

(35) a (38) são úteis para comprovar a tese que tem vindo a ser defendida até aqui: as construções com *estar* dão conta de estados resultantes, enquanto aquelas que integram *ser* se reportam a estados lexicais, sem limite temporal. De facto, é possível apontar um ponto no tempo a partir do qual os dinossauros, enquanto espécie, como resultado do processo de extinção, passaram a estar extintos, sendo este estado de extinção coincidente com o momento da enunciação. Mais ainda, este tipo de adjectivo – participial, i. e., resultante de um verbo de acção, ou um verbo que reporta um evento – contém em si próprio a ideia de evento. O mesmo pode ser dito a propósito de (38). Qual a razão da agramaticalidade de (35) e (37))? É possível que esta resida na ideia de ponto no tempo que marca o início do estado e é possível também que ela resida no facto dos dois particípios estarem fortemente ligados a eventos, tanto que as duas frases se aproximam de construções passivas. Veja-se:

(39) Os dinossauros são extintos pela queda de um meteorito gigante na terra.
(40) Os mares são poluídos pelos detritos dos seres humanos.

Verifica-se que a introdução de um complemento agente torna as frases aceitáveis. De qualquer modo, os exemplos (36) e (38) dão conta da possibilidade de construção de frases genéricas com *estar*.

Neste momento, torna-se quase inevitável colocar a seguinte questão: dado que, conforme foi sendo visto, as construções predicativas adjectivas com *estar*, no presente do indicativo, parecem reportar estados resultantes e que quando contêm adjectivos formados com particípios de formas verbais confirmam a ideia de evento que lhes está subjacente, então combinar-se-á este verbo preferencialmente com este tipo de

adjectivos e rejeitará *ser* sempre esse tipo de combinações? A resposta a esta questão não é afirmativa, veja-se:

(41) A privatização da PT é arriscada.
(42) A privatização da PT está arriscada.
(43) A Maria é casada.
(44) A Maria está casada.
(45) *A vela é acesa.
(46) A vela está acesa.
(47) *O ditador da República das Bananas é preso.
(48) O ditador da República das Bananas está preso.
(49) *O fato do Homem-Aranha é roto.
(50) O fato do Homem-Aranha está roto.

As frases (41) a (44) partilham as propriedades dos exemplos que têm vindo a ser descritas até aqui, consoante integrem *ser* ou *estar*. O problema reside nos exemplos (45) a (50), que partilham a característica de integrarem particípios irregulares, mas este é uma questão a que não vamos tentar responder.

Há agora que apresentar algumas conclusões relativamente às descrições que têm vindo a ser efectuadas. Estas foram feitas com base nos diferentes tipos de estado que surgem integrados na Rede Aspectual proposta por Moens. Os exemplos que foram analisados, consoante integravam *ser* ou *estar*, apresentavam, recorrentemente, as seguintes características:

- regra geral, as construções predicativas adjectivas com SER remetem para a apresentação de um estado, no qual se perspectiva a ausência de limites temporais, fundamentado nas características não do verbo em si mas do item lexical que institui o "predicativo". Verificou-se que, de acordo com a Rede Aspectual, estaríamos na presença de um Estado Lexical.
- regra geral, as construções predicativas adjectivas com ESTAR remetem para a apresentação de um estado, que se perspectiva como coincidente com o momento de enunciação. Verificou-se que este estado resultava, regra geral, de um evento com culminação – que lhe estava subjacente, mas que geralmente não estava linguisticamente expresso – e, por conseguinte, de acordo com a Rede Aspectual, concluiu-se que estaríamos na presença de um Estado Consequente/Resultante.

Assim, podemos concluir que *ser* - de acordo com os dados analisados e pese embora todas as limitações da nossa análise - não apresenta um valor aspectual intrínseco, embora permita, composicionalmente, instituir frases estativas. O Aspecto das construções que integra deriva muito mais das qualidades dos itens lexicais predicativos do que das características do verbo.

Antes de prosseguirmos a nossa análise de *ser* enquanto verbo copulativo, há algumas questões que convém deixar claras. Dos verbos que a tradição consagra como verbos de cópula quase todos apresentam um valor aspectual intrínseco. Isso já foi constatado a propósito de *estar*. Outros como *andar, tornar, ficar, permanecer, continuar* e *parecer* não são, de forma alguma, semanticamente vazios. De facto, todos eles contém na sua entrada lexical informação referente a valores como, por exemplo, duração e iteração, entre outros. Aquele que nos parece menos semanticamente marcado é o verbo *parecer*, o que não deixa de ser curioso, tendo em conta que tem sido este o verbo recorrentemente utilizado por linguistas diversos para dar conta de determinadas características das estruturas copulativas. Ainda assim, não podemos classificar este verbo como um verdadeiro copulativo, de acordo com a nossa proposta, uma vez que não é possível constatar a sua obediência ao ponto e) (Cf. 3.1.). Veja-se:

(51) O Sr. António parece o porteiro da Faculdade.
(52) O porteiro da Faculdade parece o Sr. António.

Note-se que (51) e (52) não funcionam como verdadeiras equativas. Se nos fundamentarmos num critério simples de referencialidade dos SNs que integram estas duas frases, rapidamente constatamos que o sujeitos frásicos de cada uma dela têm referentes diversos, ou seja, cada SN designa uma entidade diferente do outro e, consequentemente, as proposições expressas pelos enunciados (51) e (52) são diversas.

Estamos pois em condição de assumir como único verbo verdadeiramente copulativo o verbo *ser* e de proceder à sua análise com base neste pressuposto. Os outros verbos, que a tradição consagra como verbos copulativos, apresentam diversas características da cópula, mas não preenchem todos os requisitos, pelo que será necessário entendê-los como integrados numa outra classe de verbos que permitem enunciados estativos.

Partindo deste pressuposto e considerando que o verbo *ser* é o verdadeiro verbo copulativo, podemos concluir da existência de mais do que um verbo *ser*, uma vez que,

conforme foi visto nos capítulos precedentes, se é verdade que ele integra estruturas genuinamente copulativas, é também verdade que ele surge em contextos frásicos em que funciona como verbo pleno.

3.2. Ser *existencial*

A utilização do verbo *ser* com o sentido existencial é pouco frequente hoje em dia, verificando-se uma certa limitação a contextos de enunciação de natureza teológica e filosófica. Esta utilização não tem qualquer tipo de proximidade daquela na qual o verbo *ser* funciona como cópula. Esta perspectiva é idêntica à proposta de Benveniste (66) apresentada no Capítulo 1.

(53) Deus é.
(54) Deus apenas é, porém o Homem existe.

Esta utilização de *ser* afasta-se claramente do nosso conceito de verbo de cópula. Nas frases (53) e (54) verifica-se a existência de um predicado verbal intransitivo, com sentido lexical próprio e próximo de "*ser entidade*", homónimo do verbo *ser* copulativo, mas não sinónimo.

Nestas estruturas, temos um verbo que selecciona um argumento e que marca tematicamente o seu argumento, que é sempre um SN com um referente. Não é possível a reversibilidade das frases com *ser* existencial:

(55) *É Deus.
(56) *Apenas é Deus, porém o Homem existe.

Embora (55) pareça aceitável, a verdade é que o seu significado difere substancialmente de (53). Uma vez que esta estrutura dá resposta à pergunta *Quem é?*, (55) é uma frase que identifica um referente, não podendo, por conseguinte, ser encarada como a inversão de (53).

A representação deste tipo de utilização de *ser* é a seguinte:

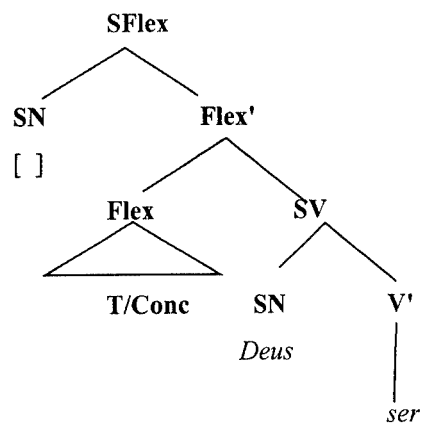


Figura 9

Estas frases não integram um verbo ambíguo e como único aspecto curioso deve relevar-se a não possibilidade de alteração da ordem com a manutenção do sentido original da frase, nem sequer por questões de Foco.

3.3. Ser *copulativo*

Já verificámos que o verbo *ser* é o único ao qual, na nossa opinião, podemos com propriedade atribuir a designação de verbo de cópula, advindo esta possibilidade do facto de ser o único verbo que respeita todas as características que entendemos devem pertencer a um verbo dito de ligação. Embora se verifique a existência de, pelo menos, uma utilização do verbo *ser* (que apenas entendemos como homónimo do verbo copulativo) que o institui como um verbo portador de conteúdo lexical, já foi visto que existem outros contextos frásicos nos quais este verbo aparece como um verdadeiro copulativo. O nosso objecto de análise é o verbo *ser* na sua vertente copulativa. Ainda assim, uma das questões que tem vindo a ser levantada desde o início desta dissertação prende-se com existência ou não de mais que um verbo *ser*. Embora não tenhamos até aqui feito a abordagem de estruturas frásicas nas quais este verbo surge como auxiliar, como é o caso, por exemplo, de frases passivas, nem sequer tenha sido analisada a vertente locativa deste verbo, parece-nos, ainda assim, que estamos em condições de assumir a existência de mais do que um verbo *ser*: um *ser* lexical, com o sentido de "ter existência", e um *ser* copulativo, de análise complexa, uma vez que origina diversos subtipos de frases copulativas: predicativas atributivas, predicativas identificacionais/equativas.

3.3.1. Estruturas Copulativas Predicativas Atributivas

A partir deste momento, passaremos a utilizar a designação estruturas copulativas predicativas atributivas para as frases copulativa que têm um sujeito referencial e um constituinte pós-verbal atributivo, ou seja, para aquelas cujo o elemento que segue a cópula caracteriza o elemento nominal que a precede. Assim, este subtipo de frases copulativas responde tipicamente à questão *Como é X*?

É fácil constatar que esta proposta não é, de forma alguma, inovadora e justifica a designação que utilizamos para caracterizar este subtipo de frases copulativas, uma vez que entendemos que existe sempre uma relação de atribuição de uma qualquer característica ou propriedade a um sujeito que tem sempre algum tipo de referente, seja este concreto ou não. Um aspecto que não consideramos ser, para já, objecto de definição é a falta de capacidade de reversibilidade que é, regra geral, apontada como característica deste tipo de copulativas. Não nos parece que todas as frases claramente predicativas atributivas sejam, de facto, não reversíveis e pretendemos comprovar que esta capacidade é aplicável a algumas destas estruturas.

Como exemplos de frases copulativas predicativas atributivas, podemos apresentar as seguintes frases:

(57) Os exames nacionais são facílimos.
(58) Steffie Graff é a maior tenista de sempre.
(59) Jennifer Capriati é tenista.
(60) Jennifer Capriati é uma campeã.
(61) O Paulo é um amigo.
(62) O Paulo é meu amigo.
(63) O meu smash é assim.[22]
(64) O Joca é um Agassi.
(65) A minha raquete é *Head*.
(66) A minha raquete é de carbono.

Pese embora a simplicidade da definição por nós avançada e confirmada pelos exemplos (57) a (66), a verdade é que estas frases apresentam uma maior complexidade do que aquilo que poderá, à primeira vista, parecer. Uma observação breve dos

[22] Não efectuaremos a descrição de frases copulativas predicativas atributivas com Sintagmas Adverbiais, uma vez que entendemos serem pouco representativas.

exemplos acima transcritos permite-nos imediatamente concluir que todas as estruturas apresentam a característica de apresentarem na posição de sujeito um elemento referencial, ou seja, uma expressão nominal para a qual é possível fazer adequar um referente. Por outro lado, também é possível verificar que a posição predicativa é preenchida por categorias diversas que vão desde SNs, (59), (60), (61), (62), (64) e (65) a SPreps, (66), passando por Sadjs, (57) e (58) e até Sintagmas Adverbiais, (63). Há também que notar que nem todos os SNs são iguais: alguns apresentam apenas um N, (59) e (65), outros são constituídos pelo núcleo nominal e por um determinante, (60), (61), (62) e (64), verificando-se também que este pode pertencer a diferentes subclasses, como sejam determinantes possessivos, (62), e artigos indefinidos, (61), por exemplo.

3.3.1.1. Descrição das frases copulativas predicativas atributivas

– categorias atributivas

A primeira análise que nos propomos fazer tem como ponto de partida as características das categorias predicativas que, conforme observado acima, são bastante diversificadas. Estas categorias permitem essencialmente descrever ou caracterizar entidades referidas por expressões nominais e, ao fazê-lo, vão atribuir características e propriedades diversas, permitindo, deste modo, uma ampla ramificação de proposições.

1. Adjectivos

A utilização de adjectivos para a construção de frases predicativas atributivas é aquilo que mais facilmente permite distinguir este subtipo de copulativas. Esta ideia é fácil de comprovar, se for levado em linha de conta que esta categoria tem frequentemente a função de Atributo em construções como:

(67) A raquete <u>nova</u> está dentro do saco <u>amarelo</u>.

Os adjectivos sublinhados desempenham em (67) a função de Atributos dos nomes aos quais se sucedem, ou seja, estes são caracterizados por aqueles itens adjectivais. Assim, *nova* é atributo de *raquete* e *amarelo* é atributo de *saco*. Agora veja-se:

(68) A raquete é nova.

(69) O saco é amarelo.

Parece bastante óbvio que os adjectivos em (68) e (69) funcionam como atribuidores de características aos sujeitos frásicos, que são referenciais. Assim, não existem, em termos interpretativos, diferenças substanciais entre *raquete nova* e (68), nem entre *saco amarelo* e (69). Sintacticamente, porém, registam-se diferenças notáveis. Não iremos proceder, nesta altura, a uma análise sintáctica aprofundada destas frases, uma vez que é nossa intenção fazê-lo em 3.3.1.2. Ainda assim, podemos registar que, superficialmente, encontramos um verbo destituído de sentido próprio que aparentemente se limita a estabelecer uma ligação entre um sujeito e um seu atributo.

É a partir destas observações que propomos a designação de frase copulativa predicativa atributiva para este género de frases.

Relativamente aos adjectivos que surgem em posição atributiva neste género de frases, é relevante notar que são bastante diversificados, podendo reportar, por exemplo, qualidades físicas (*gordo, louro*, etc), morais (*justo*, etc), psicológicas (*inteligente, reservado*, etc) e sociais (*nobre, rico*, etc); podem também dar conta de juízos de valor (*bom, interessante*, etc), de percepções sensoriais (*quente, áspero*, etc), de propriedades temporais (*antigo*, etc), de nacionalidades e lugares de nascimento (*português, portuense*, etc), de filiação religiosa (*cristão*, etc), de filiação partidária (*socialista, anarquista*, etc), tendências sexuais (*heterossexual*, etc), tendências artísticas (*barroco, surrealista*, etc), podendo também ser modalizadores (*possível, obrigatório*, etc), etc.

Uma questão interessante das frases copulativas atributivas com adjectivos prende-se com aspectos que caracterizam esta classe e que se ligam directamente à possibilidade que grande parte dos adjectivos apresenta de variar em grau.

(70) *Blade Runner* é excelente.

(71) *Blade Runner* é melhor do que *Matrix*.

(72) *Matrix* é muito interessante.

(73) *Blade Runner* é o melhor filme de sempre.

As estruturas (70) a (73) são claramente predicativas atributivas com predicados adjectivos que variam em grau. Porém, esta variação permite detectar alguns aspectos interessantes, referentes a este tipo de frases copulativas, que se liga directamente com à questão da reversibilidade.

Toda a literatura refere como característica distintiva deste subtipo de frase copulativa a inexistência de possibilidade de reversibilidade. Isto pode ser constatado nos exemplos seguintes:

(74) *Excelente é *Blade Runner*.
(75) *Melhor do que *Matrix* é *Blade Runner*.
(76) *Muito interessante é *Matrix*.

Verifica-se nestas frases aquilo que é constatável para a maioria das frases copulativas atributivas com Sadjs: a posição de sujeito não pode ser preenchida por categorias adjectivais. Porém, esta generalidade admite excepções. De facto, se se verifica que a estrutura de superfície típica em português para uma frase predicativa atributiva é *SN referencial cópula SX atributivo*, a verdade é que também podemos encontrar frases que a não respeitam:

(77) O melhor filme de sempre é *Blade Runner*.

Também já tinha sido visto em 1.5.4. que se registava esta possibilidade, ou seja, que as frases predicativas com adjectivos no grau superlativo relativo de superioridade eram reversíveis, sendo esta também constatável quando é utilizado o grau superlativo relativo de inferioridade.

(78) *Plano 9 dos Vampiros Zombie* é o pior filme de sempre.
(79) O pior filme de sempre é *Plano 9 dos Vampiros Zombie*.

Se mantivermos o nosso critério de definição de frase predicativa atributiva assente na questão da referencialidade do sujeito, então é impossível duvidar que (77) e (79) são inversões respectivamente de (73) e (78). Seguindo este critério de análise puramente semântico, também não é possível questionar o valor de caracterização, i. e., o valor atributivo, das expressões "*melhor filme de sempre*" e de "*pior filme de sempre*". Porém, a análise destes exemplos é complexa.

Se, por um lado, é inegável o valor descritivo dos grupos que integram os adjectivos nos respectivos graus, por outro lado, também não deve deixar de se observar que o grau superlativo relativo, por definição, isola uma entidade de um grupo. Assim, a entidade com o nome *Plano 9 dos Vampiros Zombie* destaca-se do grupo de todos os filmes que foram feitos porque que é *o pior de todos*, não havendo, por conseguinte

outra entidade filme com qualquer outro nome que possa ser caracterizada por intermédio do mesmo adjectivo no mesmo grau. Assim, a expressão adjectiva é simultaneamente uma descrição definida e constata-se, por conseguinte, uma relação de identidade entre esta e um nome próprio, o que, conforme foi visto ao longo do Capítulo 1, caracteriza as frases identificacionais. Partindo deste raciocínio, facilmente podemos concluir que (78) e (73), são frases copulativas ambíguas, uma vez que existe não só uma atribuição de uma qualidade a um referente, mas também uma identificação desse mesmo referente. Esta conclusão permite-nos dar resposta a uma questão colocada em 1.5.4., que se centrava sobre o comportamento irregular das estruturas copulativas que integravam adjectivos no grau superlativo relativo. Existem de facto estruturas copulativas ambíguas, que são simultaneamente predicativas atributivas e identificacionais e esta ambiguidade prende-se com características do elemento atributivo. Não podemos assumir que apenas as frases copulativas com um elemento atributivo de carácter adjectival no grau superlativo relativo se instituem como ambíguas quanto ao seu subtipo, uma vez que iremos verificar que esse grupo é mais amplo, embora nem sempre seja integrado por estruturas reversíveis (Cf. SNs com determinante artigo indefinido) Uma vez que as frases ambíguas com superlativos relativos são reversíveis, podemos de facto assumir a existência de frases predicativas atributivas invertidas, embora seja possível argumentar que a possibilidade de inversão se justifica devido à ambiguidade da própria frase.

Por outro lado, o facto de a cópula permitir a ambiguidade detectada nestas frases surge como confirmação da nossa convicção da vacuidade semântica de *ser* copulativo.

Um outro aspecto a ser observado em relação a este subtipo de frases copulativas é o facto de a posição final de sujeito não estar disponível para SNs indefinidos, a não ser que estas sejam frases genéricas. Veja-se a este propósito:

(80) *Um carro é amarelo.
(81) *Um computador é novo.
(82) Uma moeda é redonda.
(83) Uma raquete *Head* é boa.

A impossibilidade de (80) e (81) prende-se com factores de ordem semântica. De facto, não é possível atribuir a característica contida no sentido de *amarelo* ou de *novo* a um SN cujo referente é indeterminado. O carácter altamente descritivo dos

adjectivos faz com que estes se associem a grupos nominais com referentes determinados. A aceitabilidade de (82) e (83) explica-se facilmente pelo facto de o SN sujeito destas frases reportar toda a classe de entidades que são *moeda*, e todas as *raquetes Head*, querendo isto significar que estamos a analisar frases genéricas. Assim, a presença do artigo indefinido não cria a indeterminação presente em (80) e (81), mas gera um grupo nominal com referentes de valor universal.

2. SNs

Conforme foi já verificado, a atribuição de características e propriedades pode ser efectuada por outro tipo de categorias que não adjectivos, contando-se entre estas os Sintagmas Nominais. Também já foi observado que estes podem conter propriedades diversas.

- **SNs sem Determinante**

As frases copulativas predicativas atributivas com SNs sem determinante, tal como as que integram SAdjs, caracterizam entidades, embora se registem algumas divergências. A caracterização que se verifica nas frases de que agora nos ocupamos permite, por exemplo, integrar uma entidade num grupo sócio-profissional, numa determinada classe ou categoria, ou inferir sobre essa entidade uma série de características comuns a todos os elementos que integram o mesmo grupo. Veja-se:

(84) Hannibal Lecter é psiquiatra.
(85) Hannibal Lecter é canibal.
(86) O meu telemóvel é *Nokia*.

Em (84) *psiquiatra* caracteriza o sujeito integrando-o numa classe profissional particular. (85) apresenta uma caracterização feita pela integração do sujeito num determinado grupo. (86) apresenta a particularidade de caracterizar o sujeito através da utilização de um SN sem determinante que designa uma marca comercial. A caracterização é feita com base no pressuposto que a entidade referencial em posição pré-copular partilha as características geralmente reconhecidas às entidades que são *Nokia*. Assim, se por hipótese, à marca em questão forem associadas características como, por exemplo, fiabilidade, robustez, etc, estas serão aquelas que são atribuídas ao SN sujeito e podemos, por conseguinte, assumir a presença de um tipo de substantivo muito particular que, nestas construções, funciona de modo semelhante a um adjectivo.

É possível verificar também a existência de SNs predicativos atributivos sem determinante com categorias pronominais. Estas estruturas reportam, regra geral, a ideia de posse. Veja-se (87) e (88):

(87) O vestido vermelho é meu.
(88) Essas Levis são tuas.

Outro aspecto a salientar sobre as frases que estamos a descrever é o facto de estas não serem tipicamente reversíveis, tal como o não eram as construções copulativas com SAdjs pós-copulares. Ainda assim, verifica-se a existência de algumas frases que contrariam esta tendência.

(89) Jodie Foster é uma das actrizes modernas mais talentosas.
(90) Uma das actrizes modernas mais talentosas é Jodie Foster.

A estrutura do elemento pós-copular é determinante para a possibilidade de reversibilidade. De facto, em (89), o elemento que segue a cópula inicia-se pelo numeral *uma*, que tem valor pronominal e que isola uma entidade, neste caso *Jodie Foster*, de um grupo de entidades, o grupo das *actrizes modernas mais talentosas*, com as quais compartilha um determinado atributo que é posto em destaque, neste caso, o talento. É questionável que estejamos na presença de uma frase copulativa ambígua, uma vez que não nos parece que exista uma relação de identidade entre o sintagma *Jodie Foster* e o sintagma *uma das actrizes modernas mais talentosas*, na medida em que este último não é uma descrição definida, sendo claramente atributivo e aplicável a todos os elementos que integram o conjunto das actrizes modernas mais talentosas e não apenas a uma entidade.

Ainda assim, regista-se alguma semelhança entre (89) e as estruturas que integram adjectivos no grau superlativo relativo, uma vez que estas também destacam entidades através do realce do grau em que possuem a característica reportada pelo adjectivo e, tal como as estruturas (73) a (79) descritas no ponto precedente, apresentam a capacidade de serem reversíveis, embora estas apresentem a particularidade de serem estruturas copulativas ambíguas.

- **SNs com Determinantes**

Este género de SN atributivo pode surgir integrando o artigo indefinido.

(91) Hannibal Lecter é um canibal.
(92) O Paulo é um amigo.
(93) Jodie Foster é uma actriz.
(94) O meu telemóvel é um *Nokia*.

Estas construções caracterizam a expressão referencial que é a entidade que é o sujeito na medida em que o SN indefinido pós-copular o integra num determinado conjunto, ou seja, o referente do SN sujeito é caracterizado com todas as propriedades atribuíveis aos conjuntos de todas as entidades que são *canibal*, (91), *amigo*, (92), *actriz*, (93), e *Nokia*, (94).

O tipo de construção em análise permite a nominalização de adjectivos pela associação destes a artigos, veja-se (95):

(95) O Rui é um imbecil.

Relativamente à frase (92), podemos entendê-la como resposta à questão:

(96) Quem é o Paulo?

Isto torna possível encará-la como predicativa atributiva ou identificacional, sendo, por conseguinte, uma frase copulativa ambígua. De facto, a entidade referida pelo sujeito - *O Paulo* - é caracterizada como sendo um dos elementos do conjunto de todas as entidades que possuem as qualidades apontadas pelo nome *amigo*, e (92) apresenta assim uma vertente predicativa atributiva. Porém, a mesma entidade pode ser identificada por essa mesma qualidade, sendo (92) uma resposta adequada à pergunta:

No entanto, (92) não é uma frase reversível. As estruturas copulativas com SNs pós cópula integrando artigos indefinidos reagem mal à inversão. A este propósito, considere-se os seguintes exemplos:

(97) O criminoso é o mordomo.
(98) O mordomo é o criminoso.

A aproximação de (97) e (98) institui uma estrutura na qual o verbo *ser* funciona como uma espécie de "*eixo de simetria*", à volta do qual giram os dois SNs, sem que pareça determinável qualquer tipo de ordem. A única diferença que parece existir entre

estas duas frases é uma questão de Foco. Em termos muito genéricos, pode definir-se Foco como um constituinte que contém informação nova, sendo focalizado o elemento que se apresenta à direita do verbo: *o mordomo* em (97) e *o criminoso* em (98).

Considere-se agora (99):

(99) O mordomo é um monstro.

Sendo (99) uma construção copulativa com dois SNs, poderia prever-se que qualquer um deles poderia aparecer na posição de sujeito, tal como foi visto para (97) e (98). Porém:

(100) ?Um monstro é o mordomo.

(100) é dificilmente aceitável e apenas em contextos em que existe uma focalização forte - quase com valor de metáfora - do elemento colocado à direita do verbo. O aspecto que importa levar em linha de conta é o facto de o SN *um monstro* integrar um artigo indefinido. Verifica-se, por conseguinte, a existência de algum tipo de restrição relativamente à colocação em posição de sujeito, em frases predicativas atributivas, de SNs com indefinidos. A substituição do artigo *um* por um definido resulta numa construção identificacional. Veja-se:

(101) O monstro é o mordomo.

A conclusão que parece lícito tirar é a de que a inversão sofre determinadas restrições: adjectivos e SNs com indefinidos não parecem poder ocupar facilmente a posição de sujeito, elementos que, de acordo com Frege, instituíam o "*conceito*" que era atribuído ao elemento referencial das frases predicativas.

No entanto, é fácil encontrar estruturas que em desacordo com as restrições acima enunciadas. Veja-se a título de exemplo:

(102) Uma baleia é um mamífero.

No sentido de explicar a possibilidade de (102), torna-se necessário recorrer a questões de natureza semântica: estamos na presença de uma frase genérica.

No entanto, verifica-se que a inversão de (102) não resulta em paráfrase, não sendo sequer viável:

(103) *Um mamífero é uma baleia.

uma vez que contraria o conhecimento do mundo dos falantes, pois não é verdade que todos os mamíferos sejam baleias:

$$\neg\forall\chi\ [(\text{mamífero})\ \chi \rightarrow (\text{baleia})\ \chi].$$

Uma vez que o SN *um mamífero* não pode ser encarado em (103) como designando todos as entidades do mundo real que são mamífero, (103) revela-se então anómala do ponto de vista semântico, ainda que sintacticamente bem formada, o que parece confirmar a hipótese acima enunciada de que nas frases predicativas a posição de sujeito não é facilmente ocupada por SNs integrando indefinidos. Assim, constata-se que, independentemente do Foco, a possibilidade de preenchimento da posição de sujeito da frase obedece a determinadas restrições.

Um outro aspecto a abordar é o facto de se verificar a possibilidade de existência de frases copulativas em que não se regista concordância entre o constituinte pré e pós cópula. Veja-se

(104) As curvas do IP5 são um perigo.
(105) Os trabalhos de Dali são uma maravilha da arte.

As estruturas (104) e (105) apresentam um sujeito frásico plural sendo o da primeira feminino e o da segunda masculino e os predicativos não concordam nem em género nem em número com os seus sujeitos, sendo o de (104) masculino singular e o de (105) feminino singular. É evidente que os atributos considerados em ambas as frases se aplicam a um conjunto de entidades, ou seja, no caso de (104) o atributo *um perigo* caracteriza *o conjunto das curvas do IP5* e *uma maravilha da arte* é, em (105), utilizado para descrever *o conjunto de trabalhos de Dali*. Ainda assim, embora a concordância em género e em número entre o sujeito e o predicativo da estrutura copulativa seja a regra geral, regista-se a possibilidade de ela não ocorrer.

Outro tipo de determinantes que pode integrar o SN pós cópula nas frases predicativas atributivas é o determinante indefinido:

(106) Martina Hingis é outra Steffie Graff.

Esta utilização é bastante restrita e parece limitada ao determinante *outra*. A explicação para (106) é relativamente simples, uma vez que é estabelecida uma relação de analogia entre as duas entidades referidas, *Martina Hingis* e *Steffie Graff*, através das características consensualmente reconhecidas numa delas e observáveis na outra. Esta estrutura apresenta a peculiaridade de ser atributiva e de apresentar essa atribuição de qualidades à entidade sujeito pela relação de identidade que estabelece com a entidade posicionada em posição pós verbal. Porém, esta relação de identidade é ilusória na medida em que não é verdade que *Martina Hingis* seja *Steffie Graff*.

$\neg\exists\chi$ [(Martina Hingis) $\chi \rightarrow$ (Steffie Graff) χ].

Ou seja, *Steffie Graff* e *Martina Hingis* não são co-referentes, não se reportando à mesma entidade do mundo real, sendo a segunda comparada à primeira pelo estabelecimento de uma relação de identidade apenas aparente, que salienta a semelhança entre as duas entidades, que neste caso concreto poderia ser, por exemplo, *tenistas de qualidade superior*. Neste sentido, (106) é equivalente, em termos de significado, a (107)

(107) Martina Hingis é uma Steffie Graff.

Frases como (106) e (107) só são possíveis se o SN pós copular referir uma entidade com características suficientemente conhecidas e consensuais que possam ser tomadas como passíveis de, por estabelecimento de uma relação de analogia, ser aplicáveis a outras entidades, i. e., este tipo de frase tem um valor próximo da metáfora.

Por outro lado, a reversibilidade de (106) é questionável, não sendo uma opção típica do falante do português. Verifica-se, no entanto, que (108) é aceitável:

(108) ?Outra Steffie Graff é Martina Hingis.

É de notar que se regista uma variação de interpretação entre (106) e (108). De facto, em (108) *Martina Hingis*, pelas suas características, é um exemplo de uma entidade com as características de *Steffie Graff*, não sendo (108), por conseguinte, uma frase equativa.

Relativamente à possibilidade de os SNs pós cópula integrarem artigos definidos, regista-se a não existência de frases copulativas predicativas atributivas neutras com este tipo de SNs pós-copulares. Estas estruturas são possíveis apenas em circunstâncias de Foco, sendo focalizado precisamente o artigo definido, como é observável em (109) e (110):

(109) *Blade Runner* é O filme.
(110) O Paulo é O amigo.

Nestas frases o artigo focalizado funciona como uma superlativização. Em (109) a entidade *Blade Runner* é caracterizada através do destaque fonológico do artigo definido, que funciona pragmaticamente para o destacar de todo o conjunto de filmes que existe, conferindo-lhe um carácter único, que é assumido discursivamente como inigualável, sendo esta explicação válida também para (110). Assim, os sujeitos frásicos têm superlativizadas as propriedades que os predicativos referem pelo destaque do artigo definido registando-se a possibilidade das seguintes paráfrases, envolvendo graus superlativos:

(111) *Blade Runner* é o melhor filme que há.
(112) O Paulo é o melhor amigo que há.

3. SPreps

As frases que integram a cópula seguida de um SPrep apresentam características diversas, uma vez que estes apresentam como núcleos preposições diferentes. Aquela mais frequentemente utilizada é *de*:

(113) A raquete Head é do Paulo.
(114) A raquete é de carbono.
(115) O Drácula é da Transilvânia.
(116) O "sermão da Sexagésima" é do século XVII.
(117) A obra "Memorial do Convento" é de José Saramago.
(118) Esta garrafa é de aguardente.

(119) Este anel é de grande valor.
(120) O problema é de difícil resolução.
(121) Ridley Scott é dos melhores realizadores de sempre.

As frases (113) a (121) integram-se no subtipo das copulativas que estamos a descrever, na medida em que o elemento que segue a cópula é atributivo, referindo qualidades e propriedades do elemento pré-copular referencial. Assim, verifica-se que respondem a questões como "*de quem/de onde/de que é?*" e "*como é?*".

A estrutura do SPrep apresenta como núcleo a preposição *de* que rege categorias nominais e adjectivais. As proposições expressas pelas frases acima transcritas caracterizam o sujeito através de uma relação de posse, (113); apontam o material que o constitui, (114); indicam a origem espacial, (115), ou temporal, (116); apontam o autor, (117); referem o conteúdo, (118) e apontam propriedades valorativas diversas, (119), (120) e (121).

Outro SPrep atributivo em posição pós-copular tem como núcleo *para*. Estas frases caracterizam o sujeito através da indicação da sua utilidade, função ou finalidade:

(122) A faca azul é para cortar legumes.
(123) O livro de contos é para oferecer.
(124) Este remédio é para a tosse.

Uma outra preposição que aparece em posição pós-copular é *a*. Frases com SPreps atributivos que tenham como núcleo esta preposição, indicam propriedades dos SNs referenciais estabelecendo o padrão que as caracteriza:

(125) O casaco é aos quadrados.
(126) O casaco é às cores.

As frases copulativas predicativas atributivas com elementos atributivos preposicionais não apresentam a propriedade de reversibilidade enquanto predicativas neutras.

(127) *Do Paulo é a raquete Head.
(128) *Da Transilvânia é o Drácula.
(129) *De difícil resolução é o problema.
(130) *Dos melhores realizadores de sempre é Ridley Scott.
(131) *Para cortar legumes é a faca azul.

(132) *Aos quadrados é o casaco.

Relativamente à descrição que acabámos de fazer das estruturas copulativas atributivas, que não pretendemos ser exaustiva, a conclusão geral que pode ser tirada é a de que a estrutura interna das categorias atributivas é essencial não só para o significado da proposição que a frase copulativa institui composicionalmente, mas também para permitir ou inibir determinados comportamentos sintácticos, entre os quais se conta a possibilidade de reversibilidade dos termos não verbais. Esta é possível apenas em frases que apresentem constituintes atributivos [+ N] e [+ Definidos].

3.3.1.2. Análise sintáctica das estruturas predicativas atributivas

As estruturas predicativas atributivas que têm vindo a ser objecto de análise permitem chegar a determinadas generalizações quanto à sintaxe deste tipo subtipo de frases copulativas.

1. Regista-se uma relação de inter-dependência entre o elemento predicativo atributivo e o sujeito frásico (oracional), verificando-se, regra geral, a concordância entre estes dois elementos que, em conjunto, instituem a Oração Pequena. Esta associa-se, numa posição aparente de complemento, à cópula. Há, no entanto, que considerar que existem frases que contrariam esta tendência geral de concordância entre os constituintes da Oração Pequena.

Veja-se a este propósito (104) e (105), que a seguir se reescrevem.

(104) As curvas do IP5 são um perigo.
(105) Os trabalhos de Dali são uma maravilha da arte.

Partindo do pressuposto que ambas as estruturas são engendradas de acordo com uma ordem canónica, que iremos avançar em #4, consideramos que ambas apresentam o resultado de movimentos, tendo o predicado não verbal, em ambos os casos um SN [-definido], permanecido *in situ* e tendo-se registado a elevação do sujeito. Assim, as frases têm a seguinte representação sintáctica:

(104) [as curvas do IP5]$^{i}_{+plu.+fem.}$ são$_{+plu.}$ [$_{OR}$ t^{i} um perigo]$_{+sing.+masc.}$

(105) [os trabalhos de Dali]$^{i}_{+plu.+masc.}$ são$_{+plu.}$ [$_{OR}$ t^{i} uma maravilha]$_{+sing.+fem.}$

Tendo em conta a estrita relação dos constituintes da Oração Pequena, deveria verificar-se o respeito pelos mecanismos da concordância em género e em número. É de supor, conforme observado em 3.3.1.1., que o factor influente para a possibilidade de construção destas estruturas seja o facto de ambos os sujeitos serem um plural entendido com um grupo.

2. A cópula não selecciona um argumento externo, nem atribui papéis temáticos e não efectua atribuição de Caso (Cf. 2.5. e 2.6.). Tem como "complemento" uma oração com uma posição de sujeito sem marcação casual. Assim, este subtipo de copulativas é uma construção de Elevação de sujeito. A explicação geralmente aventada para a elevação é a necessidade de todos os SNs com preenchimento fonético terem acesso a uma posição casualmente marcada, tal como preconiza o Filtro do Caso.

3. A posição de sujeito estrutural está geralmente restrita a constituintes [+ N] e [+ Definidos], exceptuando-se as frases genéricas. Apesar de os Adjectivos serem [+ N] não aparecem facilmente na posição de sujeito, embora se verifique a existência de frases que apresentam Adjectivos em posição pré copular.:

(133) Abençoado sejas tu.

(134) Raros são os homens de carácter.

(133) e (134) são particularmente importantes para a descrição das frases copulativas predicativas atributivas, pelo que voltaremos à sua análise.

4. Os dados analisados até aqui permitem concluir que a ordem dos constituintes da Oração Pequena é fixa. De facto, no caso do subtipo de estruturas estudadas verifica-se a existência de uma ordem canónica, preexistente à derivação, que será ***cópula SN$_{referencial}$ SX$_{atributivo}$***. É esta a ordem que encontramos, ao nível da Estrutura-S, por exemplo, em:

(135) Sou eu a mulher mais bonita da sala.

Já foi detectada a ambiguidade quanto ao subtipo de copulativa é criado quando o predicado integra adjectivos no grau superlativo relativo, mas vamos, por enquanto, deixar de considerar esse factor na nossa análise.

Verifica-se em (135) a manutenção *in situ* do sujeito e do predicado da Oração Pequena. A nenhum dos dois foi aplicada a regra Mover α. A estrutura de superfície desta frase não respeita a ordem estrutural canónica do português (SVO), conforme já foi observado, mas apresenta-se igual àquela que é assumidamente a Estrutura-P de uma frase que integra um verbo de elevação associado a uma Oração Pequena. Uma vez que (136) é agramatical, torna-se fácil concluir que a estrutura da Oração Pequena é tipicamente aquela que foi acima observada. (cópula $SN_{referencial}$ $SX_{atributivo}$):

(136) * Sou a mulher mais bonita da sala eu.

O contraste entre a gramaticalidade de (135) e a agramaticalidade de (136) permite re-afirmar algumas ideias importantes. Existe algum consenso em relação à representação da Estrutura-p de uma frase copulativa, que já foi apresentada em 2.5., que a seguir se repete na **Figura 10**.

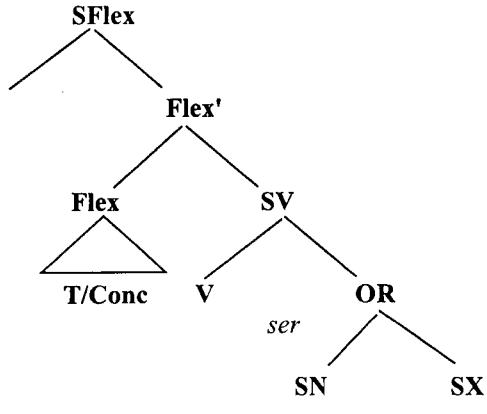


Figura 10

Uma análise da estrutura interna de OR permite a constatação de que, além das posições dos seus membros, não existe qualquer outra posição vaga que possa funcionar como *landing site* de um qualquer movimento. Assim, é de presumir que os constituintes da Oração Pequena tenham posições fixas nas quais são engendrados e que quando, por alguma razão, se efectua uma movimentação esta tenha que ser realizada para o exterior de OR. Partindo do pressuposto que existe uma ordem fixa para os

constituintes de OR, o SX atributivo não se pode movimentar no interior desta, o que explica a agramaticalidade de (136). Uma vez que os únicos movimentos possíveis são para uma posição vazia, a única que pode ser preenchida é, de acordo com a **Figura 10**, a de ESP de FLEX, o que vai originar, em Estrutura-S, o preenchimento da posição de sujeito. Por outro lado, e como se regista, no português, a possibilidade de (137) e (138) parece realmente validada a hipótese da elevação dos predicados tal como Heycock e Moro propõem, e que foi apresentada no Capítulo 2, segundo a qual a elevação não é restrita ao elemento posicionado como sujeito de OR, mas ampliada ao predicado da Oração Pequena, desde que este cumpra certos requisitos. Ou seja, as frases como (138) comprovam a ideia geral de que os predicados também se elevam:

(137) Eu sou a mulher mais bonita da sala.
(138) A mulher mais bonita da sala sou eu.

Porém, isto permite levantar outras questões:

- Se se verifica a possibilidade de os constituintes de OR manterem as posições em que presumivelmente são engendrados, então qual é a motivação para a elevação?
- Como é atribuído o Caso Nominativo ao sujeito de OR quando este não se movimenta?
- Como é que a cópula ganha as marcas de concordância, uma vez que o sujeito pode ficar *in situ*, à sua direita?

Antes porém de responder a estas questões considere-se (139). Esta estrutura apresenta a possibilidade de a estrutura da Oração Pequena não ter a configuração que caracteriza a ordem canónica, uma vez que apresenta o Adjectivo - o elemento atributivo - anteposto ao SN - o elemento referencial.

(139) São raros os homens de carácter.
(140) * São os homens de carácter raros.

Por outro lado, (140) não tem, em Estrutura-S, a ordem que entendemos ser a canónica da Oração Pequena, não admitindo o SN referencial anteposto ao termo atributivo.

A questão que aqui é levantada relaciona-se directamente com tudo aquilo que foi dito a propósito das frases (135) e (136). Se aceitarmos que a ordem da Oração Pequena é fixa e se mantivermos a ideia de que não existe no seu interior possibilidade de movimento, então a única conclusão possível é a de que o predicado se pode deslocar para uma posição vazia pós-cópula, ou seja, para uma posição adjacente a V. Note-se que esta deslocação aparenta ter carácter opcional.

Uma alternativa seria admitir que a estrutura da Oração Pequena não é fixa, uma vez que se constata que o local onde por norma está o sujeito está ocupado pelo elemento atributivo - *raros* - e que se verifica em (140) a indisponibilidade desta posição para albergar o elemento com maior potencial de referência - *os homens de carácter*. No entanto, verifica-se a possibilidade de este elemento aparecer na posição de sujeito, quando a frase copulativa respeita o padrão SVO, aquele que é o dominante nas frases básicas da língua, como comprova (141):

(141) Os homens de carácter são raros.

Por outro lado, considere-se a frase (134):

(134) Raros são os homens de carácter.

Nesta verifica-se o facto de surgir um Adjectivo em posição pré cópula. Já sabemos que esta categoria não aparece facilmente nesta posição, uma vez que de acordo com o Filtro do Caso apenas os SNs foneticamente realizados têm de ser casualmente marcados com Caso abstracto, ou posicionados num local que permita o acesso ao Caso. Sendo a posição de sujeito identificada com a posição de Especificador de FLEX e sendo este o verificador casual de Nominativo ao seu ESP, é de concluir que esta posição seja tipicamente ocupada por um SN e não por um SAdj. É, por conseguinte, de presumir que (141) é sempre a construção preferencial.

Assim sendo, que características possui o SAdj que lhe permitem aceder à posição de ESP de FLEX? *será* realmente a posição que o SAdj ocupa aquela de sujeito?

O posicionamento do constituinte com menor potencial de referência e maior valor descritivo numa posição de sujeito pode também ser observado a propósito de estruturas de elevação com outros verbos que não a cópula que também aparecem

ligados a Orações Pequenas, como é o caso de verbos transitivos-predicativos como *considerar*. Veja-se:

(142) Considero Hannibal Lecter o maior psicopata de sempre.
(143) ?Considero o maior psicopata de sempre Hannibal Lecter.

Embora aceitemos que (143) não é a opção típica do falante do português, a verdade é que ela é aceitável, de acordo com o nosso juízo de gramaticalidade, e este facto parece confirmar a ideia de que não é apenas a ordem *sujeito predicado* a única possível. No entanto, ao aceitarmos a ideia de uma ordem fixa para a Oração Pequena, só podemos concluir que (143), tal como (139) apresentam o predicado da Oração Pequena numa posição diferente da de engendramento básico. A utilização do Adjectivo *raros* como predicado é, aliás, impossível, com verbos como *considerar*:

(144) *Considero os homens de carácter raros.
(145) Considero raros os homens de carácter.

Porém, esta situação não é extensiva a outros Adjectivos. Veja-se:

(146) Considero a Jodie Foster talentosa.
(147) Considero talentosa a Jodie Foster.

É interessante registar que outras categorias atributivas apresentam comportamentos semelhantes a (139) e (140).

(148) São uma maravilha as obras de Dali.
(149) *São as obras de Dali uma maravilha.

Por outro lado, verifica-se a existência de determinadas construções que nem sequer são viáveis se não apresentarem o padrão canónico das frases do português.

(150) *São felizes as crianças.
(151) *São as crianças felizes.

Aqui chegados, é importante sintetizar algumas ideias e tentar obter algumas conclusões.

Relativamente à Ordem dos constituintes da Oração Pequena, aceitamos como válida a ideia de uma ordem fixa e a possibilidade de elevação dos predicados para uma posição superior, que em alguns casos é pré-copular, sendo noutros casos uma posição intermédia, pós copular. Porém, isto gera algumas questões adicionais.

Uma vez que determinadas estruturas apresentam configurações nas quais a ordem dos elementos que seguem a cópula não obedece àquela que aceitamos ser a canónica, é necessário conceber uma estrutura interna para a Oração Pequena que contemple uma posição para a qual o predicado possa ser movido, tornando-se também necessário justificar esse movimento e ainda justificar a agramaticalidade de (140), por oposição à gramaticalidade de (135), embora não possa deixar de ser considerada a ambivalência desta frase.

Pode, por outro lado, ser considerada a hipótese de uma posição pós cópula externa à Oração Pequena, para onde se movimente - por razões por apurar - o predicado. É possível que essa movimentação se prenda com características do próprio predicado, uma vez que frases como (136) não admitem a anteposição do elemento com maior valor atributivo em relação àquele com maior valor referencial. Embora esta seja a hipótese que nos parece mais credível, permanece problemática a motivação do movimento para essa posição hipotética.

Uma das questões que foi levantada a propósito de (135) liga-se à motivação para a elevação de um dos constituintes da Oração Pequena e respectivo preenchimento da posição de sujeito de superfície. De facto, regista-se nesta frase a existência de um sujeito marcado casualmente com Nominativo, sem que este se situe como Especificador de FLEX que, por definição, deveria ser posição de verificação de Nominativo. Até agora tem vindo a ser argumentado que a elevação, seja ela do sujeito ou do predicado, se prende com a satisfação do Filtro do Caso, uma vez que os constituintes da Oração Pequena não se situam em posições casualmente marcadas, porém a possibilidade de um SN pós-copular ter acesso ao Nominativo põe em causa este raciocínio.

O problema que de imediato se coloca é óbvio: como é feita a atribuição de caso Nominativo à direita de V e qual a categoria que verifica a flexão?

No sentido de tentar responder a esta questão considere-se a seguinte proposta.

Relativamente a (135) verifica-se que a posição de sujeito é nulo, ocupado por um *pro* expletivo, mas estando em condições de receber Caso Nominativo a partir de FLEX [+ CONC]. Teríamos, então a seguinte representação:

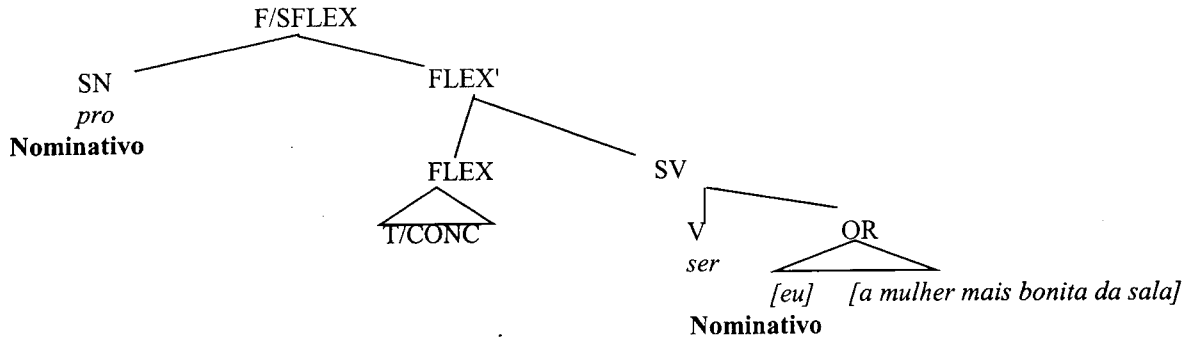


Figura 11

A explicação para a Figura 11 pode ser encontrada se se efectuar uma aproximação entre a construção copulativa que ela representa e as estruturas que integram verbos como *chegar*. Considere-se:

(152) Chegou o mordomo.

(153) O mordomo chegou.

Independentemente da posição em que aparece o SN *o mordomo* em Estrutura-S, seja a de Objecto estrutural, seja a de sujeito, qualquer uma das suas representações está marcada com Nominativo. *Chegar* pertence a um grupo de verbos geralmente designados por inacusativos, i e, verbos que, abordados de uma forma muito simplista, são definidos pelo facto de não seleccionarem argumento externo e de não atribuírem Caso Acusativo ao SN que é o seu Objecto estrutural, como seria de prever que fizessem. Assim, por questões que não interessa determinar, este SN ou se eleva para a posição de sujeito de superfície (Cf (153)) recebendo Nominativo de FLEX, ou permanece no local em que é engendrado, (Cf. (152)), e recebe o Caso Nominativo de *pro*, sendo gerada uma Cadeia de transmissão de Caso.

Assim, se os inacusativos tiverem o seu único argumento posicionado como Objecto estrutural, no português, a posição de Especificador de FLEX é preenchida por um sujeito *pro*, que ganha Caso e o transmite em Cadeia ao SN em posição pós-verbal, que não tem, no local em que é engendrado, acesso a Caso, uma vez que V (inacusativo) lho não atribui.

Em inglês, uma língua em que se não verifica o valor positivo do Parâmetro do Sujeito Nulo, esta posição em estrutura de superfície é ocupada por um expletivo, i. e., um constituinte que aparece posicionado como Especificador de FLEX, apresentando matriz fonológica, mas sendo destituído de conteúdo semântico, como em

(154) There arrived the butler.

Este expletivo respeita o Princípio de Projecção Alargada, no qual se postula que todas as orações devem ter um Especificador de FLEX, ou de uma forma mais abrangente, todas as orações devem ter um sujeito em todos os níveis sintácticos, e tem como correspondente, numa língua de sujeito Nulo, *pro*. Por conseguinte, o expletivo em (154) surge na posição casualmente marcada por FLEX com Nominativo, sendo co-indexado com o SN em posição pós-verbal, verificando-se então a formação de uma Cadeia expletivo-argumento. Assim, regista-se um processo de transferência de Caso, através do qual o expletivo transmite o seu Caso ao argumento com o qual está co-indexado.

(155) There$_i$ arrived the butler$_i$.

O que foi dito a propósito de (154) aplica-se às construções inacusativas com *pro*, nas quais o Especificador de FLEX não tem matriz fonológica.

(156) [pro]$_i$ Chegou o mordomo$_i$.

Por outro lado, parece lícito assumir que a Cadeia que se forma para a transmissão de Caso seja bidireccional e *pro* ganhe as marcas de pessoa e número que despoletam a flexão. Isto explicaria a concordância entre o Objecto estrutural de V e as marcas de flexão deste, de acordo com o Princípio da Concordância entre Especificador e Núcleo, uma vez que as características relevantes para a categoria FLEX em termos de concordância são pessoa e número.

Assim, a representação de (152) seria algo semelhante a:

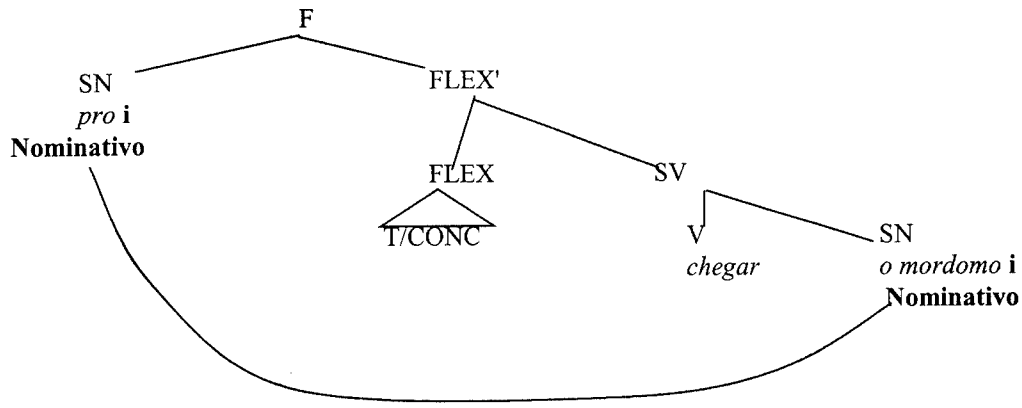


Figura 12

Uma observação das estruturas representadas na Figura 11 e na Figura 12 permite concluir que estas, pese embora todas as diferenças dos verbos que as integram, apresentam semelhanças notáveis. Assim, é possível fazer uma apropriação daquilo que foi dito a propósito das marcações casuais nas frases com verbos inacusativos e sujeitos *pro* e analisar as construções copulativas com *pro* à luz das mesmas conclusões. Torna-se então plausível conceber que as frases com a cópula e sujeitos *pro* apresentem a atribuição de Caso Nominativo a um SN pós-verbal através da formação de uma Cadeia de transmissão casual que se estabelece pela co-indexação de *pro* e do SN, que também serve como meio de transmissão das marcas de pessoa e número que despoletam a Flexão.

No entanto, esta explicação não parece ser totalmente válida para as estruturas copulativas que integram sujeitos fonéticos, como é o caso de:

(157) O criminoso sou eu.[23]
(158) Eu sou o criminoso.

De facto, embora possa ser argumentado que em (157) tanto o SN *o criminoso* quanto o SN *eu* estão co-indexados e que plausivelmente entre eles se forma uma Cadeia de transmissão de Caso (Cf. 3.3.2.3.), permanece sem resposta o facto de as marcas de Flexão serem, em (157), consistentes com as marcas de pessoa e número do SN pós-verbal não com aquelas que caracterizam o Especificador de FLEX. Mais ainda, é curioso notar que a utilização de marcas de flexão coerentes com a pessoa gramatical que ocupa a posição de sujeito resulta em frases agramaticais. Veja-se:

(159) *O criminoso é eu.

Por outro lado, verifica-se também que a manter a ordem estrutural de (158), não é possível utilizar as marcas de concordância de flexão com o SN pós-verbal:

(160) *Eu é o criminoso.

No sentido de procurar respostas para estas questões, propomo-nos recuperar a ideia de Moro (97) que advoga a existência de um *pro* obrigatório em todas as frases. Uma das questões que esta proposta levanta prende-se precisamente com a motivação para o movimento. A estrutura delineada por Moro afasta-se num ponto daquela apresentada na **Figura 10**, apresentando a seguinte configuração:

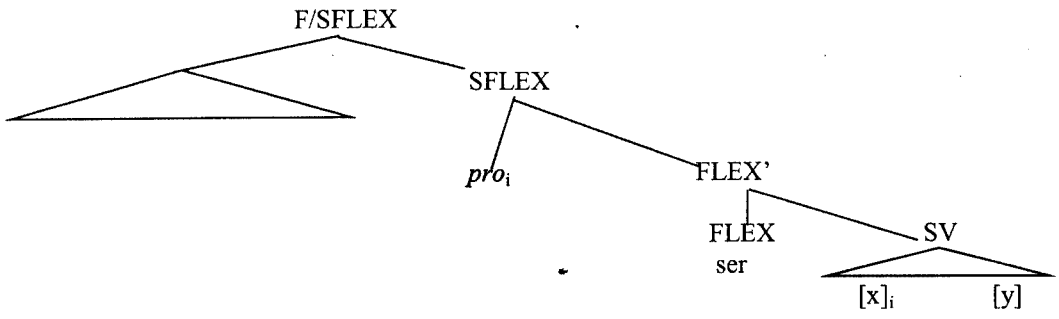


Figura 13

O aspecto interessante desta proposta é a de colocação do sujeito de superfície numa posição de adjunção de SFLEX, que está disponível como *landing site* para um movimento de elevação de um sintagma proveniente da Oração Pequena.

Partindo destas considerações, podemos tentar determinar a estrutura básica das frases copulativas predicativas atributivas.

Se aceitarmos a proposta de Stowell (Cf. Raposo (92), pp 218 - 219) que advoga que a Oração Pequena é sempre a projecção máxima da categoria que é predicado, teríamos então, para, por exemplo, (134), o SN referencial posicionado como Especificador de ADJ, numa posição de sujeito do domínio oracional predicativo que é a Oração Pequena. Assim, estabelecer-se-ia uma Cadeia entre as duas posições de ESP,

[23] As frases (157) e (158) não se integram nas estruturas copulativas predicativas atributivas que estamos a descrever, sendo frases identificacionais. No entanto, parecem-nos úteis para provar o nosso ponto de vista, pelo que recorremos à sua análise neste momento.

que seria adequada à transmissão das *phi-features* do sujeito da Oração Pequena para o *pro* ESP de FLEX - o que vai desencadear a concordância - e, por seu lado, *pro* receberia a marcação de Caso Nominativo de FLEX, transmitindo-a para a posição de sujeito da Oração Pequena. Assim, presumivelmente regista-se uma Cadeia de transmissão dos elementos relevantes para a concordância do SN que é o sujeito do predicado nominal, sendo a proposta útil para providenciar uma explicação para a concordância à direita. Assim, é também presumivelmente por Cadeia que este SN vai ser casualmente marcado com o Nominativo a que *pro* tem acesso.

A representação seria, por conseguinte, esta:

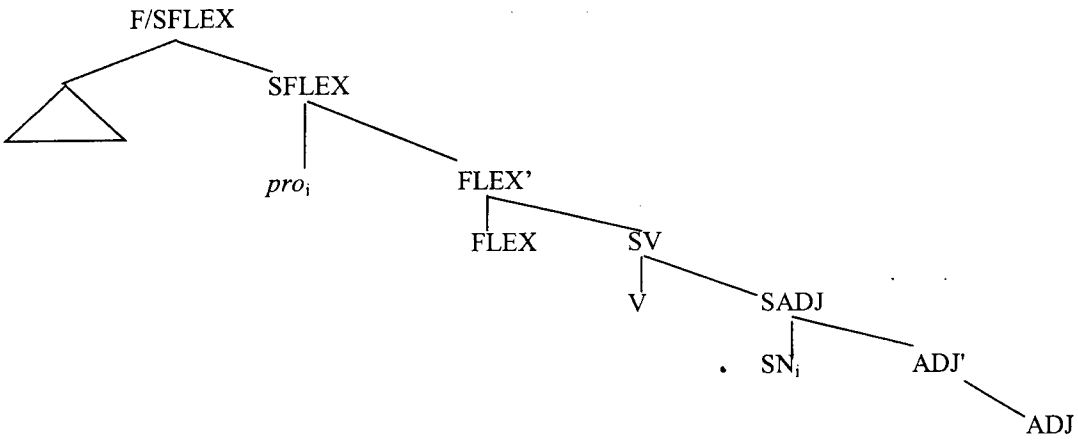


Figura 14

Assim, em frases como

(134) Raros são os homens de carácter.

o Adj apenas parece estar na posição de sujeito, mas na realidade está numa posição mais alta. Porém, uma vez que se verifica o acesso ao Caso Nominativo numa posição mais baixa do que a de ESP de FLEX, não existe na realidade a necessidade de elevação de um SN para satisfazer o Filtro do Caso o que tona questionável a ideia da elevação do SN motivada pela necessidade de aceder a uma posição casualmente marcada.

A configuração proposta por Stowell apresenta a característica de isolar o sujeito da Oração Pequena e de destacar o núcleo desta. Assim, o constituinte que se movimenta, no caso de se verificar a elevação do predicado, não é a projecção máxima do núcleo (SAdj), pois isso levaria à elevação em simultâneo do SN e de Adj', nem do núcleo (Adj), mas sim da categoria intermédia, Adj', o que não é um movimento

legítimo. Para comprovar a não movimentação exclusiva do núcleo, considere-se (162) que é agramatical:

(161) Muito raros são os homens de carácter.
(162) *Raros são os homens de carácter muito.

A agramaticalidade de (162) deve-se à movimentação do núcleo adjectival sem que se registe a movimentação do seu Especificador - *muito*.

Por outro lado, a Figura 14 não dá resposta à agramaticalidade de (140).

(140) *São os homens de carácter raros.

De facto, se a estrutura proposta nesta figura for válida, (140) deveria forçosamente ser gramatical, pois ter-se-ia verificado a manutenção dos constituintes nos locais em que são engendrados. Assim, embora a ordem *cópula SN referencial SX atributivo* pareça ser aquela típica para a Oração Pequena, frases como (140) desmentem-na.

A viabilidade da proposta da Figura 14 é questionável, conforme foi visto, mas apresenta algumas ideias que podem ser mantidas:

a) a existência de um *pro* obrigatório, em posição de Especificador de Flexão, co-indexado com o sujeito da Oração Pequena, ou melhor, com o sujeito do predicado nominal de OR, explica a concordância de V com o elemento pós-copular;
b) o fenómeno da co-indexação pode explicar a marcação casual que se regista no interior da Oração Pequena.

Assim, na sequência dos problemas detectados aquando da análise da Figura 14, acreditamos ser a estrutura de uma frase copulativa aquela que a seguir apresentamos:

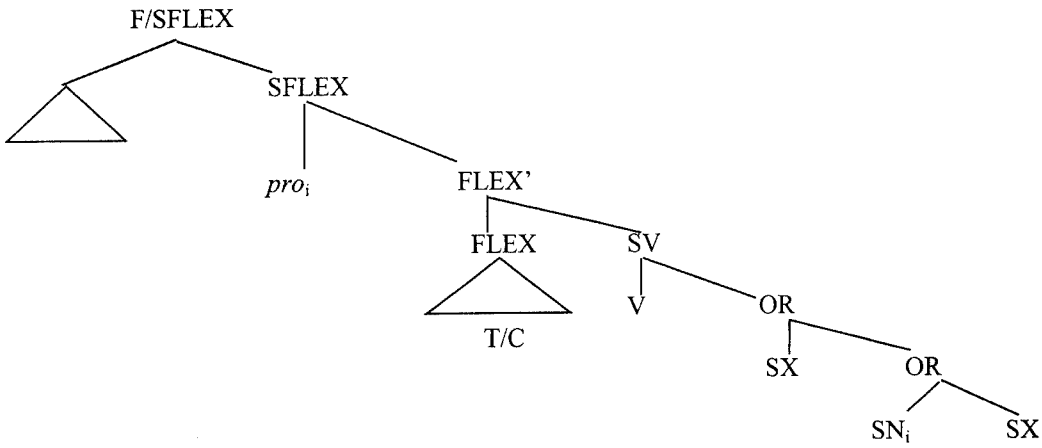


Figura 15

Todas as considerações apresentadas até aqui permitem algumas conclusões, entre as quais o desfazer da ideia de que o movimento se deve à necessidade de satisfação do Filtro do Caso uma vez que se regista a possibilidade de acesso ao Caso no local em que os constituintes são engendrados. Assim, é também necessário considerar outros fenómenos que induzam a necessidade de elevação ou que a validem:

a) é possível que a elevação de um dos constituintes da Oração Pequena se deva a questões de tipo discursivo;
b) é de considerar uma posição de adjunção da Oração Pequena;
c) serão determinantes as características do predicado?

A ideia de que a elevação do predicado da Oração Pequena se deva a questões discursivas surge da necessidade de a justificar, uma vez que se constata a sua aparente opcionalidade.

Por outro lado, uma posição de adjunção da Oração Pequena, conforme proposto na hipótese b), parece-nos útil para justificar frases como (139), providenciando também uma posição de elevação intermédia para o predicado da Oração Pequena, quando se verifica o movimento deste. Esta ideia valida a hipótese do movimento do predicado sem que este viole condições de Localidade, uma vez que se verifica a existência de um ponto de paragem intermédio, e simultaneamente justifica a ordem fixa da Oração Pequena.

Um outro aspecto a considerar relaciona-se com c). De facto, ao longo da descrição dos predicados não verbais das frases copulativas predicativas atributivas

verificou-se que as características daqueles eram extremamente importantes para estabelecer o tipo de proposição expressa pela frase copulativa e mesmo para restringir ou não as possibilidades de uma construção que não respeitasse, ao nível da Estrutura-S, o padrão SVO dominante das frases básicas do português. Partindo destas constatações, pode admitir-se que as características que os predicados não verbais evidenciam, seja ao nível da sua estruturação enquanto constituintes sintagmáticos, seja ao nível dos próprios traços semânticos que apresentam, sejam fundamentais para a derivação final da estrutura copulativa, inclusivamente para determinar a possibilidade de movimentação para uma hipotética posição de adjunção à Oração Pequena.

3.3.2. Estruturas Copulativas Predicativas Identificacionais

As frases que, a nosso ver, integram este subtipo de estruturas copulativas apresentam como particularidade distintiva o facto de identificarem um, ou várias entidades. Esta identificação pode ser efectuada de maneiras diversas, podendo surgir, por exemplo, sobre a forma de um referente identificado pelo nome próprio ou através de uma descrição definida. As estruturas copulativas identificacionais são a resposta adequada às questões *Quem é X*? ou *O que é X*? e distinguem-se das copulativas predicativas atributivas uma vez que estas são a resposta adequada a perguntas do género *Como é X*?

Para concretizar estas ideias, considere-se as frases seguintes:

(163) O Homem-Aranha é Peter Parker.
(164) O Homem-Aranha é muito rápido.

As frases (163) e (164) apresentam em comum o facto de serem ambas estruturas copulativas, sendo respectivamente predicativa identificacional e predicativa atributiva, e terem como sujeito o mesmo referente: *o Homem-Aranha*, no entanto ambas as frases apresentam diferenças consideráveis. Assim, (163) apresenta como elemento pós-copular um SN, constituído por um nome próprio, enquanto (164) tem um SAdj em posição pós verbal com o adjectivo *rápido* como núcleo, que surge apresentado no grau superlativo absoluto analítico. As proposições que ambas as frases expressam são também diferentes: para a questão *Quem é o Homem-Aranha*? (163) fornece a resposta sob a forma do estabelecimento da identidade da entidade *Homem-*

Aranha, efectuando uma relação de co-referência entre esta e *Peter Parker*. Isto é feito através da utilização de uma expressão nominal cujo núcleo é constituído por um nome próprio. Se entendermos que tanto *Peter Parker* quanto o *Homem-Aranha* são entidades do mundo real, então sabemos que ambas as expressões nominais se referem ao mesmo indivíduo do mundo real, porém, até ao estabelecimento desta relação de co-referência a identidade da entidade *Homem-Aranha* é uma incógnita. Por outro lado, verifica-se que (164) não apresenta a necessidade de estabelecer a identidade do sujeito: a expressão nominal *Homem-Aranha* designa um referente determinado ao qual é reconhecida a propriedade da rapidez, respondendo adequadamente à questão: *Como é o Homem-Aranha*?.

A nossa proposta de definição de frases copulativas predicativas identificacionais aproxima-se bastante da tradição fregueana apresentada em 1.2., i. e., este tipo de estruturas apresenta o estabelecimento, por intermédio da cópula, de uma relação de co-referência entre expressões nominais diferentes que referem a mesma entidade do mundo real. Partindo desta proposta de definição, e uma vez que acreditamos ser a cópula destituída de conteúdo semântico, esta assemelha-se de facto ao sinal aritmético de igualdade, apresentando em enunciados do tipo identificacional tipicamente a propriedade da reversibilidade entre os termos que "une". Não é exactamente vazia como o sinal matemático, uma vez que *suporta* marcas de Tempo e consequentemente do Aspecto que este implica, mas que não são suas. Para validar esta ideia considere-se:

(165) A borboleta foi o bicho-da-seda.
(166) O bicho-da-seda será a borboleta.

Os dois termos nominais que integram (165) e (166) - *borboleta* e *bicho-da-seda* - têm como referente a mesma entidade do mundo real, sendo, por conseguinte equivalentes. Porém, estes dois termos referem a mesma entidade em momentos diferentes, ou seja, intervalos no e por isso a relação de igualdade que se estabelece entre os dois termos nominais apresenta-se dependente do valor temporal e a reversibilidade das frases obriga à reformulação do tempo verbal da cópula. O Aspecto que se pode detectar nas proposições prende-se com o valor aspectual intrínseco do Pretérito Perfeito do Indicativo e com o do Futuro Imperfeito do Indicativo, que são os verdadeiros operadores aspectuais das proposições. Não é possível reescrever nenhuma

das frases acima utilizando o Presente do Indicativo, sem que a estrutura resultante contrarie o conhecimento do mundo dos falantes:

(167) *A borboleta é o bicho-da-seda.
(168) *O bicho-da-seda é a borboleta.

3.3.2.1. Descrição das frases copulativas predicativas identificacionais

Relativamente a este subtipo de estrutura copulativa verifica-se que a cópula é utilizada para fazer equivaler duas expressões de carácter nominal. Assim, são identificacionais as frases que se seguem:

(169) O mordomo é o criminoso.
(170) Vergílio Ferreira é o autor de *Aparição*.
(171) O aluno novo do 10°B é o Ricardo Lima.
(172) Um quadrado é uma figura geométrica com quatro lados iguais.
(173) Aquele é o meu amigo João.
(174) Café é café.

Não parece haver dúvida que qualquer uma das estruturas de (169) a (174) estabelece uma relação de equivalência entre as expressões pré e pós copulares. Também é fácil constatar que todas as frases apresentam expressões de carácter nominal associadas à cópula. Estas têm, porém, entre elas algumas características divergentes. Assim, enquanto (169) apresenta, além da cópula, é constituída por dois SNs com determinantes definidos, (170) apresenta na posição de sujeito um nome próprio e na posição pós-verbal uma descrição definida, sendo equivalente a (171), que apresenta os mesmo constituintes em posições inversas. (172) apresenta dois SNs com determinantes indefinidos, sendo aquele que segue a cópula uma descrição definida e (173) apresenta como sujeito uma expressão deítica, enquanto o elemento pós-verbal é um SN com determinante definido. A frase (174) é constituída por dois SNs sem determinante e é bastante interessante, ela expressa uma tautologia e é dúbio se existe uma intenção de identificar a entidade *café* como sendo a entidade *café* ou se se caracteriza esta entidade como tendo as propriedades geralmente reconhecidas à entidade *café*.

As proposições expressas pelas estruturas acima transcritas são todas semanticamente semelhantes, referindo entidades particulares, exceptuando-se a frase (172) que é uma definição. Nesta frase, a descrição definida permite identificar a entidade *quadrado*, mas, por outro lado, verifica-se a caracterização desta mesma entidade, atribuindo-lhe a característica, ou propriedade, de ser *possuidora de quatro lados iguais*. Assim, (172) responde adequadamente a ambas as questões: *Como é um quadrado*? *O que é um quadrado*? Sendo, por conseguinte, uma frase ambígua.

Embora as estruturas copulativas identificacionais não apresentem uma gama de constituintes tão ampla, nem expressem uma quantidade de proposições tão ramificada quanto aquelas detectadas relativamente às copulativas atributivas, a verdade é que a sua análise é bastante complexa.

3.3.2.2. Frases copulativas identificacionais canónicas e invertidas?

Ao longo dos capítulos precedentes constatou-se que uma das grandes questões que envolve este subtipo de copulativas se prende com reversibilidade dos termos que as constituem sem que isso pareça afectar o sentido da proposição que transmitem, sendo frequentemente designadas por frases equativas, e colocando-se a questão da existência ou não uma ordem canónica e de uma ordem inversa em relação a esta. Uma vez que assumimos que frases predicativas atributivas e frases identificacionais são subtipos de frases copulativas, possuidoras de todas as características enunciadas no início deste capítulo, é lícito presumir que tanto uma quanto outra apresentem aspectos comuns. Assim, assumimos como hipótese de trabalho que, tal como se verifica para as estruturas copulativas atributivas, as copulativas identificacionais apresentam uma ordem canónica e uma ordem inversa. Porém, não podemos adoptar critérios de referencialidade e atribuição para apurar a estrutura das frases identificacionais. De facto, não é lícito presumir que exista uma ordem típica que coloque como sujeito preferencial o elemento com maior potencial de referência em detrimento de um sintagma com maior valor atributivo, uma vez que, por definição, as frases identificacionais são compostas por expressões de carácter nominal com elevado potencial de referência e, se bem que aceitemos que, por exemplo, nomes próprios têm um potencial de referência mais elevado que, por exemplo, nomes comuns, não é

possível seguir este critério para apurar quais são as estruturas que apresentam a ordem estrutural canónica e quais as são as inversões nas seguintes frases:

(175) a. O mordomo é o criminoso.
b. O criminoso é o mordomo.
(176) a. Clark Kent é o fotógrafo do Clarim Diário.
b. O fotógrafo do Clarim Diário é Clark Kent.
(177) a. Eu sou o Presidente da Junta.
b. O Presidente da Junta sou eu.
(178) a. A irmã da Joana é a namorada do Pedro.
b. A namorada do Pedro é a irmã da Joana.
(179) a. Ricardo Reis é Fernando Pessoa.
b. Fernando Pessoa é Ricardo Reis.

As frases acima transcritas caracterizam-se por se apresentarem agrupadas em pares, sendo cada frase do par uma imagem especular da outra. A questão que desde sempre se coloca é se existirá de facto um elemento de cada um dos pares de frases que é o reflexo invertido de um original canónico. Já foi visto ao longo dos capítulos precedentes que se regista uma tendência geral para assumir a existência de uma ordem canónica para as frases identificacionais e uma ordem não canónica que é a inversão da primeira.

Discursivamente, qualquer falante do português reconhecerá diferenças entre os pares de frases acima transcritos. De facto, cada um deles parte da necessidade pragmática de identificar entidades diversas, respondendo, por conseguinte, a questões diversas. Observe-se a este propósito que, por exemplo, o par de frases (175) reponde respectivamente às questões:

(180) a. Quem é o mordomo?
b. Quem é o criminoso?

Assim, apenas superficialmente se pode considerar que cada uma das frases dos pares (175) a (179) é uma paráfrase do outro. A questão que em consequência se levanta é: e se, contrariamente a tudo o que é corrente dizer-se a propósito destas construções, i. e., que uma das frases é a inversão da outra que tem efectivamente um padrão canónico, não existe essa inversão e as frases são todas diferentes e todas canónicas? É uma

questão pertinente, uma vez que a abordagem sintáctica destas estruturas teria que ser repensada.

No sentido de tentar encontrar uma resposta para esta questão, propomo-nos realizar alguns testes no sentido de apurar a existência de regularidades de comportamento entre os pares de frases copulativas identificacionais acima transcritos ((175) a (179)).

1. O Foco

Um dos testes que nos parece adequado à análise da estrutura das frases copulativas identificacionais é aquele proposto por Heycock (94), que determina que o Foco prosódico é *sempre fixo nas construções invertidas*, sendo sempre focalizado o elemento pós cópula, registando-se a possibilidade de variação de focalização nas estruturas canónicas. Assim, considere-se:

(181) a. A: O criminoso é o mordomo ou o porteiro?
B: O **MORDOMO** é o criminoso.
A: O mordomo é o criminoso ou a vítima?
B: O mordomo é o **CRIMINOSO**. (CANÓNICA)

(182) b. A: O criminoso é o mordomo ou o porteiro?
B:O criminoso é o **MORDOMO**.
A: O mordomo é o criminoso ou a vítima?
B: ***O CRIMINOSO** é o mordomo. (INVERTIDA)

(183) a. A: Clark Kent é o repórter do Clarim Diário ou o fotógrafo do Globo?
B: Clark Kent é **O REPÓRTER DO CLARIM DIÁRIO.**
A: O repórter do Clarim Diário é Clark Kent ou Jimmy Olsen??
B: **CLARK KENT** é o repórter do Clarim Diário. (CANÓNICA)

(184) b. A: O repórter do Clarim Diário é Clark Kent ou Jimmy Olsen?
B: O repórter do Clarim Diário é **CLARK KENT.**
A: Clark Kent é o repórter do Clarim Diário ou o fotógrafo do Globo?
B: ***O REPÓRTER DO CLARIM DIÁRIO** é Clark Kent. (INVERTIDA)

(185) a. A: o Presidente da Junta és tu ou sou eu?

B: **EU** sou o Presidente da Junta.

A: Tu és o Presidente da Junta ou o Tesoureiro?

B: Eu sou **O PRESIDENTE DA JUNTA.** (CANÓNICA)

(186) a. A: O Presidente da Junta és tu ou sou eu?

B: O Presidente da Junta sou **EU.**

A: Tu és o Presidente da Junta ou o Tesoureiro?

B: ***O PRESIDENTE DA JUNTA** sou eu. (INVERTIDA)

(187) a. A: A namorada do Pedro é a irmã da Joana ou a prima da Raquel?

B: **A IRMÃ DA JOANA** é a namorada do Pedro.

A: A irmã da Joana é a namorada do Pedro ou a esposa do João?

B: A irmã da Joana é a **NAMORADA DO PEDRO.**

(188) b. A: A namorada do Pedro é a irmã da Joana ou a prima da Raquel?

B: A namorada do Pedro é **A IRMÃ DA JOANA.**

A: A irmã da Joana é a namorada do Pedro ou a esposa do João?

B: **A NAMORADA DO PEDRO** é a irmã da Joana.

(189) a. A: Fernando Pessoa é Ricardo Reis ou Cesário Verde?

B: Fernando Pessoa é **RICARDO REIS.**

A: Ricardo Reis é Fernando Pessoa ou Cesário Verde?

B: **FERNANDO PESSOA** é Ricardo Reis.

(190) b. A: Fernando Pessoa é Ricardo Reis ou Cesário Verde?

B: Ricardo Reis é **FERNANDO PESSOA.**

A: Ricardo Reis é Fernando Pessoa ou Cesário Verde?

B: **RICARDO REIS** é Fernando Pessoa.

O resultado do teste a que submetemos as frases identificacionais (175) a (179) permite chegar a conclusões diversas.

a. Verifica-se que os pares de frases (175) a (177) inclusive reagem ao teste efectuado de acordo com o previsto, o que permite determinar uma ordem canónica para as frases a. destes pares, funcionando as frases b. como inversões.

b. Verifica-se que os pares de frases (178) e (179) reagem de maneira não prevista, apresentando as estruturas a. e b. destes pares a possibilidade de

focalização fonológica em posição pré e pós cópula. Assim, de acordo com o proposto neste teste, ambas as frases de (178) e (179) são canónicas.

Aceitar estas conclusões permite considerar a possibilidade de não se registar um tratamento uniforme das frases copulativas predicativas identificacionais.

2. Clivagem

Um segundo teste proposto por Heycock é a não possibilidade de clivar o SN em posição pré-verbal nas frases invertidas. Assim, o SN que antecede a cópula nas construções invertidas não pode estar na posição de foco de uma clivada, ou seja, ao inverter a frase clivada, o SN ([+ referencial]) sujeito não pode aparecer na posição pós cópula, posição de foco.

(191) a. É o mordomo QUE é o criminoso.
b. ?É o criminoso QUE é o mordomo.
(192) a. É Clark Kent QUE é o fotógrafo do Clarim Diário.
b. É o fotógrafo do Clarim Diário QUE é Clark Kent.
(193) a. SOU eu QUE sou o Presidente da Junta.
b. *É o Presidente da Junta QUE sou eu.
(194) a. É a irmã da Joana QUE é a namorada do Pedro.
b. É a namorada do Pedro QUE é a irmã da Joana.
(195) a. É Ricardo Reis QUE é Fernando Pessoa.
b. É Fernando Pessoa QUE é Ricardo Reis.

Este teste apresenta um resultado diferente em relação ao primeiro. Considerando fiáveis os resultados, teríamos as seguintes conclusões:

a. Possivelmente a frase a. do par (175) e sem dúvida a frase a. do par (177) apresentariam a ordem canónica, enquanto as frases b. seriam inversões em relação a essa ordem;

b. Os restantes pares de frases reagem a este teste como se apresentassem em cada uma das frases uma ordem canónica, uma vez que a serem inversões um dos elementos do par não seria viável. Este resultado reafirma o resultado do teste precedente apresentado apenas um comportamento diverso por parte do par (176).

3. Outros testes

3.1. Redobro de Sujeito

A construção que é por vezes designada por "redobro do sujeito" (Cf. Duarte (2001)) só é viável quando o pronome posicionado como sujeito da frase retoma o sujeito canónico, sendo por conseguinte inaceitável no caso de se reportar ao sujeito de uma frase invertida.

(196) a. O mordomo... ele é o criminoso.
b. *O criminoso... ele é o mordomo.
(197) a. Clark Kent... ele é o repórter do Clarim Diário.
b. *O repórter do Clarim Diário... ele é Clark Kent.
(198) a. Eu.. eu sou o Presidente da Junta.
b. *O Presidente da Junta... ele sou eu.
(199) a. A irmã da Joana... ela é a namorada do Pedro.
b. A namorada do Pedro... ela é a irmã da Joana.
(200) a. Ricardo Reis... ele é Fernando Pessoa.
b. Fernando Pessoa... ele é Ricardo Reis.

Os resultados deste teste são coincidentes com aqueles obtidos no primeiro teste efectuado.

3.2. Estrutura *Cópula SX SX*

Uma vez que as estruturas copulativas integram Orações Pequenas, conforme tem vindo a ser comprovado, o teste seguinte parte da presunção de uma ordem canónica para a Oração Pequena, que surge apresentada *in situ* ao nível da Estrutura-S. Assim, só as frases canónicas apresentam viabilidade com a estrutura <u>*cópula SX SX*</u>.

(201) a. É o mordomo o criminoso.
b. *É o criminoso o mordomo.
(202) a. É Clark Kent o fotógrafo do Clarim Diário.
b. *É o fotógrafo do Clarim Diário Clark Kent.
(203) a. Sou eu o Presidente da Junta.
b. *Sou o Presidente da Junta eu.
(204) a. É a irmã da Joana a namorada do Pedro.
b. É namorada do Pedro a irmã da Joana.
(205) a. É Ricardo Reis Fernando Pessoa.
b. É Fernando Pessoa Ricardo Reis.

A análise dos resultados de todos estes testes permite chegar às seguintes conclusões:

a. Há pares de frases - (175) e (177) - que apresentam reacções coerentes o que permite concluir que se regista a existência de uma ordem canónica e de uma ordem inversa.

b. Há um par de frases - (176) - que reage de maneira diversa aos testes diversos, parecendo apresentar o comportamento de frases que obedecem a uma ordem canónica e o de uma ordem invertida em relação a esta (Cf. (183), (184), (192), (197) e (202)).

c. Há pares de frases que reagem coerentemente como se ambas as frases apresentassem cada uma delas a ordem canónica - (178) e (179).

As conclusões genéricas que podem ser tiradas após a realização destes testes são:

- as frases copulativas possuem uma ordem estrutural canónica e consequentemente determinadas estruturas copulativas são inversões em relação a essa ordem;
- algumas estruturas não são inversões, embora aparentem sê-lo. Há estruturas copulativas identificacionais que se apresentam como imagens invertidas de outras estruturas, mas são na realidade diferentes, não se tratando verdadeiramente de uma questão de inversão.

Acreditamos que a explicação para estas conclusões reside nas características dos termos nominais que integram as estruturas (178) e (179). De facto, ambos os sintagmas pré e pós copulares são equivalentes em termos de categorias lexicais que os integram e em termos de potencial de referência, uma vez que são descrições definidas e nomes próprios, respectivamente. Isso também permitiria encontrar uma explicação para o comportamento de (176), uma vez que os termos nominais que integram esta estrutura são um nome próprio e uma descrição definida.

Como consequência destas conclusões gerais é necessário questionar-se a validade de um tratamento sintáctico uniforme das frases copulativas predicativas identificacionais, considerando que algumas frases não são efectivamente inversões a relação a outras, não sendo, por conseguinte, todas elas equativas.

3.3.2.3. Análise sintáctica de estruturas copulativas identificacionais

O subtipo de copulativas que tem vindo a ser objecto de análise partilha muitas características sintácticas com as estruturas predicativas atributivas. Tal como foi visto relativamente às frases atributivas, também no subtipo das identificacionais a cópula surge associada a uma Oração Pequena e não atribui papéis temáticos nem atribui Caso. Também este subtipo de copulativas é uma estrutura de Elevação do sujeito. As posições pré e pós cópula são preenchidas por constituintes nominais que mantêm entre si uma relação de co-referência.

Os dados analisados até aqui permitem concluir que a ordem dos constituintes da Oração Pequena é fixa. A estrutura canónica consiste na existência de um termo nominal que identifica um outro termo nominal que o antecede. Ou seja, o segundo termo nominal identifica sempre o primeiro. Porém, as conclusões a que chegámos leva a que a abordagem sintáctica destas estruturas apresente ligeiras diferenças em relação àquela que observámos para o subtipo de copulativas atributivas.

Os movimentos de constituintes observados a propósito das frases copulativas atributivas ocorrem também na derivação das estruturas identificacionais. Assim, a estrutura que precede a derivação contém, em termos muito gerais, a cópula associada a uma Oração Pequena com uma ordem fixa. Porém, a elevação de um constituinte da Oração Pequena é diversa consoante se trate de uma estrutura que se apresenta com uma ordem canónica ou que se apresenta como uma inversão. Neste sentido, é lícito assumir que também se registe o movimento de elevação do predicado, nas estruturas invertidas, mas este é consideravelmente mais restrito do que seria de supor ao considerar que todas as estruturas especulares eram inversões da ordem canónica. Existem inúmeras frases que, apesar de aparentarem ser inversões, não o são e isto faz com que a Oração Pequena seja possivelmente engendrada com a relação *sujeito predicado*, que depois da derivação vai funcionar como constituinte pré e pós cópula. Provavelmente, isto deve-se à igualdade em relação ao potencial de referência dos termos nominais que compõem a Oração Pequena. Se se verifica essa igualdade, então cada um deles pode aparecer engendrado quer na posição de sujeito quer na de predicado.

Assim, a estrutura de uma frase copulativa, como por exemplo (177) b., tem a seguinte representação:

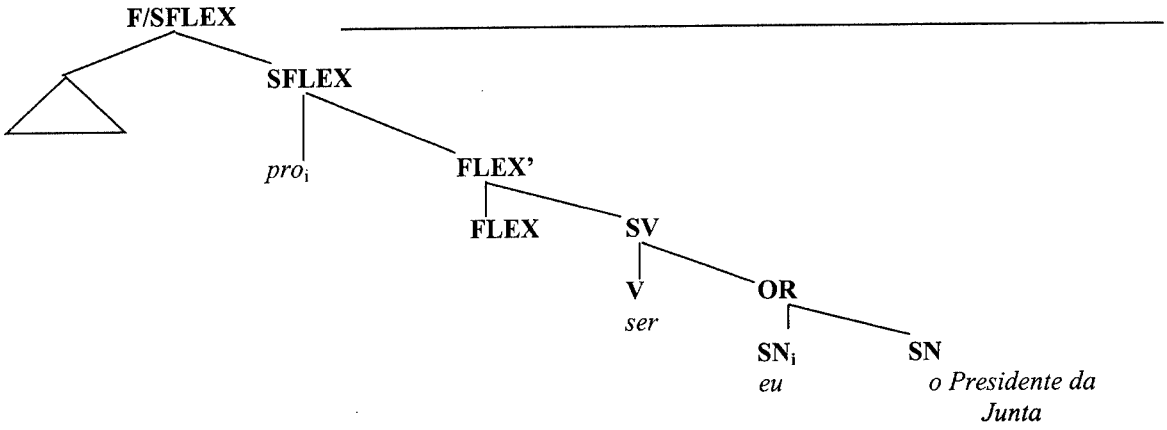


Figura 16

A posição de adjunção a SFEX é opcional, registando-se apenas como possibilidade em relação às estruturas invertidas, uma vez que se não justifica para as canónicas. Optámos por apresentar a estrutura da frase (177) b. porque ela permite-nos reavaliar algumas das questões já abordadas a propósito das frases copulativas atributivas. Mantemos a hipótese de Moro (97) que considera a existência de um *pro* adjunto de Flex, pois é isto que explica a concordância à direita. Por outro lado, o par de frases (177) apresenta, de acordo com os testes, uma ordem canónica e uma ordem inversa. Assim, a elevação dos constituintes da Oração Pequena será efectuada quer pelo seu sujeito quer pelo predicado, tendo esta uma ordem fixa, canónica. Permanece a dúvida levantada em 3.3.1.2. quanto à motivação do movimento, uma vez que se constata que quando os constituintes da Oração Pequena permanecem *in situ*, como em (203), se verifica o acesso ao Caso Nominativo à direita de FLEX.

Um outro aspecto deve ser abordado em relação a esta estrutura que se liga directamente à necessidade de não proceder a um tratamento uniforme das estruturas identificacionais, uma vez que se constatou que nem todas as aparentes inversões o eram na realidade. Assim, presumivelmente, a Oração Pequena é engendrada com uma ordem coerente com aquela que vai surgir em Estrutura-S depois da derivação. Frases como (202) a. e b. e (203) a. e b. comprovam esta ideia. Assim, é de presumir que o constituinte que se eleva nestas estruturas seja preferencialmente o sujeito. Esta ideia vai ao encontro daquilo que foi observado em relação ao movimento de constituintes das frases copulativas atributivas, nas quais se constatou que o movimento do predicado era bastante limitado, restrito a constituintes que apresentassem determinadas características, sendo a regra o movimento de elevação do sujeito da Oração Pequena.

Assim, consideramos que as frases canónicas com elevação de sujeito são a norma para ambos os subtipos de estruturas copulativas e as inversões, às quais corresponde a elevação do predicado são as excepções.

Uma outra questão que tem vindo a ser levantada e que até aqui não foi devidamente analisada liga-se à marcação casual dos elementos das estruturas copulativas.

Em 3.3.1.2. verificou-se que uma proposta plausível para explicar a marcação de Caso Nominativo à direita de FLEX apontava um fenómeno de transmissão casual por Cadeia, que se estabelecia entre o *pro* ESP de FLEX - que seria casualmente marcado com Nominativo - e o sujeito da Oração Pequena. A questão amplifica-se, conforme foi visto nos capítulos precedentes, uma vez que se constata que existe um segundo SN na estrutura copulativa que, de acordo com o Filtro do Caso, deve ser casualmente marcado para que a estrutura seja viável. O problema concreto que se levanta liga-se ao facto de ter sido verificado que a cópula não tem Caso para atribuir e haver apenas uma categoria - FLEX - capaz de marcar casualmente o seu Especificador. Nas estruturas copulativas, o único Caso que é possível detectar é o Nominativo, que, por definição é atribuído por FLEX, que é também a única categoria destas estruturas capaz de proceder a uma marcação casual. A conclusão lógica deste tipo de raciocínio é a de que o Nominativo que se encontra em todos os SNs foneticamente realizados de uma estrutura copulativa tem a sua origem em FLEX. É possível que a estreita relação que se institui entre os dois constituintes da Oração Pequena (que se traduz por uma co-indexação) estabeleça algum tipo transmissão em Cadeia de Caso entre eles, sendo, por conseguinte, ambos marcados com o Nominativo transmitido em Cadeia por *pro* ao sujeito da Oração Pequena e por este ao predicado.

4. CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação procurámos explicar alguns fenómenos associados ao comportamento das frases copulativas no português, enquadrando as nossas explicações no quadro da sintaxe generativa.

Tentámos perceber a verdadeira natureza do verbo Ser. Entendemos ser necessário efectuar uma bipartição em relação a este verbo, uma vez que concluímos existirem dois verbos Ser diversos: um lexical, que é homónimo de um outro, este de natureza copulativa e destituído de conteúdo semântico. Relativamente a este último, identificámos dois subtipos de frases copulativas, com comportamentos diversos: predicativas atributivas e predicativas identificacionais. A análise que fizemos a cada um deste subtipo de copulativas permitiu-nos chegar a algumas conclusões em relação aos problemas que era nosso objectivo inicial abordar, nomeadamente questões ligadas à possibilidade de inversão das estruturas identificacionais, por oposição à impossibilidade que se regista em relação às estruturas predicativas atributivas; concordância realizada de acordo com as características do sintagma pós cópula e existência de marcação casual nominativa nos constituintes pré e pós verbais.

Assim, verificámos que as frases copulativas atributivas permitem integrar categorias atributivas diversas, embora todos as proposições tenham em comum o facto de atribuírem propriedades ou características a um referente. Constatámos também a existência de frases ambíguas, que apresentavam simultaneamente características atributivas e identificacionais. Um dos aspectos que a tradição consagra como marcante em relação a este subtipo de copulativas é a falta de capacidade de serem revertidas. A questão da ordem dos constituintes das frases copulativas era um dos pontos que entendíamos como cruciais para explicar estas estruturas. Assim, verificou-se que existe um ordem canónica para as estruturas copulativas atributivas, sendo realmente escassa a possibilidade de inversão, embora tenha sido detectada esta possibilidade nas frases ambíguas. Foi também detectada que a inversão em estruturas do tipo predicativo atributivo só se regista quando os predicados preenchem determinados requisitos, (categorias nominais definidas). A existência de construções copulativas predicativas atributivas que apresentam inversões com sintagmas adjectivais na posição de sujeito colocou alguns problemas, uma vez que se constatou que apresentavam um

comportamento sintáctico diverso do das estruturas invertidas do tipo identificacional, nas quais se verifica uma equivalência categorial dos termos pré e pós cópula. Para explicar esta assimetria, aventou-se a possibilidade de elevação do Predicado adjectival para uma posição hipotética, de adjunção à Oração Pequena, embora não seja clara a motivação deste movimento.

Quanto às frases identificacionais, discutimos a ideia constante da literatura que postula a existência de frases canónicas e frases invertidas, o que faz com que este subtipo de copulativas seja sempre encarado como verdadeiramente equativo. Assim, constatámos a existência de frases canónicas e invertidas - verdadeiras equativas - e verificámos a existência de frases que aparentam ser inversões em relação a uma hipotética estrutura canónica, não o sendo efectivamente.

Um dos aspectos importantes que foi constatado na análise das frases copulativas foi o facto de acesso a Caso, tipicamente considerado a justificação para movimentos de elevação para uma posição casualmente marcada, ser insuficiente para providenciar uma explicação convincente para a elevação de um dos constituintes da Oração Pequena, uma vez que foi possível notar que o acesso ao Caso é possível em posição básica. Esta questão permaneceu sem resposta, embora se tenha colocado a hipótese de certos movimentos serem explicáveis por razões discursivas..

A explicação para o acesso ao Nominativo numa posição à direita de Flexão foi encontrada a partir da noção de Cadeia. Assim, entendemos que a marcação casual é efectuada por Flexão, a um pronome nulo na posição de Especificador, que o transmite em Cadeia ao Sujeito da Oração Pequena, que por sua vez o transmite ao Predicado. É também a existência deste *pro* que justifica o fenómeno da concordância à direita que algumas estruturas copulativas apresentam.

Por outro lado, ao aceitar esta proposta de existência de um *pro* na posição de Especificador de Flexão, assumimos como válida a proposta de elevação do predicado para uma posição de adjunção a SFLEX em certas construções copulativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, B. (1999) "The Formal Approach to Meaning: Formal Semantics and its Recent Developments", *Journal of Foreign Languages*, Shanghai in (2001) http://www.msu.edu/user/abbottb/formal.htm

BARBOSA, J. S. (1803) *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 7ª Edição (1881)

BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Linguística Geral*, Editora da UNICAMP, Pontes, Brasil (1988)

CARNIE, A (1995) *Non-Verbal Predication and Head-Movement,* PhD thesis, MIT

CHOMSKY, N. (1986) *O Conhecimento da Língua Sua Natureza, Origem e Uso*, Caminho, Lisboa

CHOMSKY, N. (1999) *O Programa Minimalista*, Caminho, Lisboa

COSTA, J. (1998) "L'Opposition *ser/estar* en Portugais", in ROUVERET, A. (Org.) (1998) *"Être" et "Avoir", Syntaxe, Sémantique, Typologie*, Presses Universitaires de Vincennes pp 140 -153

CUNHA, C. e CINTRA, L. (1988) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições Sá da Costa, Lisboa

CUNHA, L. F. (1998) *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

DUARTE, I. (2001) "Construções Inacusativas" a incluir em *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (no prelo)

FARIA, I. H. et alii (1996) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Caminho Lisboa

FROMKIN V. et alii (2000) *Linguistics, An Introduction to Linguistic Theory*, Blackwell Publishers Ltd, UK

GONÇALVES, A. e COLAÇO, M. (1990) Para um Tratamento Uniforme do(s) Verbo(s) "ser" no Português Europeu, in *Actas do 6º Encontro da A.P.L.* Porto, pp 125 - 143

DE KOOT, H. V. (1999) "The Government-Based Case Theory", *PLINS102 Introduction to Generative Grammar* in (2000) www.phon.ucl.ac.uk/home/hans/courses/plins102/arguments2.html

HEYCOCK, C. KROCH. A (1997) "Pseudocleft Connectedness: Implicatons for the LF Interface Level", in (2000) www.ling.ed.ac.uk/anonftp/staff/heycock/li-update.ps.gz

HEYCOCK, C, KROCH, A (1997b) "Inversion and Equation in Copular Sentences" in (2000) www.ling.ed.ac.uk/anonftp/staff/heycock/berlin.ps.gz

HEYCOCK, C. (1994) "The Internal Structure of Small Clauses: New Evidence from Inversion" in (1998) www.ling.ed.ac.uk/anonftp/staff/heycock/nels94 - proc.ps.Z

HEYCOCK, C. (1998) "Phrases Réduites Inverses", in ROUVERET, A. (Org.) (1998) *«Être» et «Avoir»*, ", *Syntaxe, Sémantique, Typologie*, Presses Universitaires de Vincennes (pp 95 - 114)

LEBORANS, M. J. F. (1999) "La Predicacion: Las Oraciones Copulativas" in BOSQUE, I. e DEMONTE, V. (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española,* Real Academia Española Espasa, Madrid, pp 2355 - 2420

MATEUS, Mª. H. M. et alii (1983) (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, 1ª e 2ª Edições, Editorial Caminho, Lisboa

MATOS, M. G. (1985) *Clítico Verbal Demonstrativo*, Trabalho de Síntese em Sintaxe e Semântica do Português, Lisboa pp 93 - 132

MOENS, M. (1988) "Temporal Ontology and Temporal Reference" in *Computational Linguistics*, Vol 14, Number 2, June

MORO, A. (1997) *The Raising of Predicates - Predicative noun phrases and the theory of clause structure*, Cambridge: Cambridge University Press pp 1 - 93

OLIVEIRA, F. (1996) "Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português", *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. II, Ed. Colibri, APL, Lisboa

OUHALLA, J: (1994), *Introducing Transformational Grammar,* Arnold, Londres

RAPOSO, E. P. (1998) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, Caminho, Lisboa

ROUVERET, A. (1998) "Points de Vue Sur le Verbe "Être"", in ROUVERET, A. (Org.) (1998)*"Être" et "Avoir", Syntaxe, Sémantique, Typologie*, Presses Universitaires de Vincennes, pp 11 - 67

ZALTA, E. N. (1996) "Frege, Gottlob", *Stanford Encyclopedia of Philosophy* in (1998) http://plato.stanford.edu/entries/frege/

ZAMPARELLI, R. (1996) "Layers of Predication" in (1999) www.cogsci.ed.ac.uk/~roberto/layers/sc.html

SEM AUTOR (2001) *The Verb "To Be" and the Common Nouns in Medieval "Scientific" Latin* in (2001)
http://www.newcom.pr.it/filosofia/verbo.htm

SEM AUTOR (2001) *Lexicon of Linguistics*
http://users.info.unicaen.fr/~tlebarbe/Linguistics_Lexicon/ll_v.html